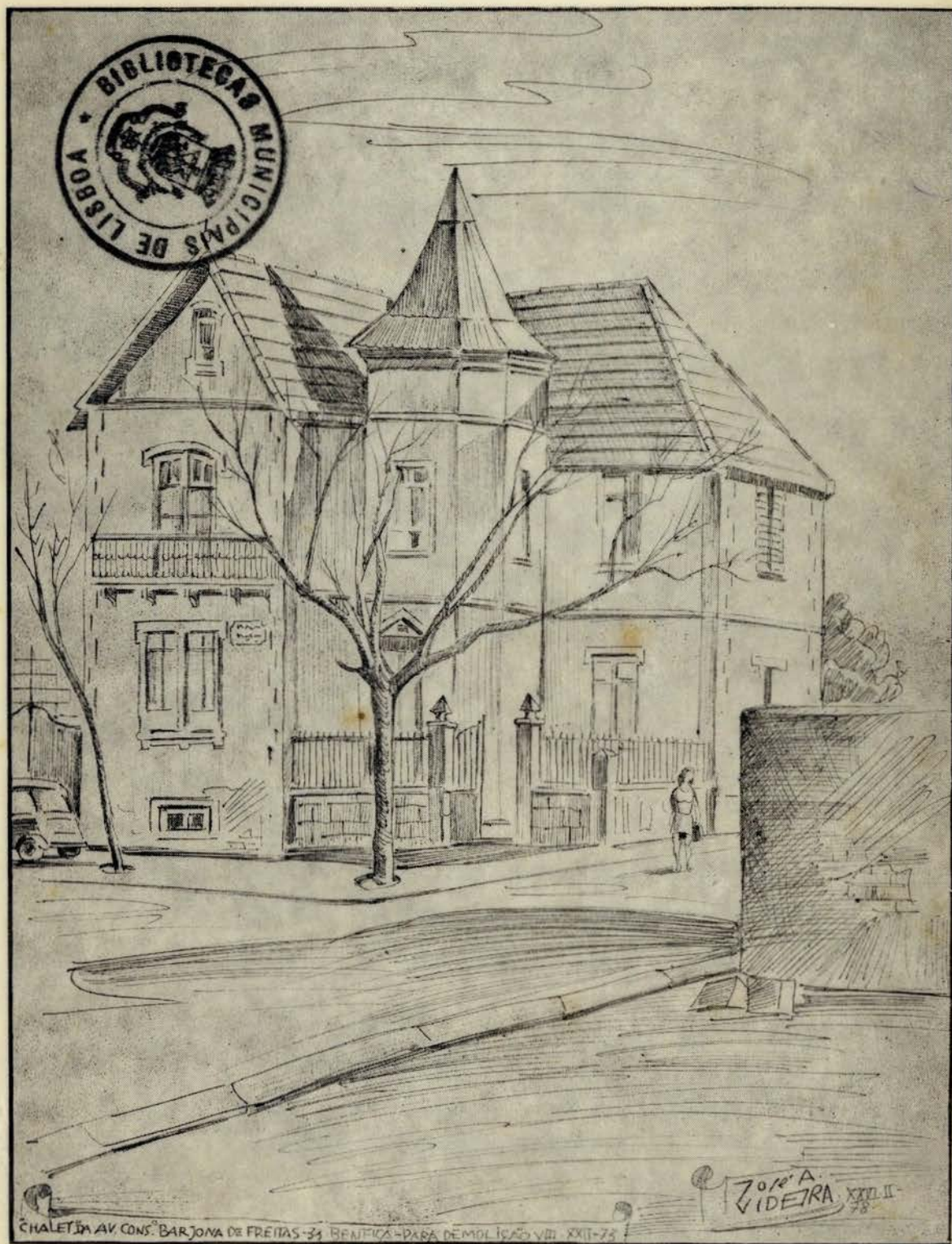


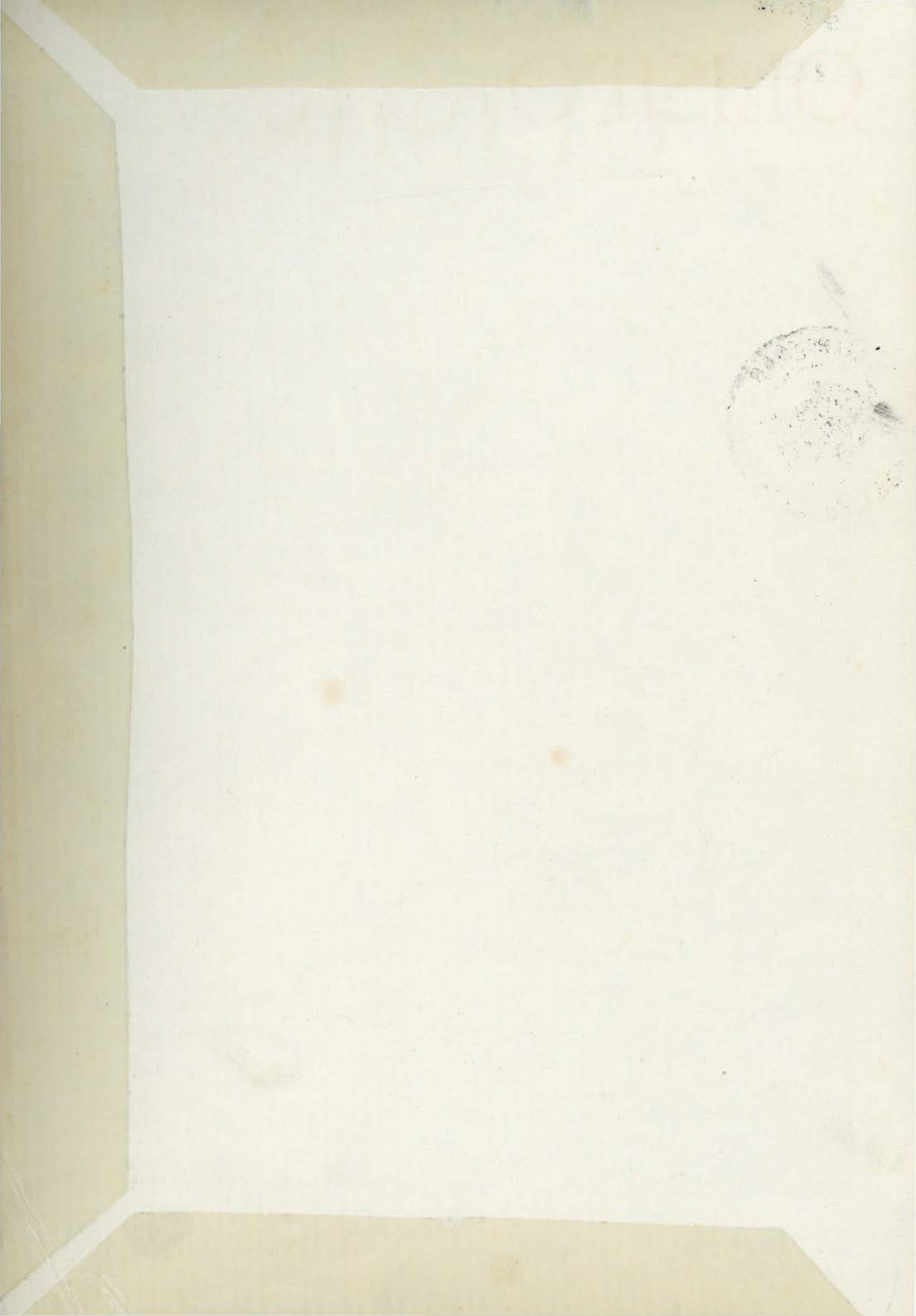
1426/22

Boletim do  
**OLISIPO** Grupo Amigos de Lisboa



N.ºs 139-140

ANOS 39.º e 40.º



## OLISIPO

ANOS XXXIX/XL

N.ºs 139/140

Direcção, Edição e Propriedade  
do  
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Palácio da Mitra—Rua do Açúcar—Telefone 38 57 11  
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda.—S. Vicente de Fora—R. Voz do Operário, 5-A

## SUMÁRIO

ALMA MINHA GENTIL, QUE TE PARTISTE». Em catalão e galego	3
ALEXANDRE HERCULANO, Presidente da Câmara Municipal de Belém pelo Prof. Francisco D'Assis Oliveira Martins	6
AINDA O TÚMULO DO SENHOR HERCULANO pelo Prof. Francisco D'Assis Oliveira Martins	14
HERCULANO EM VALE DE LOBOS pelo Dr. Paulo Caratão Soromenho	21
ROTEIRO FRASEOLÓGICO DE LISBOA (Notas complementares) pelo Dr. Paulo Caratão Soromenho	26
NOTAS FAMILIARES SOBRE GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA por Luís de Oliveira Guimarães	43
ALFREDO GAZUL—Artista lírico, violinista e notável compositor pelo Eng.º Júlio Eduardo dos Santos	48
NO PRIMEIRO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE TEIXEIRA DE PASCOAES por A. Brochado Rodrigues	61
AFONSO LOPES VIEIRA (No centenário do seu nascimento) pelo Dr. José Cassiano Neves	63
O PAÇO DA PRAÇA DO COMÉRCIO pelo Dr. Francisco Santana	69
ALFAMA	88
A CASA DA MENINA ROSA pelo Alq.º Veloso Reis Camelo	88
MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS por Albino Furtado	89
VISTAS DESCONHECIDAS DE PORTUGAL NUM MUSEU POLACO pelo Dr. Adão Zielinski	90
RECORDAÇÕES DE LISBOA ROMANA E DE LISBOA OITOCENTISTA por Leite Bastos	99
APONTAMENTOS DE ALGUMAS VISITAS REALIZADAS PELO GRUPO EM 1977 Compilação de P. C. S.	111
FEIRA DA LADRA Compilação de P. C. S.	122
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA E PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTES a 1976	125
CORPOS DIRECTIVOS DO GRUPO — TRIÉNIO DE 1976-1978	133
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA E PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTES a 1977	136
CONVITE DIRIGIDO AOS SÓCIOS MAIS JOVENS	145

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

Cada exemplar avulso deste boletim tem o preço de 60\$00 para os Sócios  
e de 100\$00 para os não-sócios



1973

2.1.1973

Rev.

# OLISIPPO

ANOS XXIX, XI

N.º 139740

Directão, Edição e Impressão  
do  
GRUPO AMIGOS DE LISBOA

Redacção e Administração: Palácio da Misericórdia — Rua do Arco — Telefone 28 77 11  
Impressão: Imp. de Notícias, Alameda da Liberdade, 146 — 2.º V.º — Telefone 28 77 11

## SUMÁRIO

1	UMA MINHA GENTE QUE TE PARTISTE Em estilo e língua
2	ALEXANDRE Herculano Presidente do Comité Municipal de Lisboa
3	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
4	ANDA O TUMULDO DO SENHOR Herculano
5	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
6	HERILIANO EM VILA DE LORRA
7	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
8	ROTEIRO PARADOXAL DE LISBOA (para quem não conhece)
9	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
10	NOTAS FAMILIARES SOBRE ESTAVO DE MATOS NOBREIRA
11	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
12	ALVARO GALIÃO — Alguns factos sobre a nossa poesia
13	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
14	NO PRIMEIRO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE TEIXEIRA DE
15	CASTRO
16	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
17	ALVARO LOPES VIEIRA (no centenario do seu casamento)
18	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
19	O VAO DA PEÇA DO COMÉDIO
20	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
21	ALVARO
22	A CASA DA MENINA ROSA
23	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
24	MOSTEIRO DOS BENEDITOS
25	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
26	VISTAS DEMONSTRATIVAS DE PORTUGAL NUM MUSEU KRAJAC
27	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
28	RECORDAÇÕES DE LISBOA ROMANA E DE LISBOA OTTOLENTISTA
29	uma boa poesia D'alta D'alta Lisboa
30	ARRANJAMENTOS DE ALGUMAS VISTAS REALIZADAS PELO GRUPO
31	EM 1973
32	Comissão de P. C. 2
33	FERRA DA LADRA Comissão de P. C. 2
34	RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA E PARCEIR DA COMISSÃO DE
35	CONTAS RESUMIDAS 1972
36	COMOS DIRECTIVOS DO GRUPO — TRIÉNIO DE 1970-72
37	RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA E PARCEIR DA COMISSÃO DE
38	CONTAS RESUMIDAS 1971
39	COMITE DIRECTIVO AOS MELHORES MAIS JOVENS



Distribuição gratuita a todos os leitores  
Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores  
Cada exemplar vendido inclui também um cartão de 5000 para os amigos  
e de 10000 para os não amigos

**«ALMA MINHA GENTIL,  
QUE TE PARTISTE»**

*em catalão e galego*

Do espólio literário e científico do Doutor Leite de Vasconcelos muito se tem organizado e coordenado para publicação. Há, porém, notas, apontamentos, pequenos estudos e artigos que, por informes ou incompletos ou por falta de enquadramento no que segue para o prelo, ficam por aproveitar. Deles se escolheram estas duas curiosidades camonianas, que seria injusto deixar esquecidas. [P.C.S.]

## De Camoens.

---

Gentil ànima meua, que has deyat,  
descontenta, aquest mon tan promptament,  
reposa allà à n' el Cel eternament,  
visca à la terra jo sempre endolat.

Si allà, al siti celeste, hont has anat,  
recort d'aquesta vida s' hi consent,  
no t' olvides d'aquell amor ardent  
que tan pur als ulls meus ja has reparat.

I encara si 't semblava que mon greu  
per ta pèrdua, dissort sens remey ja,  
podia heure aquí dalt quelcom en preu,

Prega à Deu que tos dies escirsa,  
que tan prest se m' endugue vora teu,  
com prest de mon esquart te m' aparta.

Pau Bertran y Bros.

Castell del Màs 15 abril 1885.

Traducción gallega del soneto

XIX

de Luis de Camões.

Min' alma feiticeira que fuxiche  
tan cedo d' esta vida de tristura,  
Prepousa eternamente alá n-a altura  
Y-en viva sempre triste onde morriche.

Si alá n-o asento lthéreo, ô que subiche  
Lembranzas d' esta vida o espíritu atura,  
Non te esqueras d'o amor d'un sin ventura  
Que pa n-os ollos meus tan puro viche.

O si coidas que pode merecerte  
Algunha cousa a door qu' arrecadara  
D'a mágoa, sin remédes, de perderte;

Proga a Dios, que teus anos acurtara,  
Que tan cedo d' acá me leve a verte,  
Cal cedo de meus ollos te levara.

Arturo Varquez

# ALEXANDRE HERCULANO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE BELÉM

pelo PROF. FRANCISCO D'ASSIS OLIVEIRA MARTINS

Por altura de meados do século passado, a actividade política quase deixara de merecer interesse a Alexandre Herculano.

Todavia não deixou anda de assumir, entre os anos de 1854 a 1855, a Presidência da Câmara Municipal de Belém, actividade a que se entregou de alma e coração.

Animado do desejo de melhorar as condições ambientais do local e a segurança dos munícipes do recém-instituído concelho de Belém, não tarda no entanto a abandonar o lugar, no exercício do qual se mostra obediente à sua conhecida votação e devoção municipalista.

Não tem a passagem de Herculano pela presidência da Câmara Municipal de Belém ressonância biográfica; contudo não deixou de, no exercício das suas funções de presidente, afirmar a sua personalidade.

Por decreto de 11 de Setembro de 1852, foi extinto o termo de Lisboa e constituídos os concelhos de Belém e dos Olivais.

O Concelho de Belém envolvia as freguesias de Belém, Ajuda, Alcântara (extra-muros), Santa Isabel, Benfica, Carnide, Odivelas e São Sebastião da Pedreira (extra-muros). Estava o Concelho e Bairro de Belém separado de Lisboa pela pequena Ribeira de Alcântara e era no sítio aonde antigamente se chamava Barra, ou Surgidouro do Rastelo, mais tarde Restelo, local em que o Infante D. Henrique fundou a Capela de Nossa Senhora do Restelo.



Todavia, só em 1854 se organizou a vereação que o administraria.

É sabido como as instituições municipais merecem sempre o apaixonado aplauso de Alexandre Herculano, que bem larga e doutamente deixou enaltecido o contributo do município na estruturação da Nacionalidade, e a preocupação do estudo das suas origens.

Com coerência andou o povo do concelho recém-instituído em livremente escolher para seu presidente a pessoa excepcional de Alexandre Herculano.

Não quis ser mais deputado, mas a arraia-miúda espontaneamente o elegeu vereador do Município de Belém.

Na presidência do Município de Belém ele, Herculano, pretenderia fazer renascer o velho princípio das regalias municipais: a representação ao Rei, a representação às Câmaras, o Estatuto de Assistência ao Agricultor no Concelho de Belém, e a instalação do Gás.

Em 27 de Janeiro do ano referido de 1854, a Câmara eleita pela mão do seu presidente comunicou ao Governador Civil achar-se constituída, assinalando a imperiosidade de à Câmara ser designado edifício para seu funcionamento.

Pensou-se escolher para sede dos Paços do Concelho de Belém o antigo Convento da Boa-Hora, ideia que não foi por diante, por o imóvel ter sido dado para aplicação diferente (Hospital Militar).

Por portaria de 3 de Maio de 1855 foi concedido para instalação dos Paços do Concelho da Câmara o palácio que pertencera ao Primeiro Duque de Palmela, e que fica junto do antigo Convento da Boa-Hora, palácio que fora posto em praça e adquirido pela Fazenda Nacional. O imóvel foi concedido ao Concelho para seus Paços, enquanto as vereações tal carácter lhe conservassem.

Fora a Câmara Municipal de Belém eleita para o biénio de 1854 e 1855, com a seguinte representação:

Presidente — *Alexandre Herculano*

*João Ferreira Godinho*

Vereadores — *João José Teixeira*

*José Street d'Arriaga e Cunha*

*Visconde de Junqueira*

Dirige-se esta Câmara ao Governo no momento de entrar no exercício das suas funções, entendendo ele que o seu primeiro dever era fazer subir à presença de Sua Majestade uma exposição fiel da situação económica e administrativa do novo município e pedir justiça para os habitantes do concelho, *sem o que a Câmara não se poderá* habilitar para estabelecer os seus meios de administração e satisfazer os encargos que pesam sobre ele.

Os Vereadores sentiam ter de distrair a atenção de S. M. e as dos ministros, dos negócios gerais do Estado para uma questão puramente local mas procediam assim para não trairem a confiança que neles depositaram os seus concidadãos.

Tornava-se necessária a abolição de impostos ultra-ordinários que haviam ficado pesando sobre os municípios, o que era uma flagrante injustiça. E termina:

«É sabido e provado o amor de V. M. à equidade e a tudo quanto fosse arredar dos povos oppressões e vexames.

Se porém os ministros de V. M. houvessem de desprezá-los — o que de nenhum modo esta Câmara espera — então ele se veria na necessidade de apelar directamente para os representantes do País e não cessaria nas suas súplicas até obter o desagravo e inteira justiça.

Se porventura, Senhor, o governo de V. M. entendesse dever cerrar os ouvidos às representações desta Câmara — o que nem remotamente os abaixo-assinados suspeitam, também ela poderia elevar respeitosa e à presença de V. M. uma súplica para que ordenasse ao seu governo que, usando das atribuições que lhe confere o artigo 106 do Código Administrativo, a dissolvesse, sendo certo que os habitantes do Concelho de Belém facilmente achariam outros cidadãos que melhor soubessem promover os seus interesses municipais do que os actuais vereadores.

Deus guarde V. M. por muitos e dilatados anos.

Câmara Municipal de Belém

Assinatura dos Vereadores.»

Desejoso de ser útil ao povo, que o elegera em 1854, dirige duas representações: uma ao Governo outra ao Parlamento em 28/4/1854.

Documentos que se encontram publicados no vol.º 7.º, págs. 161 a 234, dos *Opúsculos* — envolvem esses documentos um alto significado de altivez e firmeza de vontade de ser útil, de servir o povo na defesa das regalias municipais.

O Homem que ao tempo dedicava as suas atenções de continuidade à «granja modelo do Calhariz», que o Primeiro Duque de Palmela carinhosamente e até com riscos financeiros lançara, entregou-se devotamente ao *Projecto de Caixas de Socorros Agrícolas do Concelho de Belém, projecto que tem a data de 27 de Março de 1855 e envolve 26 artigos*. Aí se vê que o seu amor à agricultura não é esquecido.

O rendimento da Caixa, deduzidas as despesas da gerência, seria aplicado exclusivamente, a arbítrio da Câmara, aos seguintes objectivos: a manutenção das Escolas Primárias Municipais de 1.º e 2.º graus; a compra de sementes, cuja introdução se reputasse útil para serem distribuídas aos cultivadores, que quisessem tentar a sua cultura; a compra de instrumentos: máquinas e utensílios agrícolas, com as mesmas condições e fins; a sementeira ou plantio de pinhais ou matas nos baldios ou terrenos de inferior qualidade, pertencentes ao concelho ou por ele adquiridos.

Dirige ainda três officios ao Provedor da Casa Pia de Lisboa (ao tempo, Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 9.º Conde de Vale de Reis, 2.º Marquês de Loulé, de que seria o primeiro Duque).

O primeiro, datado de 27 de Março de 1854, rege deste modo:

Ill.º e Ex.º Sr.

Constando á Camara de minha presidencia que nas Oficinas de Caza Pia eram antigamente, por ajuste particular feito com a Camara de Lisbôa, concertados os candeeiros empregados na illuminação do território, que hoje constitue o novo concelho de Belem, sou encarregado pela Camara de propôr a V. Ex.ª a continuação d'aquelle ajuste, pelos mesmos preços e vantagens com que os concertos eram feitos para a Camara de Lisbôa.

Igualmente em nome da Camara rogo a V. Ex.ª queira conceder a necessaria licença e autorisação para que das pedreiras desse

Estabelecimento esta Camara possa mandar tirar o cascalho necessario para as Obras Municipais a que tem de proceder.

D.<sup>s</sup> guarde a V. Ex.<sup>ia</sup>

Lisbôa, Paços do Concelho, 27 de Maio de 1854

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr. Provedor  
da Caza Pia

O Presidente

*A. Herculano*

O segundo é datado de 20 de Maio do ano seguinte e diz:

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr.

(N.<sup>o</sup> 321)

Tendo esta Camara o maior empenho em promover quanto lhe seja possivel o bem estar dos habitantes deste Concelho melhorando cada um dos ramos de administração municipal; e sendo um d'estes de não pequena importância o que diz respeito à limpeza e rega das ruas, a Camara não tem cessado de empregar todos os meios para poder nesta parte satisfazer aos desejos de todos os seus Concidadãos; também os poucos meios, e as dificuldades com que sempre tem a lutar uma administração quando apenas conta alguns mezes de existencia, a tolhem de levar tão longe, como pretendia, os seus desejos, e por isso entendeu convidar alguns dos habitantes d'este Concelho, a que coadjuvassem, mandando regar algumas frações de rua, nas frentes de seus prédios, ou estabelecimentos a que de bom grado todos se tem prestado e por isso a Camara confiada nas boas intenções de V. Ex.<sup>ia</sup> me encarrega de lhe rogar se digne tambem concorrer para este melhoramento, mandando todos os dias regar a parte de rua desde o Chafariz de Belem, até á extrema oposta da frente do edificio da Caza Pia.

Secretaria da Camara em 20 de Maio de 1854

D.<sup>a</sup> G.<sup>de</sup> a V. Ex.<sup>ia</sup>

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr. Provedor  
da Caza Pia

O Presidente  
A. Herculano

O referido Chafariz de Belém estava junto dos Jerónimos, no actual largo dos Jerónimos (1846); foi apeado mais tarde e reapareceu em 1947 no Largo ajardinado do Mastro, a par do Campo dos Mártires da Pátria (Campo de Santana).

Pertence ao modelo do obelisco de urna setecentista, de curvas reintrantes, com quatro facetados e um golfinho descendente em cada um; o remate é alta pirâmide hexagonal, estriada, cintada por faixa lisa a um terço de altura; no alto pousa uma pinha. Sobressai a decoração escultural da urna dos golfinhos, que era do Chafariz do Alto da Bempostinha, ao Campo de Santana (século XVIII: Luís Chaves — *Chafarizes de Lisboa*).

O terceiro documento, datado de 14 de Junho, refere:

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr.  
(N.º 323)

Appresentei á Camara de minha presidência o Officio, que tive a honra de receber de V. Ex.<sup>ia</sup> para que se dignasse mandar regar diariamente a parte da rua, desde o Chafariz de Belem até a extrema opposta da frente do Edifício desse pio Estabelecimento de que V. Ex.<sup>ia</sup> é tão digno Provedor; e em sessão de hoje a mesma Camara me encarregou de significar a V. Ex.<sup>ia</sup> os seus sentimentos de agradecimento pela prompta cooperação, com que V. Ex.<sup>ia</sup> tanto nos penhora.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>ia</sup>  
Secretaria da Camara 14 de Junho 1854

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr. Provedor  
da Caza Pia em Belém

O Presidente  
A. Herculano

Estes documentos de tanto interesse foram colhidos nas nossas pesquisas de historiógrafo nos arquivos da Casa Pia de Lisboa. Demonstram eles a devoção de um homem ao cumprimento de pequenos nadas, beneficiantes dos locais de sua jurisdição, elementos de forma de actividade e sincero desejo de servir.

Era preocupação grande da vereação da Câmara do Concelho de Belém desenvolver a iluminação pública a gás. Para o efeito, foram os operários da Câmara encarregados de assentar as colunelas de suporte dos candeeiros.

A um destes coube ser colocado junto à porta do quartel de artilharia. Do quartel, pretextando-se que o marco prejudicava a saída das viaturas, foram dadas ordens de impedimento da execução da obra.

Comunicado o sucedido ao vereador fiscal, este logo se dirigiu ao quartel, onde o comandante peremptoriamente lhe fez saber que se tentassem ultimar a colocação do colunelo, objecto da reclamação, este seria pura e simplesmente derrubado.

O Senado Municipal de Belém reclamou perante o Governo — Ministério do Reino — sobre a forma como os artilheiros haviam tratado o cidadão — homem bom — vereador fiscal.

O Governo não condescendeu em dar à vereação as satisfações a que esta, presidida pelo cidadão Alexandre Herculano, entendia e exigia merecer.

Herculano foi sempre um homem de opposição e não engraçava com os estadistas, detestava arranjos e intrigas políticas, que tinham por fim as mercês honoríficas — salientava que a monarquia velha tinha um *bisconde* e a nova quase fizera meia centena. O oposicionismo acarretara-lhe já grandes dissabores.

Vem isto a propósito do seguinte: Corria que Rodrigo de Fonseca Magalhães (um dos estadistas que matreiramente fizera que Herculano em 1841 desertasse de S. Bento) como ministro do Reino, quando da questão do candeeiro, fora ele também que denegou a satisfação exigida pelo Senado, presidido pelo Senhor Herculano. Ontem arrancara-o de S. Bento, agora quer apeá-lo da presidência da Câmara de Belém.

Em face da situação agudizada, a vereação pediu ao Governo a própria dissolução, o que este fez, sem rodeios, por força do Decreto de 31 de Outubro de 1855.

Rodrigo da Fonseca Magalhães, braço direito de Saldanha, que conquistara Herculano para o aplauso da «Regeneração», aplauso que dentro de pouco se tornou na maior animadversão pelo Duque, vingara-se das atitudes duras e exaltadas, que envolveram a representação feita ao Rei e, não ouvido este, seguida de representação longa e documentada, lançada ao Parlamento.

Herculano, adversário do *centralismo*, que aprofundara os estudos municipalistas, apontara a importância que os municípios haviam tido na formação da Nacionalidade.

O Constitucionalismo vibrara sobre o *municipalismo* os mais rudes golpes.

Desiludido e escandalizado ficara a fibra estóica deste singular espartano, que foi Alexandre Herculano.

# Ainda o Túmulo do Senhor Herculano

pelo PROF. FRANCISCO D'ASSIS OLIVEIRA MARTINS \*

**F**ORA Herculano a sepultar no cemitério de Azóia de Baixo, em 13 de Setembro de 1877. E várias manifestações são levadas a efeito pela morte do Mestre.

A oração fúnebre é proferida por António Cândido, nas exéquias mandadas celebrar pelo Corpo Comercial do Porto.

A *Revista Ocidente*, vol. I, ano 1, dedica-lhe o seu número, pleno de artigos e de gravuras. Abre com o retrato de Herculano e mostra a quinta e a casa de Vale de Lobos, onde o escritor morreu, e ainda a igreja de Azóia, onde esteve em câmara ardente, e o túmulo em que foi sepultado. Este túmulo pertencera a um antigo amigo e vizinho de Herculano, o General Pedro Vieira Gorjão, que já de alguns anos precedera o autor de *Eurico* na ocupação da triste jazida. Todas as gravuras são consagradas à memória do historiador, como homenagem de respeito público. Insere ainda de António Enes um artigo, de que se destaca o seguinte parágrafo:

«Há mais de três meses que Alexandre Herculano trocou o seu primeiro jazigo [havia a ideia de que o historiador se *enterrara* em vida em Vale de Lobos, levado pelo desgosto da crise política do País e em que ele fora afectado] pelo mais cerrado e humilde de Azóia.

---

\* O nosso saudoso Confrade deixou este seu estudo tal o apresentamos agora aos Leitores. Constituído por notas e opiniões, faltam ao trabalho a ordenação conveniente e o recorte literário, características que lhe dariam o valor habitual. Seria, Porém, condenável deixar inédito um apontamento, cuja informação tem indiscutível utilidade.



A vida de Alexandre Herculano, particular e pública, é pois um dos seus livros mais conceituosos e de mais pura moral. Os caracteres austeros são mais raros e mais meritórios do que os talentos brilhantes, tantas vezes mais nocivos. Comprou uma quinta: Vale de Lobos, um vale pedregoso e triste, e do improdutivo fez uma várzea alegre, abundantemente tapetada de relva. Os traços severos daquela poderosa fisionomia casavam-se bem com a rusticidade simples da moradia.»

Há diversos estudos e notas. A fechar o conjunto, lê-se:

«A gratidão nacional deve por certo ao autor da nossa História e de tantas obras-primas um monumento condigno; enquanto, porém, o não levanta, o modesto túmulo junto à porta da igreja de Azóia deve ter aos nossos olhos as proporções colossais das criptas realengas.»

Meses depois de Alexandre Herculano ter morrido, nos princípios do ano de 1879, reuniu-se nos Paços do Concelho um grupo de amigos, discípulos e admiradores do escritor, ficando nomeada uma comissão para tratar de uma homenagem nacional e grandiosa à memória do morto ilustre. Essa comissão ficou sendo presidida por uma figura prestigiosa, Rosa Araújo, e abriu uma subscrição nacional que produziu cerca de cinco contos de réis, tendo a Câmara de Lisboa contribuído com um conto de réis e a de Santarém com dois. Tal resultado era pequeno para as despesas e o Governo concorreu com doze contos.

Em 1880, sob a acção de João Maria Galhardo, é organizada nova comissão com o fim de obter, por subscrição os meios necessários para erigir no cemitério dos Prazeres um mausoléu, em que fossem recolhidos os restos mortais de Alexandre Herculano. A comissão convidou Oliveira Martins, por ofício de 21 de Setembro do referido ano, para membro e para a reunião a realizar em 5 de Outubro, pela uma hora da tarde no edifício da Câmara de Lisboa. O ofício é subscrito por José Gregório de Rosa Araújo e Gomes de Brito, respectivamente presidente e secretário da comissão. Por diversas razões, o projecto acaba por ficar sem efeito.

No *Diário* da Câmara dos Deputados (1881), António Cândido faz a seguinte proposta:

«Vou mandar para a mesa uma proposta que espero ver aceite por toda a Câmara, sem distinção de partidos. Sabem V. Ex.<sup>as</sup> que se projecta um monumento a Alexandre Herculano. Abriu-se para o efeito uma subscrição nacional. É perfeitamente devida, é soberanamente justa essa homenagem ao homem eminente, que reformou a história e a literatura do nosso país, e que ainda valia mais pelos primores do seu carácter do que pelos predicados do seu privilegia-díssimo talento.

*Proposta:* Proponho que deste orçamento se destine uma verba para o monumento a Alexandre Herculano.

O que vai fazer-se é pagamento de uma dívida sagrada, é satisfação de uma verdadeira necessidade pública.

Aplaudo-me a mim mesmo pela ideia que tive e, antecipando-me ao juízo do país, felicito a Câmara porque, se interpreto bem os aplausos, acaba de dar uma prova da sua distinção.»

E Mariano de Carvalho responde:

«Posso desde já declarar ao ilustre deputado que a comissão do orçamento se associa plenamente ao pensamento de S. Ex.<sup>a</sup>, tão alto como o seu levantado espírito, tão generoso como o seu coração. A Comissão, a quem V. Ex.<sup>a</sup> já tinha dado conhecimento da sua ideia e mostrado a moção, adere ao seu pensamento, de acordo com o Governo, sem aumentar a despesa do Estado.»

No entanto, Azóia foi por quase onze anos a sepultura de Herculano, e sê-lo-ia por todo o sempre se à Pátria não pertencesse o restaurador da sua História e ela lhe não devesse levantar monumento condigno, em que lhe guardasse as suas cinzas. A honra da Pátria exige conservar cuidadosamente, em cofre precioso, os restos do escritor.

Tratando a comissão executiva do local para o monumento, foi-lhe indicado pelo Director da Casa Pia a capela incompleta, que se achava ao norte do claustro dos Jerónimos, o que foi aceite. Quem, ao tempo, dirigia a Casa Pia e as obras, que se estavam praticando nos Jerónimos, era o Eng. Manuel Raimundo Valadas. A capela só tinha quatro paredes, com duas portas para o claustro e duas janelas para o exterior. Segundo uns, destinava-se a casa do Capítulo, se-

gundo outros, a jazigo de El-Rei D. Manuel e sua Esposa. Na *Ocidente*, pode ler-se: «Por deliberação das Cortes Portuguesas, em 22 de Março de 1884, e sob proposta do deputado Sr. Mariano Cirilo de Carvalho, foi cedida a capela incompleta, situada ao norte da igreja dos Jerónimos, junto ao claustro, à Comissão Executiva do monumento a Alexandre Herculano. Esta comissão é composta dos senhores: João Maria Galhardo, tesoureiro; Francisco António Pereira da Costa, João Andrade Corvo, José Manuel da Costa Basto e José Maria Borges, vogais; Eduardo Coelho e Joaquim Gomes de Brito, secretários. Todos os periódicos nacionais são concordes em afirmar que é uma vergonha nacional não pagar este tributo de honra ao sábio, que o país inteiro se habituou a venerar como o símbolo mais perfeito do génio literário e do valor cívico.»

No *Diário das Sessões* da Câmara dos Deputados, de 22 de Março de 1884:

«Mariano Cirilo de Carvalho mandou para a mesa uma proposta referente ao monumento. Proposta igual fora já mandada por António Cândido Ribeiro da Costa. Entretanto, depois das propostas aprovadas e da Comissão constituída, esta contrata com o Governo que mandaria concluir à sua custa a Casa do Capítulo, no claustro dos Jerónimos, e que seria nessa casa que se colocaria o monumento a Alexandre Herculano, sendo as despesas pagas pelo fundo de que a Comissão dispunha, mercê da subscrição nacional, que tinha sido feita, e de dádivas de alguns particulares.

Está hoje averiguado que, pelo projecto feito no Ministério das Obras Públicas, as despesas a realizar pela conclusão da Casa do Capítulo não seriam de 10.000\$00, mas de 12.500\$00. Mariano de Carvalho pediu que no Orçamento Geral do Estado fosse elevada a verba a 12.500\$00, resultando daí a vantagem de se concluir uma parte importante daquele histórico edifício e de se preparar um local condigno para o monumento. Segundo está justo entre o Governo e a Comissão, o Governo manda concluir a obra (Casa do Capítulo) e a Comissão manda levantar aí a peça, que imortalizará a presença do Homem, conseguindo-se um duplicado fim: o levantar do monumento e a conclusão de uma parte do edifício nacional. Fica sendo desta forma redigida assim a proposta: *Proponho que no orçamento*

*extraordinário do Ministério das Obras Públicas, no Capítulo 6.º, se inscreva: Conclusão da Casa do Capítulo, no claustro dos Jerónimos, a fim de se colocar o monumento a Alexandre Herculano, 12.500\$00.*  
a) Mariano de Carvalho.»

Houvera, em 1883, uma reconstituição ministerial, tendo tomado a presidência Fontes Pereira de Melo, e a pasta das Obras Públicas António Augusto de Aguiar.

As obras da capela e do mausoléu foram gratuita e velozmente planeadas e dirigidas pelo distinto engenheiro Manuel Raimundo Valadas. O mausoléu e a estátua do Crucificado foram erigidos por subscrição entre amigos e admiradores de Herculano.

O Eng. Valadas recorreu, para o coadjuvar, a Eduardo Augusto da Silva, que cursara Belas-Artes, como interno da Casa Pia, de que foi professor. Foi ele quem fez o desenho do túmulo. O projecto, no entanto, sofreu algumas alterações que, segundo a crítica, em nada o beneficiaram. Pretendeu-se maldosamente, por este meio, negar-lhe a paternidade, e assim o seu nome não aparece nas lápidas da capela.

Em 1888, estava concluída a obra, e no dia 27 de Junho seria feita a solene trasladação. Na capela foi feita a abóbada, colocado um altar e na face oposta deste uma tribuna, completada e defendida por uma cortina de cantaria. Por baixo da tribuna, foi colocada a seguinte lápida: «Esta capela foi mandada completar pelas Cortes Gerais da Nação para ficar sendo o monumento a Alexandre Herculano, sob proposta do deputado Mariano Cirilo de Carvalho, em sessão de 22 de Março de 1884, e com o auxílio eficaz do Ministro das Obras Públicas António Augusto de Aguiar.»

O mausoléu ergue-se ao centro da capela, em forma de tabernáculo. O seu comprimento é de quatro metros e meio por dois metros e oitenta centímetros de largura. Sobre um envasamento rectangular, elevam-se quatro pilares de forma prismática, cujos pedestais se acham embutidos nos ângulos do envasamento. As doze faces de cada um destes pilares são profusamente ornamentadas e guarnecidas por colunelos, de cujos capitéis nascem, nas faces anterior e posterior, arcos soltos, de secção prismática, igualmente ornamentados superiormente por contravoltas, terminando em cruz ornamental. Cada uma das faces naturais é formada por arcos conjugados de forma

idêntica, que se apoiam numa coluna assente a meio do envasamento. Os quatro pilares são coroados por cimalthas, entre as quais se elevam quatro coruchéus piramidais, e medem do piso ao vértice cerca de oito metros de altura. O sarcófago está assente sobre o dorso de seis leões, que se agacham sobre plintos, nascidos de um esbarro, que se eleva do envasamento. É de forma paralelepípeda, guarnecido de pilastras e coroado de uma crista. Na face anterior do sarcófago, lê-se a seguinte inscrição: *Aqui dorme um homem que conquistou para a grande mestra do futuro, para a História, algumas importantes verdades — Alexandre Herculano.* Na face voltada ao altar: *Dormir? Só dorme o frio cadáver, que não sente; a Alma voa e se abriga aos pés do Omnipotente. A. Herculano.* Nas faces laterais, estão inscritas as datas do nascimento e da morte do Mestre. É notável ainda a estátua do Crucificado, em tamanho natural, que se encontra sobre o altar, da autoria de Simões de Almeida. Aos lados há duas grandes lápides, em que se lê uma tradução, feita por Herculano do Cântico *Gloria Laus et Honor.*

Em 27 de Junho de 1888 é solenemente trasladado o corpo do historiador para a sala capitular do convento dos Jerónimos. O cadáver, encerrado numa urna de carvalho do Norte, foi entregue pela viúva de Herculano ao Duque de Palmela, tendo sido colocada no meio da igreja, sobre catafalco, e envolta na Bandeira Nacional.

Foi celebrada missa fúnebre e, terminada a cerimónia religiosa, passou-se à leitura e assinatura do auto da trasladação. Discursou Alves Mendes. No caminho de Alcântara para Belém, veio o caixão numa berlinda, puxada a quatro parelhas de cavalos.

O *Repórter*, de 21 de Junho de 1888, dirigido por Oliveira Martins, dissera:

«Prepara-se já para o dia 27 a trasladação dos restos mortais de Alexandre Herculano, e devemos esperar que essa apoteose seja uma festa sincera dos Portugueses, porque ninguém teve tanto nos nossos tempos a fibra nacional como ele. Na juventude, o espírito de Herculano guiou-nos a todos nós, encaminhando o nosso pensamento e a nossa curiosidade para o passado de uma Pátria, que infelizmente não queria nem quer aceitar-lhe as lições [Oliveira Martins dedicou a Herculano alguns dos seus primeiros escritos]. E àqueles

que em vida tiveram a fortuna de o conhecer e de o tratar, as lições do conselho, a amizade bondosamente paternal, a franqueza rude, a bonomia constante eram motivos de ordem pessoal e particular que vinham juntar-se à influência intelectual, para que o espírito e o coração, a um tempo, se unissem, respeitando-o como a um Mestre, venerando-o como a um Pai! Herculano foi um vencido. É o que sucede em geral aos homens do seu feitio. Venceram-no as coisas; ele venceu-as, tornando-se-lhes superior e sobranceiro. Confundiram-no os homens hábeis e audazes; confundiu-o Saldanha, confundiu-o Rodrigo, confundiu-o Fontes, mas vingam-o o tempo, como o vingaram desde logo os homens, dando-lhe uma auréola e um culto como nunca tiveram nem terão jamais os políticos. Eis o que vai ser consagrado em poucos dias; oxalá a consagração seja digna do Homem, porque honrando-lhe a memória, honramo-nos a nós.»

Por 1940, quando novas obras foram realizadas nos Jerónimos, sendo Ministro das Obras Públicas, o Eng.º Duarte Pacheco, e o Director dos Monumentos Nacionais, Baltasar de Castro, foi mandada retirar a parte envolvente da urna monumental, pois o Ministro abominava o neomanuelino, que inspirara a obra. Por essa altura, a capela tumular de Alexandre Herculano foi invadida por túmulos simples, onde foram colocadas urnas de homens célebres, que haviam sido recolhidos nos confissionários do templo as quais, como sabemos, foram depois transferidas para o Panteão Nacional.

Devemos registar a omissão na lápida dos nomes de António Cândido que, primeiramente, levantou a sua voz, exigindo do País a participação no monumento a Herculano; o de Eduardo Augusto da Silva, autor do projecto do monumento tumular, e o de Simões de Almeida, autor do Cristo crucificado. Os nomes destas três personalidades deveriam ter ficado perpetuadas no mármore, também. O que na lápida não se fez, façamo-lo nós hoje, animados da convicção de que praticamos um dever de consciência.

## HERCULANO EM VALE DE LOBOS

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

Pois o caso passou-se assim. Aparentado com parentes meus Francisco de Almeida, que morou e trabalhou durante longos anos em Benfica, onde ainda tem descendência, nasceu em 1862 e muito novo conheceu Alexandre Herculano. Só isto! Era pessoa modesta, de profissão e de cultura, mas vivo de inteligência e senhor da experiência que a vida dá a quantos têm de esforçar-se para viver. Expressava-se com facilidade, mas para ouvi-lo era necessário puxar-lhe pela língua, o que nem sempre se tornava fácil: macambúzio, encolhido, pequenino de corpo. Isto de ser pequenino é informação preciosa, como vamos ver. Lidei com ele quando ele teve cinquenta e sessenta e setenta e oitenta anos; porém só uma vez me falou de Herculano... e de que maneira! Fiquei admirado da sua memória firme e exacta (quer dizer, não deformante das recordações que possuía, embora possam nem sempre corresponder à verdade: para Francisco de Almeida as coisas foram assim, e não de outro modo; quando hesitava fazia-o notar). Herculano faleceu, tinha ele quinze anos; falou comigo deste tema em 1933: iam passado cinquenta e seis anos, e, podem crer, não foi ele que trouxe Vale de Lobos até mim, mas eu que *fui lá*, através do espaço e do tempo. Procurei reproduzir a linguagem, as expressões de Francisco de Almeida: o tom lento, um ou outro vocábulo mais apurado, certas frases incisivas, as orações subordinadas (que usava para esclarecimento de alguns porme-

nores), e esta e aquela afirmação conceituosa; a ordem das recordações é tanto quanto possível a que a memória dele estabeleceu. Por duas ou três vezes desviou-se da figura central — para se referir ao «tal brigadeiro», à sr.<sup>a</sup> D. Mariana, ao «tal Paulino» — mas sem perder o fio da meada.

Quem leia esse belo livro que é a *Mocidade de Herculano*, do Doutor Vitorino Nemésio, encontrará muitas informações sobre o carácter e o aspecto físico do historiador, na *Introdução*. Por quanto aí se depara do retrato completo do grande homem, não poremos muitas adversativas ao que disse o meu entrevistado. E há até um pormenor curiosíssimo. O Doutor Vitorino Nemésio diz: «A estatura de Herculano era, como vimos, mediana. Mas a angulosidade das feições e a magreza, ligadas à ideia de grandeza moral e criadora, contribuiriam para dar a impressão de que era alto». (Vol. I., p. 18, nota 2). Chegaram a calcular-lhe 1,80 m, quando tinha apenas sessenta polegadas, isto é, 1,65 m (Vid. pp. 8-9, nota 1). Pois Francisco de Almeida, que era muito baixo e o conhecera em criança (portanto quando a noção das grandezas é ainda imperfeita) disse, a mais de meio século, com notável precisão, que o escritor era da minha altura e tinha a minha magreza — o que é certo, pois meço 1,64 m, e, quando da nossa conversa, andava pelos sessenta quilogramas.

Outra observação a fazer à entrevista é a fortíssima personalidade de Herculano — imponente ainda no espírito dum velho que o conhecera em menino!

Estas recordações de Herculano já foram lidas em Dezembro de 1947 num serão literário. Tiveram então algum êxito entre os ouvintes, mas ficaram arquivadas na minha papelada de família. Ocorreu-me agora oferecê-los aos leitores de «Novidades» — que muitos há capazes de vibrar com estas coisas.

Segue-se o que contou Francisco de Almeida:

O senhor Herculano era um homem baixo e magro como o senhor Paulo; tinha assim a sua figura. Vestia quase sempre de branco e andava constantemente de guarda-sol. Em casa costumava trazer um barretinho com borla, como aqueles que se vêem nas gravuras dos judeus. Não era beato como a senhora dele, que assistia à missa todos os domingos e dias santos. Era muito brincalhão com a gente do campo. Gostava de chalacear com ela. Assistia, às vezes, às refei-



ções dos seus criados e conversava amigavelmente com eles. Tinha na cara uma cicatriz que um padre lhe fizera. Isto contava ele à gente. Recebia sempre os que se lhe dirigiam e estava sempre pelo seu lado, quando a causa era justa. Não tinha aparência de gasto pelos anos.

Tinha um grande amigo, um tal brigadeiro, homem irritável, que me deu, uma vez, uma sova enorme. Estava ele falando com o sr. Herculano e, como eu me entretinha a atirar pedras a um pessegueiro, uma acertou-lhe nas costas. Correu atrás de mim, mas não me apanhou. Dias depois agarrou-me e bateu-me.

O sr. Herculano tinha uma voz arrastada e mansa, mas, quando se zangava, gritava muito.

Exigia grande cuidado com as árvores, e dizia que matar uma árvore era tão grande crime como matar um homem. Um dia, lá um campónio prendeu um burro a uma árvore e o animal roeu-a. Ficou o feitor, que era meu tio e compadre do sr. Herculano, muito aflito temendo que o sr. Herculano visse. Na verdade ele, que parecia que adivinhava, deu com os olhos no prejuízo e zangou-se muito. Também não consentia que matassem um sapo. Homem que, na quinta, matasse um sapo era homem despedido.

O sr. Herculano deitava-se muito tarde e, por isso, levantava-se geralmente às onze horas; ninguém o incomodava antes dessa hora. Era dono de um grande rebanho e queria que o gado recolhesse ao curral por uma passagem da quinta, ladeada de canteiros e plantações, para que os animais comessem as ervinhas da ruazita. Pedia então aos garotos que conduzissem o rebanho, mas os animais eram rebeldes e os rapazes não os seguravam. Então o sr. Herculano irritava-se com a gente.

Coleccionava borboletas e, quando as via, dizia aos garotos que as apanhassem, e então não se importava que eles fossem por cima do cultivo. Em casa tinha um quarto onde as guardava juntamente com outros bichos.

Uma vez, um tal Alfredo, que não sei se ainda é vivo, foi pedir-lhe que o livrasse da vida militar, pois isso o prejudicava, porque queria casar-se. A sorte calhara-lhe e tinha de prestar serviço. O sr. Herculano ouviu-o e disse-lhe que, já que não houvera injustiça no apuramento, tinha de servir. O que podia era alcançar-lhe licenças grandes.

Uma ocasião, ao entardecer, o sol encarniçava todo o céu, e o mulhierio, cheio de medo do fim do Mundo, foi à quinta. O sr. Herculano à janela, com o seu barrete, ouviu a gritaria e, por fim, explicou às mulheres o que aquilo era.

Tinha muita gente a trabalhar na quinta e pagava-lhes bem. A senhora também era muito generosa e distribuía esmolas, nos dias santos, pelos povoados em volta. Certo dia apareceram lá uns ciganos. Deu-lhes dinheiro para vestirem as suas criancinhas... mas provavelmente gastaram-no no jogo e no vinho.

Um tal Paulino, que veio a herdar a quinta por morte da D. Mariana (que era mais velha do que o sr. Herculano), conheceu o sr. Herculano quando, uma vez, o foi visitar para que ele averiguasse a posse dumas terras. O sr. Herculano veio a Lisboa, à Torre do Tombo, informar-se e sossegou-o. Desde então ficaram muito amigos. O sr. Paulino era muito rico. Deixou três filhas, das quais só uma se casou. Quando veio a República o marido matou-se.

Dizia-se que um homem que foi architecto do Paço era filho natural do sr. Herculano.

O primeiro lagar de prensa daquela região foi comprado pelo sr. Herculano. Costumava lá mandar café e aguardente para os seus trabalhadores.

Uma vez, deu-se numa terra próxima um crime de morte e foi preso um rapaz oleiro a quem condenaram. Os pais do pobre vieram ter com o sr. Herculano e quizeram ajoelhar-se quando o viram. Mas ele disse-lhes que não era Deus e ordenou-lhes que se sentassem. Garantiram os pais que o rapaz estava inocente e que o verdadeiro criminoso até fugira. O sr. Herculano interessou-se pela questão e conseguiu a liberdade do pobre homem. Pais e filho voltaram de Lisboa e, antes de irem para a terra, foram a Vale de Lobos agradecer. O sr. Herculano recebeu-os e disse-lhes que fossem agora descansados, e não contassem quem os salvara, e não deitassem fogo em sinal de alegria. Prometeram; mas o sr. Herculano, que era muito «fino», informou-se com as vendedeiras de loiça (ele comprava muita) se a tal terra havia chegado um rapaz que fora condenado e estava inocente. Responderam-lhe que sim e que, por lá, diziam que fora o sr. Herculano quem o salvara. Tinham deitado foguetes e feito

feita. O sr. Herculano zangou-se muito e mandou-os ir lá a casa e pregou-lhes uma descompostura».

Nota do A. — *Este apontamento herculaniano foi obtido em 1933, e coordenado e lido num serão literário em 1947. Foi publicado sem alterações em 21 de Maio de 1962 na secção «Letras e Artes» do jornal lisboeta «Novidades». Em 1977, saiu a público um notável estudo de Beirante, sob o título Herculano em Vale de Lobos, no qual curiosamente surgem também memórias de alguém que conheceu o historiador.*

#### PREZADOS CONSÓCIOS:

Dois pedidos — para que desejamos a melhor hospitalidade:

1. Nas visitas culturais, dado que em certos locais exigem identificação, é conveniente que espontaneamente apresentem os cartões de sócios às Senhoras Funcionárias.
2. Em virtude do considerável aumento das taxas dos C.T.T. agradece-se o pagamento das quotas, sempre que possível, directamente na Secretaria do Grupo ou às Senhoras Funcionárias, durante as visitas culturais (após combinação).

A JUNTA DIRECTIVA

Lisboa, 28 de Abril de 1977

# Roteiro Fraseológico de Lisboa

(Notas Complementares)

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

## I

Em *Olisipo*, n.<sup>os</sup> 136 (1973) e 137-138 (1974-1975), publicou o autor destas notas complementares dois pequenos estudos, subordinados ao tema «Roteiro Fraseológico de Lisboa», que constituem um total (somadas já as inseridas neste trabalho) de cerca de 170 locuções e suas variantes (e ainda uns trinta pregões), onde a nossa Cidade nos aparece sob uma nova feição: descrita através de uma fraseologia de carácter paremiológico.

Nela se nos deparam:

a) A história (*Pôr tapete de manhã em São Roque*, em lembrança do Padre António Vieira, ou *O dito dito, lá no Terreiro do Paço*, referente a D. João V);

b) a etnografia — o que poderíamos chamar, por possível contraste, «história intemporal» (*Andar à gandaia* ou *Fazer terreiro às damas*);

c) a tradição (*Alfama tem má fama* ou *Isso é mais antigo do que a Sé*);

d) a crítica política (*Exvollo vai, exvollo vem de Lisboa para Santarém*, em que se satiriza D. Fernando I, ou *D. José ao torno e o Marquês no trono*, em que o monarca é a vítima);

e) a crítica social (*Aquele fala à Teatro Nacional* ou *Cinco centavos ficam lá*, interpretação burlesca das iniciais C. C. F. L., da Companhia Carris de Ferro de Lisboa);

f) a retentiva de grandes acontecimentos (*Cair o Carmo e a Trindade*, em que está presente o terramoto de 1755, ou *Agora sim, Portugal, que vais à vela!* alusão à queda política de Pombal);

g) a ironia (*Muito bem se canta na Sé!* ou *Ora, não se perca a casa dos bicos!*);

h) a experiência secular (*Três coisas fazem o homem medrar: a Ciência, a Casa Real e o mar* ou *Roma e Pavia não se fizeram num dia, nem Lisboa numa hora*);

i) a localização toponímica (*Que madrugada de Alfama!* ou *Muita água há no Borratém!*);

j) a linguagem popular (*Se tens força vai pr'Alfândega!* ou *Vira-me o bombo, que eu sou de Alcântara!*);

l) a linguagem figurada (*Pedir notícias da Arcada* ou *Ter desembarcado no Terreiro do Paço*);

m) o traço psicológico (*Já deu meio-dia em São Paulo?* pergunta com que se interrompe a verborreia de algum mentiroso, ou *Meter Lisboa pelos olhos dentro*, com que se pode responder aos imaginosos);

n) o bom conselho (*A boa fiandeira, de São Bartolomeu a toma a velha, e a mais boa, da Madalena* ou *Vai-te à Porta do Ouro: acharás teu parceiro*);

o) as dimensões da Capital (*Tantos — ou tantas — como de chaminés tem Lisboa* ou *Conhecer meia Lisboa*);

p) a grandeza da Cidade (*Quem não viu Lisboa não viu coisa boa* ou *Lisboa é coisa boa, Coimbra é coisa linda!*);

q) a monumentalidade de Lisboa (*Obras da Sé* ou *Obras de Santa Engrácia*);

r) itinerários lisboetas (*Do Mocambo intés Alfama* ou *Correr a cidade toda*);

s) os arruamentos (*Se queres alguma coisa, vem para o Campo das Cebolas* ou *Se queres alguma coisa, vamos para o Terreiro do Paço*);

t) os lugares citadinos (*Ir visitar a família ao Jardim Zoológico* ou *Ir ver navios do Alto de Santa Catarina*);

u) os transportes (*Conde Barão-Belém — um vintém* ou *Andar como o comboio de Chelas*);

v) a religiosidade popular (*Ai! moramos perto do Céu!* ou *Toque, toque, toque, vamos para São Roque!*);

x) a devoção popular (*Meu Santantoninho, onde te porei?* ou *Ora, valha-te São Crispim, que te fez assim!*);

z) os arredores (*A «Universidade» de Cacilhas* ou *Mandar alguém a Palmela*).

## II

Iremos agora arrolar mais uma série de frases da fala lisboeta — algumas já citadas, mas a que se tem de somar algo, outras que se depararam ao autor, posteriormente à publicação do segundo *Roteiro*, saído em 1975.

1) *Lisboa no Verão, sem família, é o mesmo que estar no estrangeiro*: Este dito teve a sua origem anteriormente ao aparecimento da linha do caminho de ferro para Cascais, conta o 6.º Marquês de Lavradio, nas sua *Memórias* (Edições Ática, Lisboa, 1957, pp. 14-15). «Ia-se de carruagem, com uma paragem em S. José de Ribamar. Os chefes de família, que tinham em Lisboa os seus empregos ou negócios, iam aos sábados e voltavam para Lisboa às segundas-feiras, no carro do Florindo. Grande época para os casados, que estavam livres toda a semana [...]»

2-3) Em *As Tragédias de Lisboa* (Lisboa, 1879, IV, p. 75), Leite Bastos transmite-nos um complexo romance, de tremendas situações, escrito despreocupadamente, com suas incongruências, mas sempre aliciante. Nele se nos depara, entre muitas cenas de rua, com seu tanto de etnográfico, a seguinte, que decorre na Mouraria:

«[...] os pregões variados e monótonos dos vendedores ambulantes e dos mendigos:

- Vá, vivinha, vá!
- Água da bica! [Será da bica dos olhos, à Boavista]
- Olha o 71, que amanhã rebola!
- Peras assadas no forno!
- Ó meu rico devoto, compadeça-se da cegueira da ceguinha!»

No mesmo volume, p. 81, Leite Bastos repete a frase «Parecia que se tinha aberto o Limoeiro». Vid. o nosso *Roteiro*, de 1973, na p. 14, n.º 25: Aí se fala da lista de pregões de Júlio Castilho, no V vol. da *Lisboa Antiga. Bairro Alto*, inclusa numa bela série de cerca de cinquenta páginas — da 189, 3.ª edição, em diante —, cuja leitura se recomenda ao Leitor, e constitui rica sucessão de quadros, plenos de cor e de movimentação, onde vemos figuras pitorescas, que o tempo envolve de saudade, quer para quantos imaginem quer para quantos ainda viveram com elas.

E porque o não viu mencionado (ou talvez lhe tenha fugido aos olhos...), o autor traz agora o seguinte pregão, que se reparte em dois andamentos opostos:

«Merca rendas e papel pra 'screver [*muito lento*] e fita a dé reis o metro! [*rapidíssimo*].»

4) Quando o Marquês de Pombal foi informado da substituição da sua efígie de bronze, na estátua de D. José, pelas armas de Lisboa (com a barca de São Vicente), teria pronunciado a frase, que se celebrizou, *Agora sim, Portugal, que vais à vela!*

Pois, bem. Na sua forma genérica a frase já se nos depara em Gil Vicente (*Obras*, «Auto da Feira», edição de Mendes dos Remédios, I, p. 59):

«[...] Que o veja ir à vela  
Para donde nunca vem.»

5) No período salazarista, quando a polícia política fez sentir com maior força a sua acção, os Lisboaetas, olhando as armas da Cidade — em que se nota o corpo deitado do santo a meio da barca, entre os corvos —, criaram a frase, adaptada às circunstâncias: *Se pias... embarcas!*

6) *Meu Santo Antoninho, onde te porei?* Usa-se como expressão irónica, em forma substantiva, um epíteto aplicado a alguém que se trate com extremos de mimo: «*Tu* (ou ela, ou ele) *és* (ou *é*) *um santatoninho, onde te porei?*» A origem deverá ser lisboeta, dado o culto secular que na cidade dedicam ao grande taumaturgo os seus orgulhosos conterrâneos.

7) A estátua nova de Santo António, colocada na Avenida da Igreja, mostra o taumaturgo apontando para a cidade velha. Pois a veia humorística do povo Lisboa informa de que o Santo grita: *Eu não sou daqui, sou lá de baixo! E nem sequer tenho o Menino!*

8) *São Jorge e Portugal!* O Dr. Luís Chaves em «Lisboa no Galarim da Etnografia» (*Novidades, Letras e Artes*, de 7 de Agosto de 1967, Lisboa) dedica a este tema um artigo de página e meia, na sua sugestiva prosa. Dele se retira o seguinte trecho:

«[...] o que foi ao longo dos séculos o sentimento português na persistente invocação de São Jorge. Invocação na paz e na coesão interna; alarme e alarido em combate com inimigos de fama: *São Jorge e Portugal!* Lisboa consagrou de modo especial o heróico vencedor do dragão.»

9-17) *Ser (ou parecer) uma Feira da Ladra!* Luís Chaves (*Novidades. Letras e Artes*, de 27 de Fevereiro de 1967) estudou esta expressão, com as suas variantes *Pior que a Feira da Ladra, Oh! Que Feira da Ladra!* E no longo comentário, largamente informativo, diz: «[...] aplica-se o dito corrente a qualquer amontoado de objectos discordantes, em uso ou fora dele, desordenados por índole de proprietários ou usufrutuários, como também por circunstâncias anómalas. Por extensão, adapta-se a alaridos, em grupos maiores ou menores, confusões, misturas, agitação.»

Júlio de Castilho introduziu nas «Notas» ao V vol. de *Lisboa Antiga. Bairro Alto*, 3.<sup>a</sup> edição, pp. 396-400 (já indicadas no *Roteiro*, de 1973, sob o n.º 3), um apontamento, «Lisboa nos seus Anexins. Lembrete às Câmaras Municipais», muito curioso, que havia publicado em *O Atlântico* (29-XI-1883), e depois em *O Popular* (16-VIII-1897), sob o anagrama José Túlio Dalich. Vem isto



a propósito da Feira da Ladra, acabada de referir, pois que ela também entra noutro prolóquio: *Estar alguém (alguma coisa) escondido entre os trapos da Feira da Ladra*. E já agora seguem-se mais exemplos de fraseologia lisboeta, que ainda não apareceram nestes *Roteiros* e o nosso grande e inspirado cronista de Lisboa ali apontou; deles há um ou outro, de origem erudita, sem reflexo na linguagem corrente e muito menos na popular, e portanto não trasladados agora:

a) *Nem o nascer na Rua Suja tira o ser estimado na Corte Real*. É paralelo destoutro, que o nosso Júlio de Castilho inscreve na p. 223 dos mesmo volume e obra: *Preta é a pimenta e vai-se por ela à tenda; branco é o leite e vende-se pela cidade*. E como bago de cereja, agarrado ao que puxámos, lá nos chega a quadra célebre:

Chamaste-me trigueirinha,  
Eu não me escandalizei:  
Trigueirinha é a pimenta  
E vai à mesa do rei.

b) De grande mortandade ou calamidade se dizia nos séculos XVI-XVII: *Não matou mais gente a peste grande em Lisboa*.

c) Para comparação de coisa quase impossível, era costume comentar-se: *Hão-de ver os meninos órfãos a cavalo!* — que era meio de transporte só para ricos...

d) A fim de se exprimir ridiculamente o receio de prejuízo com pouca importância, exclamava-se: *Olhem lá, não se percam as rendas do Quintela!* — do riquíssimo Quintela do século XVIII.

e) *Por dar, dão* — dizem os sinos de Santo Antão, isto é, o dar serve de exemplo, pelo que uma esmola chama outra.

f) E como remate a uma recusa, dizia-se e talvez se diga ainda: *Se não gostam... mandem fazer outra... às Olarias!*

O aliciante autor da *Lisboa Antiga* incluiu no pequeno estudo, agora em análise, as designações para certos tipos de características da gente lisboeta, afamada na gíria alfacinha: *os gaiatos do Terreiro do Paço, os barqueiros da Ribeira Nova e os manéis de Alfama*.

18) *Ser como as obras de Santa Engrácia*: No nosso *Roteiro*, de 1973, p. 6, recordam-se paralelamente as *obras da Sé*, a que se somavam os projectos e a realização da *ponte sobre o Tejo* (p. 4), demorados, salvo erro, por cerca de um século. Eis três termos de comparação que a linguagem corrente só poderá usar por impulso tradicional, pois todas as *obras* viram já o seu fim. Luís Chaves dedicou ao problema de Santa Engrácia («Lisboa no Galarim Etnográfico. Algumas Expressões Tradicionais», in *Novidades. Letras e Artes*, de 27 de Fevereiro de 1967) um apontamento merecedor de consulta.

19) Na mesma série de estudos etnográficos lisboetas, referida nos números anteriores, Luís Chaves (*Novidades. Letras e Artes*, de 5 de Junho de 1967) escreve um longo e bem documentado trabalho sobre *Ora, valha-te São Crispim, que te fez assim!*: «Costumava-se dizer a quem fazia ou dizia tolices, fossem quais fossem os dislates [...].

Ouve-se ainda aqui e além. Foi sem dúvida muito corrente essa expressão em tempos idos, quando os ofícios, organizados por especialidades congéneres, tinham em Lisboa a sua função social bem definida.» Os trabalhadores de peles e couros — os sapateiros em especial — tomaram por padroeiros dois santos romanos do seu ofício, os dois irmãos S. Crispim e S. Crispiniano. O complemento da frase — *...que te fez assim!* — nasceu, naturalmente, por força de rima e reforço da censura.

20) No nosso *Roteiro*, de 1973, p. 15, n.º 30, enlista-se a frase *Muita água há no Borratém*, que se abona em Gil Vicente (edição de Mendes dos Remédios, I, 388), onde Branca Leda diz à Maria Parda, que lhe pede vinho:

Muita água há no Borratém  
E no poço do tihoso.

21) A ditadura militar de 1926 começou a exercer uma acção repressiva com a chegada de Oliveira Salazar ao poder, cerca de dois anos depois. Falava-se então na influência que a Igreja passaria a ter na vida portuguesa e em especial a Companhia de Jesus, corrente-

mente olhada como inimiga do liberalismo característico da Monarquia Constitucional e da República Democrática. Surgiram então as anedotas e os versos, as graças e as troças à nova situação política, armas que o conjunto dos oposicionistas — o revirinho — usava com frequência. Delas se escolhe esta de indiscutível proveniência lisboeta, dirigida ao violento adversário dos Jesuítas, homenageado na Rotunda:

Desce cá baixo, ó Marquês,  
Que *eles* voltaram outra vez!

22) *Ir ao Jardim Zoológico visitar (ver) a família:* Talvez possamos datar da criação do Jardim Zoológico em Lisboa a frase em epígrafe, que a ironia lisboeta logo teria composto para brincar, de modo especial com a gente miúda, quando mostrasse intenção de fazer a visita ao famoso recinto ou declarasse dirigir-se lá.

23-24) Em *Novidades. Letras e Artes*, de 30 de Setembro de 1968, Luís Chaves publicou o estudo «Desta nossa Cidade de Lisboa. Santa Bárbara. A ermida, o culto e a influência na toponímia cantonal da Cidade», que tem importância etnográfica, histórica e olisipo-gráfica. «Quantas vezes a gente de Lisboa, dentro e fora da Cidade, terá bradado com terror à protecção de Santa Bárbara, na expressão vulgar e geral:

Ó Santa Bárbara bendita,  
Que nos Céus estás escrita  
Com papel e água benta,  
Livrai-nos desta tormenta!

E, passada ela, com promessas cumpridas ou não, como sem promessas, tudo esquecia. Tão normal era a invocação da protectora de circunstância, como era depois o olvido. Tanto que o facto de sempre originou o rifão de sempre e a propósito comparável, que se diz ainda hoje:

*Só te lembras de Santa Bárbara, quando trovoa!* Outro generaliza ainda que, *passado o perigo ou os medos, todos os santos estão quedos*. Ninguém já os recordará e os chama, até chegarem novamente os *medos*.»

25-26) Na paremiologia dos *Roteiros* de 1973 (pp. 18-19) e de 1975 (p. 11), são tratadas as expressões *Ficar a ver navios do Alto de Santa Catarina* e *Cair o Carmo e a Trindade*, a que Luís Chaves deu particular atenção em *Novidades. Letras e Artes*, de 12 de Dezembro de 1966.

27) *Estar à espera das mercês das armadas*:

Como principal ponto de recepção das armadas, Lisboa terá criado esta expressão que reflecte uma circunstância real, adoptada pela linguagem metafórica para indicar um estado de espírito esperançoso.

28) *Estar à espera da nau dos quintos*: No número anterior espelha-se a esperança e neste igual sentimento se pretende. A nau dos quintos anunciava algo de bom, ainda que incerto. Era ela que trazia para Portugal os cinco por cento de imposto sobre a produção das minas de ouro do Brasil.

29) *Ir à terra*: Os provincianos, que desde sempre saíram dos seus sítios para em Lisboa encontrarem a solução dos problemas económicos, não podiam esquecer facilmente a sua aldeia ou lugar, cidade ou vila, a família, os amigos. Originou-se, pois, a frase estereotipada *ir à terra*, anseio ou concretização de um desejo enriquecido pela saudade: não se dizia o topónimo. *Terra*, «santa terrinha» na linguagem trocista dos Lisboetas, encerrava um mundo de projectos, de antevisões, de sonhos e... de preocupações. E assim foi até há pouco, em que, em vez de se *ir à terra*, se passou a *ir ao Norte*. Santo Deus! Já se diz também *ir ao Sul*; dentro em pouco se dirá *ir ao Leste*: e quando dirão os provincianos de Lisboa *ir ao Oeste*?

30) *Mandar alguém comer palha a Abrantes*: Recolhida nas regiões marginais do Tejo, a palha era trazida de Abrantes em fragatas para Lisboa, onde desembarcava no «Mar da Palha». A ideia popular do local de origem do alimento para os animais de carga ficou, portanto, ligada à bela cidade, que se tornou a *terra da palha*, como Cacilhas era a *terra dos burros*. Nisso haveria um tanto de maldade com seu tanto de crença ingénua... Resolveram, decerto

por isso mesmo, os Abrantinos fabricar a hoje famosa e dulcíssima *palha de Abrantes*, que os Lisboaetas (e toda a gente) comem com delícia.

31) No n.º 9 do *Roteiro*, de 1973 (p. 11), fala-se da casa dos bicos. Pois, muito bem. Embora com menos frequência, também há quem a designe *casa dos pregos*, o que tem sua razão de ser. Os bicos das pedras decorativas do velho edifício são o resultado do corte em diamante; o enfeite tem forma idêntica à dos pregos de cabeça piramidal, que ornamentam as portas antigas ou as que as imitam modernamente.

32) Nos dois *Roteiros*, já publicados, haverá muitos erros que escaparam à inteligência do autor, a qual apenas anotou os seguintes — do que pede desculpa — no de 1973: a) Na citação da *Jornada para as Caldas* (n.º 1, p. 13), fala-se na p. 251 do folheto. Das duas *uma*: ou não é folheto ou não é a p. 251... Realmente não é folheto. b) No n.º 14, p. 12, fala-se de dois prólogos, dizendo-se que pertencem a cartas de Camões. Corrija-se: *onde não digam os de Alfama que não tenho namorada* é, na verdade, da *Carta III*, mas *que não digam os de Alfama que não tenho guardador* encontra-se em os *Anfitriões* (cena III). E valerá a pena juntar os seguintes complementos para melhor entendimento dos pacientes Leitores: a) No *Roteiro*, de 1973, sob o n.º 24, refere-se o aviso *Água vai!*, e por ele se aconselha, agora, a leitura das pp. 163, 169 e 172-173 do V vol. do *Bairro Alto* (3.ª ed.). b) Sob o n.º 26, depara-se-nos a frase *Três coisas fazem o homem medrar: a Ciência, a Casa Real e o mar*, que Júlio de Castilho data do século XV; ora, o Dr. José Hermano Saraiva, nos seus *Elementos para uma nova biografia de Camões*, Lisboa, 1978, p. 36, dá uma versão mais aceitável (segundo nos parece): *Quem quiser medrar: Igreja, Casa Real ou mar*. c) Sob o n.º 49, vem a referência à bica dos olhos (na Rua da Boavista), cuja abonação se pode fazer com Júlio de Castilho, na *Ribeira de Lisboa*, IV vol, p. 127 (e q. v. no mesmo volume as pp. 276 a 281).

33) «Pela rua [ou pelas ruas] da amargura»: O Senhor Prof. Dr. Sebastião Pestana publicou em 1975, Sá da Bandeira, um valioso estudo sobre o *Pranto de Maria Parda* — onde não há que mais

admirar, seja a nota erudita seja a inteligente fixação do texto, o apaixonado entusiasmo pelo Poeta, a preocupação esgotante do por-menor esclarecedor. Nele se nos depara um comentário sobre o verso n.º 84 «Agora, Rua da Amargura» [e, afirmo desde já, creio antes ser «Agora, rua da amargura»], que se reparte pelas pp. 49, 86, 331 e 332.

Para melhor entendimento do Leitor, vamos começar pela reprodução do texto em jogo:

Ó triste Rua dos Fornos,  
Que foi da vossa verdura?  
Agora, rua da amargura  
Vos fez a paixão dos tornos.

Na justa interpretação que dá a esta quadra, o Prof. Sebastião Pestana escreve:

«Invocando a *Rua dos Fornos* (estância X), Maria Parda inquire do paradeiro dos antigos símbolos do vinho novo (que foi da vossa verdura? — verso 83) e sua venda, para depois a comparar à *Rua da Amargura* (verso 84), em que aquela foi transformada pela *payxam dos tornos* (verso 85).»

Aproveitando a interpretação que da linguagem metafórica do verso 84 fez a professora italiana Luciana Stegagno Picchio [II «*Pranto de Maria Parda*», di *Gil Vicente*, Napoli, 1963], acrescenta novas referências em seu reforço e termina:

«A língua de hoje ainda usa: *pôr alguém pela rua da amargura* (talvez seja mais corrente o plural — *pelas ruas da amargura*) com o preço de *rezondá-lo, invectivá-lo, censurá-lo com violência*. A pluralidade *ruas* dá ao substantivo *Amargura* um halo de entidade misterioso, um sortilégio de desgraça e infortúnio.» Informa ainda o mesmo ilustre Colega, a quem nos amparamos agora, que Luciana Stegagno Picchio estabeleceu uma sugestiva aproximação do verso vicentino com a existência no século XVI de uma Rua da Amargura em Lisboa, a cuja beira ou mesmo aí ficavam as casas que Gil Vicente habitou, fronteiras ao paço da sua protectora, a Rainha D. Leonor de Lencastre, viúva de D. João II (isto, segundo a planta de Braamcamp Freire, no seu *Gil Vicente, Trovador e Mestre da Balança* — opinião aceita pelo Eng. Augusto Vieira da Silva, na 2.<sup>a</sup> edição de

*Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 1938, de Júlio de Castilho, vol. XI). A concluir, pois, que muito embora usando uma metáfora, ao falar em «rua da amargura», a Maria Parda [e, portanto, Gil Vicente] a associasse ao arruamento lisboeta. Claro que, quer Luciana Stegagno Picchio quer o seu anotador Sebastião Pestana, ambos aceitam a associação ocasional de ideias, como é de aceitar da prudência dos dois ilustres professores.

E já agora: a) A hipótese da localização das casas onde morou Gil Vicente foi anulada por Ferreira de Andrade (e parece que bem) no estudo que sobre o assunto fez em *Palácios Reais de Lisboa*, 1949, pp. 78, 90 e 91, com uma planta do sítio, «presumivelmente». b) No estudo que publiquei nesta revista (*Olisipo*, Janeiro-Abril de 1966), «Caminhadas Lisboetas de Gil Vicente», a propósito do roteiro que a Maria Parda poderia seguir, conforme as ruas citadas, digo que ela passou por certa rua — a dos Fornos — que não identifiquei na altura: aproveito a oportunidade para anotar agora que havia uma Rua dos Fornos do Marraz, ao Chiado, segundo se lê em *O Carmo e a Trindade*, I, 17, de Matos Sequeira. E assim, a Maria Parda teria passado por ela, quando saindo do Cata-que-farás [Alecrim] se dirigia para a Rua de S. Gião [na altura, no espaço da actual Rua Augusta, entre a Rua da Conceição e a Rua de São Julião].

No roteiro da Maria Parda, que estabeleci no citado estudo sobre as caminhadas lisboetas do Poeta, indiquei o Poço do Chão («Fui-me ò Poço do Chão» — verso 91), e julgo que bem, entre a Ribeira e a Sé, embora houvesse no século XVI (como reparei, mais tarde, em *O Carmo e a Trindade*, I, 16, de Matos Sequeira), um Poço do Chão, nas proximidades do actual templo de Nossa Senhora da Vitória. Com o sítio do Poço do Chão, a Benfica, não pode estabelecer-se, logicamente, qualquer identidade.

Em opinião muito pessoal: Não será desrazoável admitir que a frase estereotipada *Pôr [ou andar] pelas ruas [ou pela rua] da amargura* seja de origem lisboeta, nascida da ligação entre a *amargura* de se andar nas bocas do mundo (pouco haverá pior) e uma rua (isto é, um local concreto) comemorativa de tal estado de espírito.

34) Uma circunstância lisboeta entrou na enigmística popular. Na estátua de D. José, no Terreiro do Paço (agora denominado oficialmente, mas sem êxito — Praça do Comércio desde os tempos

do mercantilismo), o cavalo, que majestaticamente conduz El-Rei, levanta a pata direita, pelo que ela se nos apresenta encurvada. E daí a adivinha: «Qual a perna direita do cavalo?» E a resposta só pode ser: «A perna direita é a que está torta!»

35) *É só regar e pôr ao luar*: A frase nasceu em Lisboa, diríamos em Alfama, quando este bairro se tornou o lugar de peregrinação antoniana, no mês de Junho, e as vendedeiras do Largo do Chafariz de Dentro a gritavam aos visitantes do sítio — para que lhes comprassem os vasos de manjaricos.

36) O ditério seguinte, disposto em terceto, é realmente uma sextina de inspiração lisboeta, e já recolhido pelo Doutor Leite de Vasconcelos (*Etnografia Portuguesa*, II, 579):

Cascais nobreza, — Monte riqueza,  
Estoril Grandela, — S. João meia tijela;  
E daí pra baixo — é tudo Paço de Arcos.

E o ilustre professor comenta: «Os dois últimos versos, de rima tonante, devem ter sido acrescentados aos primeiros, que são os que mais se usam. Cf. o que aconteceu com a sátira *do Moiro e do Judeu* (*Ensaio Etnográfico*, do mesmo autor, IV, 458, nota), e a *de Toloça, Gáfete e Arês* (nos *Opúsculos*, V, do Doutor Leite também).

O ditério de que se trata vai-se obliterando na tradição com a mudança das coisas.» E em nota às povoações citadas acrescenta: «[Cascais nobreza] por causa das famílias, atraídas pela Corte, que lá costumavam passar temporadas no tempo da Monarquia. Monte Estoril, com muitos chalés; gente abastada. Santo António do Estoril: Povoação de gente modesta. Os armazéns de Grandela (Lisboa) são concorridos por toda a gente, contando-se nela muita de medianas posses, que encontra ali variedade de mercadorias e de preços. [São João do Estoril] povoação ainda menos abastada que a anterior. [Paço de Arcos] no conceito do povo, povoação inferior às restantes (Assonância).»

Repare-se como o progresso da região anulou, em poucas dezenas de anos, toda a significação que o terceto teve, aquando do seu aparecimento.



37-38) Outra frase, possivelmente de berço lisboeta também, é desagradável, ainda que hoje em dia já nada represente na rivalidade entre povoações: *A Cascais — uma vez e nunca mais*. Não é fácil — talvez indecifrável — entender a razão deste ditado tópico. Poderíamos fantasiar a dificuldade na caminhada para ir de Lisboa até lá, através de uma região soalheira numas épocas, ventosa e húmida noutras, escassamente povoada, com pequenos e isolados lugarejos. Esses inconvenientes terão diminuído por metade, depois que o Marquês de Pombal mandou fazer a estrada até Oeiras, segundo a orientação da velha estrada romana. Mas o ditério, facilitado pela rima, ficou até aos nossos dias.

Lembremos agora um outro caso, que se relaciona com a paremiologia e o anedotário populares, e veio a dar à cidadezinha, por espaço de meses, uma celebridade bem triste, proporcionada pela maldade das más-línguas, sempre dispostas para a generalização.

Aconteceu que numa casa rica de Cascais foi encontrado morto um rapaz de boa família. Admitiu-se um crime e relacionou-se o facto com um baile, que o falecido havia organizado horas antes, na noite de 8 para 9 de Março de 1952. Contou-se a festa como escandalosa (e a propósito foi recordado o famoso, por indecoroso, *baile da Graça*, realizado cerca de um quarto de século antes). Cascais deu pasto às bocas do mundo e às ironias lisboetas. E imagine-se, agora, como não riria o público do Teatro Nacional, em Lisboa, ao assistir à representação da *Farsa de Inês Pereira*, de Gil Vicente, no momento em que a protagonista, enfartada da corte sensaborona de Pêro Marques, lhe grita:

«Ide casar a Cascais!»

(Vid. António Augusto Afonso, *Memórias dum Polícia Português*, «Dois Pseudos-Homicídios. O Mistério de Cascais», pp. 124-129, Lisboa 1973; e Gil Vicente, *Obras*, edição de Mendes dos Remédios, II, p. 326).

39) A sege, crê Júlio de Castilho, na *Lisboa Antiga. Bairro Alto*, V vol., pp. 285-286, 3.<sup>a</sup> edição, terá nascido pelo século XVII, impos-se no seguinte e viveu umas dezenas de anos no XIX, até por 1860. E entrou na linguagem estereotipada lisboeta, escreve ainda

este autor, como sinónimo de qualquer meio de transporte público (Isto conduz-nos, por associação de ideias, à palavra *Kodak*, transformada em substantivo comum):

«A palavra inglesa *sledge* quer dizer carro baixo ou de arrastar, sem rodas, vocábulo que bem pode ter produzido, por abuso, o nosso *sege*. O averiguado é ter-se tornado este nosso termo, por assim dizer, genérico e não designar sempre determinada espécie de veículos: «— Vim de *sege* — se dizia (e diz ainda), para marcar que não fora a pé a jornada, embora fosse num *coupé* ou num *caleche*.»

40) *Estar à espera da mulher da fava rica*: empregava-se (e é de supor que em Lisboa principalmente), quando se admitia a espera por alguém, que passaria ou não.

41) *Ir a nove*, isto é, «ir a nove pontos» constitui expressão técnica referente aos carros de transporte público colectivo, de tracção eléctrica: indica a velocidade máxima, e da sua origem lisbonense não há dúvidas.

42) E para terminarmos, vejamos uma frase, certamente das mais recentes de quantas compõem esta vasta paremiologia de Lisboa: Há um quarto de século, um polemista famoso passou a escrever, diariamente, no jornal *República* artigos, que atingiam com violência invulgar uma situação política por muitos julgada assente em pés de ferro. E os ardinias gritavam por toda a cidade: «Fala o Rocha! E o Governo está à brocha!» Era o historiador Rocha Martins.

### III

Júlio Dantas, em *Outros Tempos*, Lisboa, 1909, ocupa-se aqui e além da linguagem lisboeta no século XVIII. Não se trata de paremiologia — o tema destas notas — mas diz respeito a uma feição com interesse, que nos conta algo sobre a moda no falar corrente... e até onde tal tirania pode conduzir. É, pois, uma curiosidade suplementar:

«[...] e o tipo caricatural, lisboeta, precioso, positivamente adorável da *frança* surge nos serões do Paço, nas missas de São Roque, nos sermões da Graça e nos arcos do Rossio, como o retratam

as *Turinas* ou pragmáticas do tempo, pintado de carmim, mosqueado de sinais, emplumado de rosiclères, saltitando, dançando, mordendo o beicinho, atiplando a voz.» (p. 161).

«Não fazia mais do que obedecer ao ritual da francesia, que a [à *frança*] aconselhava — *a contar males de que ande molestada ainda que sejam mentira [...]*.» (p. 163).

«[...] — ao passo que os peraltas se efeminavam, punham fitas cor-de-rosa no rabicho, usavam moscas de tafetá, carmim na face, brincos nas orelhas, falavam em falsete [...].» (p. 167).

«[...] — e o pobre *farçola*, cruz-diabo na portaria e centurião na Igreja, continuava a fazer prodígios de gentileza e de equilíbrio, trocava as pernas em cortesias dançadas, chiava em donaires atiplados, dizia tolices [...].» (p. 200).

«Diz o poeta anónimo na quadra 21:

Porque estive um dia em Londres  
E na França dois ou três,  
Volta depois afectando  
Já não saber português.

A linguagem falada, ainda em falsete, pelo casquilho lisboeta, passa a ser um francelho pretensioso, pintalgado, amaneirado, dançado, eriçado de galicismos impertinentes.» (p. 252).

«[...] falando em Platão e em Sócrates, em Píndaro e em Bruto e recitando as francesias enjoativas [...].» (p. 253).

Em nova nota suplementar, permita-se ao autor destes apontamentos que lembre o seu trabalho, publicado em *Olisipo*, n.ºs 123 e 124, de Julho-Dezembro de 1968, «Apresentação do segundo volume dos *Contos Populares e Lendas* coligidos por Leite de Vasconcellos», onde informa das opiniões de vários escritores sobre a voz de Lisboa. A essa lista, juntam-se agora Camões (Carta IV), ao falar «de uma Dama Lisbonense, que chia como pucarinho novo com água», e a de António Nobre:

«Senhoras, rezai por mim um Padre-Nosso,  
Nessa voz que tem beijos e é de arminhos.»

Júlio de Castilho (sempre ele!) na sua *Mocidade de Gil Vicente* (*O Poeta*) também se refere ao falar lisboeta (p. 261): «Foi o desejo da Rainha D. Leonor compreendido e adoptado pelo juvenil Poeta, mas com uma condição: em vez de repetir a cena do salão, tão bem declamada, tanto à própria e com tanta graça, na câmara real, compôs ele para as Matinas um chamado *Auto Pastoril*, todo na língua da Rainha nova, língua que era, na sociedade alta, uma espécie do que é hoje em Lisboa o francês.» Esta página foi escrita em 1897.

Não contentes os Lisboaetas de aceitarem a influência do castelhano nos séculos XV, XVI e XVII tiveram a do francês nos séculos XVIII, XIX e XX, sem esquecermos o gosto actual pelo inglês. Mas também, numa tendência muito pronunciada para a imitação, sempre se arremedou a língua de preto, o italiano e o galego; e era a este que queríamos chegar ao lembrarmo-nos de dois dísticos, que nos princípios da nossa centúria faziam rir toda a gente, com música trocista:

- Minha mãe, lá bem o gaiteiro!
- Minha filha, toca-lo pandeiro!
- Mira-la gaita, mira-lo dedo,
- Mete-lo dedo no ... o galego!

Transitando agora da literatura popular para a culta, ponhamos duas frases eruditas que se vulgarizaram: «Lisboa, a cidade das sete colinas» e «Lisboa, cidade de mármore e de granito» — ambas erradas no seu conteúdo real, mas de enérgico efeito metafórico.

Grande terra é esta nossa!

## NOTAS FAMILIARES SOBRE GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

por LUÍS DE OLIVEIRA GUIMARÃES

**G**USTAVO DE MATOS SEQUEIRA, de seu nome completo Gustavo Adriano de Matos Sequeira, nasceu em Lisboa, a 9 de Dezembro de 1880, numa casa da época pombalina, com a sua capela, o seu jardim e os seus silhares de azulejos, tornejando da Rua do Arco a São Mamede para a Rua Nova de Santo António, (hoje Rua Gustavo de Matos Sequeira) e possuindo duas entradas, uma, sob o número 67, pela primeira rua, outra, sob o número 45, pela segunda. Foram seus pais, o conselheiro Joaquim Germano de Sequeira, magistrado e político, e D. Adelaide Margarida Franco de Matos. Seu pai faleceu em 10 de Setembro de 1909, sua mãe em 9 de Março de 1932. Durante os quase oitenta e dois anos da sua existência (Matos Sequeira morreu em 21 de Agosto de 1962), nem sempre viveu na casa onde veio ao mundo. Casado em 12 de Novembro de 1902 com D. Beatriz Carolina Rosado de Oliveira, desse casamento nasceram cinco filhos, três rapazes, Vasco, Joaquim e José, e duas raparigas, Maria Carolina e Maria Adelaide; o aumento da família implicou a mudança da casa paterna para casa própria; sucessivamente habitou na Travessa do Noronha, na Rua Bernardo Lima, na Rua dos Ferreiros à Estrela, na Rua do Arco a São Mamede junto à Rua de São Bento, acabando, no entanto, por voltar à casa paterna quando ela lhe coube em herança, por morte de sua mãe. Um grande affecto, aliás, o ligara sempre àquela casa, não só por ser a casa de seus pais, não só por nela ter nascido, mas porque era uma casa antiga e, desde novo, ele manifestava, a despeito do seu espírito com-

preensivo em relação ao presente, um culto, ao mesmo termo sentimental e arqueológico, pelas coisas do passado. Certos costumes, certas tradições eram nele preceitos afectuosos. Com que júbilo ele reunia, em certas datas, toda a família à sua volta! Com que ternura, por exemplo, em determinados dias de festa, ao jantar, ele, segundo um velho uso, tirava da terrina a sopa fumegante e a distribuía pelos pratos dos seus convivas! Entretanto, se, naquela casa, Gustavo de Matos Sequeira nasceu (uma lápida comemorativa colocada numa das frontarias pela Sociedade de Escritores e Compositores Portugueses de cuja Assembleia Geral ele foi presidente durante trinta anos assinala, publicamente, o facto), igualmente ali nasceu a curiosidade de Matos Sequeira pelos estudos lisboetas ao encontrar, jovem ainda, numa das dependências da casa, um baú com manuscritos respeitantes a pessoas e coisas da Lisboa de outrora. A curiosidade é a mãe da investigação. Não raro a investigação se converte em paixão. Ao constituir-se o Grupo dos Amigos de Lisboa, Matos Sequeira comentou, sorridente, à cerca do título escolhido:

— E porque não, os «Apaixonados de Lisboa»?



Acúrcio Pereira notava, um dia, que Matos Sequeira ainda viria a ser um quebra-cabeças para os investigadores futuros. Com efeito, não se apresentará tão fácil quanto se julga hoje apurar, daqui a umas dezenas de anos, se um tal Gustavo de Matos Sequeira, que nasceu no último quartel do século XIX e viveu até ao terceiro quartel do século XX, que foi militar de cavalaria, funcionário da Alfândega, comissário do Governo no Teatro Nacional, poeta, arqueólogo, jornalista, cronista, ensaísta, conferencista, dramaturgo, revisteiro, crítico teatral, crítico de arte, negociante de *bric-à-brac*, criador e orientador de ressurreições históricas, homem do Chiado e toureiro na antiga praça de Algés sob o pseudónimo de «El-Esgalho», seria uma única pessoa — ou uma série de pessoas casualmente com o mesmo nome. Grandes discussões vão, por certo, levantar-se e muitos duvidarão, segundo todas as probabilidades, que tantos e tão diversos atributos hajam sido apanágio da mesma pessoa. Acúrcio tinha razão. Vai ser um quebra-cabeças. Entretanto, para sossego desses futuros

investigadores, desde já afirmo aqui, com suficiente conhecimento de causa, que essa série de Matos Sequeira não passava do múltiplo desdobramento de um só. Todos os que o acompanharam sabem bem que assim é. O que a todos sempre causou justificado espanto foi que, sendo ele de compleição pouco robusta (em criança os médicos chegaram a profetisar que a sua existência não seria longa) pudesse ter labutado tanto e nos mais variados ofícios. «Nada fatiga tanto como não fazer coisa alguma» — dizia ele. Por isso ao longo da sua vida, o seu melhor repouso fora sempre o trabalho. Nas vésperas da morte, desaparecidas nos seus familiares todas as esperanças de vida, ainda ele, com a voz, que já era um murmúrio, fazia projectos de trabalho.



A sua obra numerosa e variada — versos, artigos, crónicas, conferências, livros, opúsculos, peças de teatro, realizações das mais variadas espécies — não só lhe abriu as portas das nossas três Academias, a Academia das Ciências, a Academia de História e a Academia de Belas-Artes, como lhe outorgou honras e veneras. Nunca deixou de ser grato às homenagens que lhe prestaram: o homem, porém, manteve-se sempre simples e modesto. A sua própria *toilette* era tudo quanto havia de mais despretençioso. Se os fatos estavam novos ou velhos, pouco lhe importava. Gravatas, quaisquer lhe serviam, logo que não dessem nas vistas. Se comprava um chapéu — nos tempos em que usava chapéu que viria a substituir por uma boina basca — levava dias a sentar-se em cima dele para lhe tirar as arrogâncias de novo. Vestir casaca constituía para o seu feitio um autêntico suplício. Ele e Pereira Coelho compraram, de sociedade, um chapéu alto. Quando cabia a Matos Sequeira a vez de o enfiar (ele nunca dizia pôr), praguejava sempre. Mas deste homem modesto e simples, despreendido de *toilette*, isento de protocolo, que trocava o *champagne* pelo mais modesto dos vinhos e o charuto pelo mais magro dos cigarros, irradiava-se uma fascinante luminosidade de espírito. Conversador excelente, era um prazer escutá-lo. Nunca o vi numa esquina, num *foyer*, numa mesa de café, que não tivesse alguém à sua volta. A erudição e a graça, a observação e o pitoresco, a história e a anedota, reuniam-se, na sua conversa, numa amalgama perfeita.

— A vida — afirmava ele, uma tarde, na Brasileira do Chiado — é demasiadamente grotesca para não se tomar a sério e demasiadamente séria para não ser levada a rir.

Além de todos os outros atributos temos de acrescentar a Matos Sequeira mais este: o de filósofo.



Das qualidades de Matos Sequeira, duas me permito destacar neste momento: a ductilidade do seu espírito e a amplitude da sua cultura. Das suas paixões, me permito igualmente, neste momento, destacar duas: a sua paixão por Lisboa e, embora ele a não confessasse claramente, a sua paixão pelo Teatro. Desde o dia em que deparou, em casa de seus pais, com aquele velho baú de curiosidades alfacinhas, a olisipografia passou a constituir para ele um culto apaixonado. Basta dizer que, ainda aluno do Colégio Militar onde fez os estudos secundários, nas suas folgas do Colégio, ao domingo, findo o almoço, pedia licença aos pais e calcurreava a pé, da Rua Nova de Santo António para a Quinta da Costa, em Carnide, onde morava Júlio de Castilho, notável olisipógrafo, para que ele lhe falasse da Lisboa antiga. Por sua vez, o Teatro mereceu-lhe, também, desde jovem, apaixonado culto. Aos sete anos começou a frequentar o palco do Ginásio levado pela mão de um tio seu, de nome João de Matos, solteirão impenitente, mas que uma linda actriz da companhia daquela casa de espectáculos, Beatriz Rente, enfeitiçara quase até ao casamento. No Ginásio nasceu o culto de Matos Sequeira pelos bastidores e, assim como foi um olisipógrafo ilustre, foi um distinto autor teatral. O Matos Sequeira historiador da *Lisboa depois do Terramoto*, do *Tempo Passado*, do *Carmo e a Trindade* nunca deixou de ser amigo íntimo do Matos Sequeira comediógrafo do *Diabo Azul* e do Matos Sequeira revisteiro do *Sete e Meio*.



Matos Sequeira tinha dois escritórios: um, em estilo Império, ilustrado de gravuras, e em cujas estantes, em cujos armários, ele guardava volumes raros e recordações íntimas; outro, verdadeira oficina de trabalho, com uma grande mesa ao centro, prateleiras toscas



à volta, e em que os livros, os papéis, os verbetes, se sobrepunham, por todos os lados, na mesa, nas cadeiras, no próprio chão. Ninguém ali conseguia descortinar coisa alguma — a não ser o «mestre da oficina», que sabia onde estava tudo. Matos Sequeira, quando em casa, escrevia habitualmente, ali. Mas nunca precisou, para escrever, de ambiente especial. Escrevia em casa ou na rua, nas redacções ou nos cafés, na cidade ou no campo, de dia ou de noite, a lápis, a tinta ou à máquina. Tudo dependia da ocasião, da urgência, da chama inspiradora ou do género de trabalho. Pensava e escrevia relativamente depressa, sendo raras as emendas ou as alterações. O que não dispensava era o cigarro. Não direi que o cigarro constituísse para ele um estimulante: constituía, porém, um companheiro solícito e inseparável. Fumava continuamente.

— Fumar é um veneno. Deixe de fumar — recomendavam-lhe os médicos.

— Pode ser um veneno — retorquia ele. — Mas mata muito devagar. Eu cheguei a velho e fumo desde rapaz...

Não seria o cigarro que o matou, mas talvez lhe apressasse a morte.



# ALFREDO GAZUL

*Artista lírico, violinista e notável compositor*

por JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

**A**LFREDO Gazul, de seu nome completo Alfredo Cipriano Gazul, nasceu em Lisboa em 3 de Agosto de 1844, filho do flautista e professor José Gazul Júnior, descendente de um industrial catalão que, na segunda metade do século XVIII, viera estabelecer-se em Lisboa. Numerosos membros da família Gazul foram bons músicos, profissão em que mesmo alguns muito se distinguiram.

Alfredo Gazul entrou para o Conservatório em 1856. Frequentou a aula de violino, em que obteve vários prémios, até 1864, ano em que devia concluir o curso, não tendo chegado a fazer exame devido ao falecimento do pai. Depois, inscreveu-se sucessivamente nos cursos de Harmonia e de Contraponto, tendo-os terminado, respectivamente, em 1865 e 1868. Nesse tempo, era já considerado, violinista de grande distinção, sendo de notar-se que, desde 1860, isto é, com dezasseis anos de idade, ocupava lugar de primeiro violino na orquestra do Teatro de S. Carlos, e que se apresentava frequentemente a solo em concertos públicos e saraus particulares, como os promovidos pelos marqueses de Penafiel, concorridos pela flor da sociedade lisboeta da época.

Tinha Alfredo Gazul um irmão mais velho, cantor de bastante mérito e possuidor de potente voz de tenor, que não chegou a aperfeiçoar-se. Os dois, ao ensaiarem-se por entretenimento em casa, descobriram que o mais novo começava também a manifestar qualidades necessárias a um cantor, sobretudo bela voz, elemento que o

Alfredo possuía, a princípio franzina e curta, mas de suavidade encantadora. De experiência em experiência, o novo cantor atreveu-se a exhibir, em audições particulares e festas religiosas, o raro dote com que poderia contar, graças aos seus conhecimentos de perfeito músico. Como estudante, os exercícios, que apresentava, eram notáveis pela minuciosidade do trabalho; somente na teoria se mostrava perturbado por invencível retraimento. Quanto aos seus dotes vocais, não hesitou em aceitar os incentivos de amigos e admiradores, decerto a primeira vez que soube zelar seus interesses...

Alguns amadores, que o ouviram, incitaram-no a trocar a carreira de violinista pela de cantor lírico, e prepararam uma experiência de grande classe: a recreativa Assembleia Familiar, uma das sucessoras da Antiga Sociedade Filarmónica e da qual faziam parte os principais diletantes da capital levaram a efeito uma representação da ópera de Bellini *Os Puritanos*, desempenhada por amadores e em que a Alfredo Gazul coube o principal papel.



O artista aos 36 anos

Resultado decisivo: deliberado promover-se um concerto público, cujo produto auxiliasse as suas despesas da viagem e estudos em Itália, sendo o excesso coberto pelo capitalista Caetano Leite. Assim, pôde o jovem tenor partir para Milão, onde lhe deu lições o notável barítono Giovanni Corsi.

A carreira lírica abriu-se logo de par em par a Alfredo Gazul. Estreou-se no Teatro Comunal de Vigevano em 1872, com a *Lucrecia Borgia*. O seu mestre italiano deslocou-se para o ouvir e associar-se ao triunfo, esperado mas na realidade excedido, do jovem tenor português.

Gazul, ainda em 1872, repetiu no mesmo teatro aquela ópera e cantou *A Favorita* e *Os Puritanos* no ano seguinte.

Logo depois partiu para Turim, onde se apresentou no *Elixir de Amor* e em uma ópera nova *Amore alla prova*, tendo seguido depois para Milão, onde se fez ouvir no *Elixir de Amor*, *Diamantes da Coroa* e *Uma aventura de Scaramúccia*.

Em 1873 cantou *A Traviata* em Biella, e *Os Puritanos* e *Rigoletto* em Savigliano. No ano imediato, tendo passado a Forli entrou em algumas representações de *Educandas de Sorrento* e *Caid*, e novamente no *Elixir*, e em Génova em *O Barbeiro de Sevilha* e numa ópera nova *La Fanciulla Romantica*. Ainda em 1874, voltou a Turim para criar ópera nova: *Carlo il Temerário*.

Alfredo Gazul ambicionava visitar Portugal e por isso aceitou a escritura, que lhe foi proposta para o *Teatro de S. João*, do Porto, na época de 1874-75. Ali alcançou não menores triunfos do que os



Alfredo Gazul aos 50 anos

colhidos em Itália, nas óperas *A Favorita*, *Rigoletto*, *A Traviata*, *A Sonâmbula*, *Linda de Chamounix*, *Lucrecia Borgia* e *O Barbeiro de Sevilha*.

O extraordinário agrado com que foi recebido nò Porto ocasionou-lhe contrato para S. Carlos, de Lisboa, onde cantou em Abril

de 1875 *A Sonâmbula*. Fonseca Benevides, na sua notabilíssima obra *O Real Teatro de S. Carlos*, elogiou a excelente voz do jovem artista.

Por essa época, amigos seus organizaram, no Teatro de D. Maria II, de Lisboa, uma festa artística do laureado tenor, constituída pela representação da ópera *Elixir de Amor*, cuja parte do protagonista era uma das suas glórias.

Voltando a Itália, cantou em Piacenza e em S. Remo o *Orlando Furioso*, a *Lucia de Lamermoor*, *D. Pascoal* e *Lucrecia Borgia*.



Na ópera *A Favorita*



Na ópera *Elixir de Amor*

Escriturado para actuar num concerto em Ravena, constituído por trechos de óperas, foi tão extraordinariamente ovacionado que teve de repetir em outra noite o mesmo programa.

Em Agosto de 1877 foi a Milão cantar *O Barbeiro* e repetiu, em vários teatros do norte da Itália, o reportório acabado de mencionar. Chamado, depois a Roma, cantou no Teatro Argentina *A Sonâmbula* na companhia da célebre Donadio, ópera que repetiu em Milão ainda no final de 1877, com a mesma cantora.

O mês de Janeiro de 1878 passou-o em Turim, onde desempenhou os principais papéis das óperas do seu reportório, algumas com a mesma *diva*; em Fevereiro e Março cantou em Fano *O Barbeiro* e *Linda de Chamounix* com o eminente barítono Squarcia; em Abril partiu para a Áustria, onde se exibiu em duas óperas, tendo estado em seguida em Florença, a participar na representação da *Safo* [de Pacini] com a distinta cantora Urban. No Outono, interpretou *O Fausto* e *A Força do Destino*; no Inverno, acompanhou o giro artístico de Giralbine e Carolina Ferni, por Florença, Bolonha e Emilia, com os quais criou a ópera *Il Violino del Diavolo*.

Em 1879 cantou em Novara e em Palermo *Lucia* e *Rigoletto*; prolongado o contrato respeitante a essa cidade, repetiu a primeira destas óperas, a que juntou o *Fausto*. Foi em seguida a Barcelona, onde no Teatro Principal e depois no Liceo cantou a *Safo*, *Maria de Rohan* e *O Violino del Diavolo*. Chamado a Madrid, cantou no Teatro Real *A Sonâmbula* com a Varesi, conquistando muito agrado.

Os dias gloriosos do artista acabaram então. Transcrevemos as palavras de Ernesto Vieira sobre o brusco final de tão promissora carreira:

«Depois de ter sido aplaudido e admirado em tantas cidades estrangeiras, reservava-lhe a própria Pátria as mais cruéis decepções e longos dias de amargura. Pelos fins de 1879, chegou-lhe às mãos a proposta de nova vinda ao Teatro de S. Carlos; aceitou-a com com grande alvoroço, julgando que os seus patrícios o receberiam carinhosamente e que no seu País continuaria, com igual felicidade, a carreira que até ali tão brilhante tinha sido. Tão risonhas eram as suas esperanças como triste foi a desilusão.

«Quando foi anunciada a sua estreia na *Linda de Chamounix*, sentiu-se indisposto: não deveria apresentar-se e assim comunicou à empresa. Esta, porém, insistiu em que cantasse, e o fatal acanhamento do modesto Alfredo Gazul impediu-o de se recusar terminantemente a estrear-se no dia anunciado; cantou com manifesta falta de saúde, confiado no entanto na complacência do público, mas este foi inexorável, mostrando-lhe o seu desagrado de modo brutal — a brutalidade dos antigos frequentadores de S. Carlos, que para fazerem gala de *entendidos* nunca hesitaram em ser grosseiros.

«Contava ele que foi tal o seu choque, tão grande emoção sentiu que, mesmo em cena, não pôde conter as lágrimas: ao descer o pano, jurou nunca mais cantar. E cumpriu o juramento: ninguém mais o ouviu em teatro ou concerto; só o ouviram os discípulos quando tinha de exemplificar-lhes as lições.»

Certamente recordava os louvores que poetas italianos lhe haviam feito:

*La tua voce nel cor dolce mi suona  
Come canto del cielo a me venuto;*

.....  
*Quando la nota tua dolce sorvola  
Ad un'onda di suoni armoniosa,  
Lembra un'eco d'angelica parola.*

mas deliberou dedicar-se exclusivamente ao ensino. Mestre superior já ele era, com a ciência musical que possuía, a ilustração adquirida nos países que percorreu, a educação vocal recebida de outro grande mestre, que foi Giovanni Corsi, e amor pela Arte, que ele adorava com verdadeira paixão.

Entretanto, Alfredo Gazul não deixara de ser o excelente violinista que fora antes de se tornar cantor. Em 1888 juntou-se a Rey Colaço, Vítor Hussla e João Evangelista da Cunha e Silva, para constituírem uma *sociedade de música de câmara*, que realizou diversas séries de concertos desde aquele ano até 1896 e foi o mais notável agrupamento do género que tem existido entre nós. A parte de *violino* foi desempenhada por Vítor Hussla e a de *violeta* por Alfredo Gazul. Em Março de 1896, na residência de Rey Colaço, realizou-se um concerto de cujo programa fazia parte o quarteto em sol menor de

Brahms, tendo o célebre violinista Sarasate, que ocupou o lugar de violino, rendido os melhores elogios a todos os artistas.

Como compositor, foi pelos seus contemporâneos considerado artista inspirado e talentoso, cujas obras adiante relacionamos, entre as quais uma executada sob a sua direcção no grande concerto que a Associação Musical 24 de Junho, então no apogeu do seu esplendor, realizou no antigo Circo de Price, em 9 de Junho de 1880, por ocasião dos festejos do tricentenário de Camões: os *Kiries* da sua bela *missa em ré menor*. Do programa constavam só composições portuguesas, sob a regência dos respectivos autores: Guilherme Cos-soul, Santos Pinto, Monteiro de Almeida, Joaquim Casimiro, João Guilherme Daddi, Júlio Soares, Justino Castilho, Alfredo Gazul, Alexandre Ferreira, Francisco de Freitas Gazul e Frederico Guimarães.

Apoio oficial faltou-lhe sempre. A seguir recordamos um dos golpes vibrados na sua justa aspiração de ascender ao professorado, em posição condigna aos seus merecimentos. Julgou-se com direito a ocupar o lugar vago de professor de canto do Conservatório; começou para isso a empregar diligências, movendo os indispensáveis apoios, mas repentinamente e com geral surpresa apareceu preenchido o lugar sem concurso.

Durante o último período de actividade no ensino particular, pôde provar quanto valia como professor de canto. Fundara-se em 1894, principalmente por iniciativa de Júlio Neuparth, um estabelecimento de ensino intitulado Instituto Musical, fazendo dele parte Alfredo Gazul; como tivesse bons discípulos, alguns dos quais aspiravam à carreira teatral, empreendeu realizar dois espectáculos públicos com as óperas *A Sonâmbula* e *Os Pescadores de Pérolas*, que tiveram êxito invulgar. Esses espectáculos efectuaram-se no Teatro Avenida, de Lisboa, e foram repetidos no de Garcia Resende, de Évora. Da segunda das óperas referidas foi protagonista a futura actriz-cantora Medina de Sousa, que conservou sempre a maior admiração por «aquele que foi o meu único mestre de canto conhecedor do seu mister, a quem votei uma grande admiração, e serei eternamente grata» — (carta a Ernesto Vieira). Esta artista promoveu, quase no final da vida de Alfredo Gazul, um concerto, em homenagem e auxílio a quem tanto devia.



## COMPOSIÇÕES E OBRAS DIDÁCTICAS DE ALFREDO GAZUL

*Música religiosa; música para orquestra; obras diversas; uma ópera*

### MÚSICA RELIGIOSA

- 1 — *Missa n.º 1*, a três vozes e orquestra — 1866.
- 2 — *Missa solene*, a três vozes e orquestra — 1880. Esta Missa foi premiada com medalha de ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1888.
- 3 — *Méssa a due voce ed organo*. Composição de bom estilo religioso, evidentemente escrita em Itália.
- 4 — *Kyries e Cum Sancto Spiritu*, a três vozes e orquestra completa. Foram estas duas peças extraídas da *Missa solene* precedentemente mencionada (n.º 2), para serem executadas no concerto de música nacional promovido pela Associação Musical 24 de Junho e realizado em 9 de Junho de 1880, para celebrar o tricentenário de Camões.
- 5 — *Missa breve e fácil*, a duas vozes e órgão. Pela caligrafia e aspecto do papel, concluiu-se ser uma das últimas composições do autor, feita talvez muito à presa por encomenda.
- 6 — *Ladainha de Nossa Senhora*, a três vozes e pequena orquestra — 1870.
- 7 — *Laudamus te*, solo de tenor com orquestra — Julho de 1874.
- 8 — *Invitatório da novena de Nossa Senhora do Castelo* (de Coruche), a três vozes e pequena orquestra — 1875.
- 9 — *Ave-Maria*, a quatro vozes e orquestra completa.
- 10 — *Domine Deus*, solo de barítono e orquestra — 1881.
- 11 — *Qui tollis* [*Qui tollis peccata mundi*], para tenores e baixos com pequena orquestra, e «corne» inglês a solo.
- 12 — *Te Deum*, a quatro vozes de homens e orquestra completa — 1882.
- 12 bis — *A composição precedente*, com acompanhamento de piano.
- 13 — *Tantum ergo*, solo para voz grave, com acompanhamento de órgão.

- 14 — *Tantum ergo*, a quatro vozes de homens, com acompanhamento de fagotes, violas, violoncelos e contrabaixos. Pelas rubricas, escritas todas em italiano, depreende-se ter sido esta composição feita em Itália. Nela se patenteia a par de técnica superior estilo elevado e o mais profundo sentimento religioso.
- 15 — *O Salutaris*, solo para voz grave, com acompanhamento de órgão.
- 16 — *Ave-Maria*, para três vozes e órgão — 1905.
- 17 — *Salve-Rainha*, solo para voz grave, com acompanhamento de piano — 1906.
- 18 — *Versículos*, que se cantam na Procissão dos Ramos, para três vozes sem acompanhamento.
- 19 — *Bendito*, melodia de carácter popular, com acompanhamento de orquestra.

#### MÚSICA PARA ORQUESTRA

- 20 — *Primeira Abertura*, para pequena orquestra — 1865.
- 21 — *Varsoviana* — 1868.
- 22 — *Mazurca* — 1868.
- 23 — *25 de Dezembro*, Marcha Brillhante, para orquestra completa.
- 24 — *Segunda Abertura*, para pequena orquestra. Porto, 1875.
- 25 — *Sinfonia*, para grande orquestra, comporta em Milão no mês de Setembro de 1876, executada pela primeira vez no Teatro Príncipe Amadeu, de S. Remo, na noite de 3 de Março de 1877.
- 26 — *Homenagem a Luís de Camões*, abertura para grande orquestra — Lisboa, 1897. Grandiosa composição, que produziria ainda hoje óptimo efeito. Trabalho técnico muito esmerado.
- 26 bis — A composição precedente, transcrita para piano a quatro mãos.

#### OBRAS DIVERSAS

- 27 — *Primeiro Passo Dobrado*, para banda militar.
- 28 — *Segundo Passo Dobrado*, idem — 1870.



Início da parte cavada de violino I da abertura para grande orquestra  
*Homenagem a Luis de Camões* — 1897. (Poderá servir de indicação do estilo  
 e temática da obra.) Autógrafo do compositor

- 29 — *Fantasia sobre «Os Huguenotes»*, de Meyerbeer, para viola com acompanhamento de piano.
- 30 — *Senza Spéme*, romança para canto, poesia de Nuno de Freitas Queriol. Publicada por *O Mundo Artístico*, em Abril de 1883.
- 31 — *Colecção de Cinco Entre-Actos*, para pequena orquestra.
- 32 — *Método Elementar de Rabeca precedido dos princípios elementares de música*. Editado por Neuparth & C.<sup>a</sup> — Lisboa.
- 33 — *Dex Melodias Fáceis para violino com acompanhamento de piano*, destinadas a servirem de complemento ao supracitado *Método Elementar*. Lisboa.
- 34 — *Compêndio de Música e de Canto Coral* [em borrões e incompleto]
- 35 — *Método de Entoação dos Intervalos Alterados* — colecção de exercícios e sofejos com acompanhamento de piano.

## ÓPERA

- 36 — *Lelia*, melodrama dividido em dois ou três actos, libreto de C. Felice Zopegni.

Sobre esta partitura, ouçamos as autorizadas palavras de Ernesto Vieira, insertas no semanário *Eco Musical*, órgão defensor dos músicos portugueses, em 1913, isto é, cinco anos após a morte de Alfredo Gazul:

«O autor da *Lelia* tinha as melhores esperanças de que a sua ópera fosse cantada, pois aparelhou todo o material para estar pronto à primeira voz: a partitura de orquestra, limpa e completa em dois grossos volumes, outra partitura para piano e canto, igualmente em dois volumes, partes separadas das vozes e da orquestra, tudo, enfim, quanto seria necessário para uma execução imediata.

*Lelia*

Lisboa 22 de Dezembro de 1906  
Alfredo Gazul

Princípio de uma ária da ópera «Lelia»

A maior parte do trabalho foi feito em Itália, como o próprio libreto. Este é de poeta desconhecido e realmente não prima pelo engenho nem pela novidade. Trata-se de uma aristocrata, prometida esposa de um conde e apaixonada por um operário mineiro; por isso, a ópera teve primeiramente o título *Eurico il Minatore*, que foi mudado para o da protagonista.

A factura geral da música afasta-se já bastante dos antigos modelos consagrados em Itália, mostrando evidentes tendências para acompanhar a evolução que se operava quando foi escrita; mas, ape-

sar de ter carácter individual, conserva-se fiel à influência italiana e nem por sombras se aproxima das formas wagnerianas.

Contém trechos notáveis, melodias espontâneas, e no todo atesta sempre ser obra minuciosa de músico consciencioso, dotado de profundo sentimento e possuidor de todos os recursos da sua arte. A banalidade é evitada com cuidado, as modulações sucedem-se com extraordinária exuberância, os habituais acompanhamentos rítmicos dos antigos mestres italianos são pouco frequentes e quase desaparecem por entre o rendilhado contrapontístico, que constitui o principal revestimento da melodia.

Em resumo, a partitura da *Lelia* representa muito e longo labor, muita ciência musical, muito amor pela arte e uma fortíssima vontade de vencer todos os obstáculos, superar todas as dificuldades para sair da obscura mediocridade. Tudo perdido! »



Último retrato de Alfredo Gazul,  
tirado em 1908, ano anterior ao  
do seu falecimento

Ao conjunto desta ópera e das três composições a seguir mencionadas, da autoria de Alfredo Gazul, pode dar-se-lhes a primazia

entre todas as deste malogrado autor. É a conclusão que certamente se extrairá dos elementos críticos que sobre elas se conhecem:

*Homenagem a Luís de Camões*, abertura para grande orquestra — 1897

*Tantum ergo*, a quatro vozes de homens, com acompanhamento de fagotes, violas, violoncelos e contrabaixos.

*Missa solene*, a três vozes e orquestra — 1880.  
Obra premiada com medalha de ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1880.

#### *Dados biográficos da Família Gazul*

Como deixamos assinalado no texto, numerosos elementos desta família radicaram-se em Portugal, tendo muitos alcançado com êxito profissões musicais. No vol. I do *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, de Ernesto Vieira — Lisboa, 1900, encontram-se várias informações sobre o assunto.

## NO PRIMEIRO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE TEIXEIRA DE PASCOAIS

por A. BROCHADO RODRIGUES

Teixeira de Pascoaes, cujo primeiro centenário do nascimento se comemorou no decorrer de 1977, é um poeta de hoje e um poeta de sempre. Bastaria até dizer, para confirmar esta verdade, que o nome de Pascoaes não se apagará no livro grande da poética lusíada pelo simples facto de ter sido ele o criador de uma nova escola literária, ou seja, do «saudosismo». Contudo, e bem mais que o tom saudosista que perfuma os seus versos, é a profundidade dos mesmos, aliada a uma perfeita metrificação e a uma invulgar facilidade de rima, que situa o poeta amarantino entre os mais elevados expoentes da lírica portuguesa.

Nascido em Amarante, a 2 de Novembro de 1877, Teixeira de Pascoaes formar-se-ia, em Direito, pela Universidade de Coimbra, mas duma Coimbra dominada, então, em princípios do século, por um numeroso grupo de jovens dados às musas e, ainda, pelo Augusto Hilário, boémio e afamado barítono que trocava as sebatas de Medicina pela sedução das guitarras.

Uma vez obtida a formatura, Pascoaes cedo abandonou a carreira jurídica, radicando-se em S. João de Gatão, freguesia da terra natal, para aí dar começo a uma outra carreira, a literária.

O «Maranus», a «Terra proibida», o «Sempre», os «Cantos indecisos», as «Sombras», eis alguns dos livros que o classificaram

como poeta de rara estirpe. E foi o eco destas obras e dos trabalhos biográficos sobre Santo Agostinho e S. Paulo e, mais tarde, sobre Camilo e Napoleão, que o tornaram respeitado e venerado. Hoje um, outro amanhã, os mais conhecidos homens de letras do seu tempo, alguns até de além-fronteiras, visitaram Pascoaes e com ele conviveram no ambiente acolhedor da sua moradia solarenga de S. João de Gatão. Pode dizer-se que essa série ininterrupta de visitas se deveu ao facto de o saudosista só esporadicamente abandonar o seu pequeno mundo, às portas de Amarante. Na verdade Pascoaes apenas cavaqueava com os confrades e amigos quando, em certas ocasiões, se dirigia ao Porto, onde o seu destino era a Foz do Douro e Raul Brandão, e algumas vezes à casa da família, em Lisboa, ali para os lados de Santos. Mas aquela terra de Gatão, povoada de arvoredos e fronteira ao dorso do Marão, aos pés do qual, em vale fundo, se alonga o fio verde do rio Tâmega, a desfazer-se em cantos de água, era bem sua terra prometido. Pertencia-lhe e de tal modo se lhe deu que a eternizou em versos de alta elegia:

«Sem esta terra funda e fundo rio  
Que ergue as asas e sobe em claro voo;  
Sem estes ermos montes e arvoredos  
Eu não era o que sou.»

Por isso quem visitava Pascoaes, em Gatão, e o descobria simples, humilde e totalmente entregue ao ambiente que o rodeava, compreendia o motivo que prendia o lírico àquele torrão verde. E, assim, Teixeira de Pascoaes, em vez de se ir mostrar para além dos horizontes do seu mundo restrito, recebia, nele, as homenagens dos seus admiradores. E tal aconteceu por largos anos até ao resto da sua existência. Como ainda acontece na morte.



# AFONSO LOPES VIEIRA

(No centenário do seu nascimento)

pelo DR. JOSÉ CASSIANO NEVES

Comemora-se no corrente ano o primeiro centenário do nascimento de Afonso Lopes Vieira, cuja obra poética é um canto a Portugal e uma mensagem aos jovens, ensinando-os a amar a terra onde nasceram.

Poeta nacionalista por excelência, colocando a Pátria acima das ideias políticas, foi um inconformista perante gregos e troianos. Desde os bancos da escola que assim foi, e essa posição ficou bem marcada na sua passagem por Coimbra, onde se formou em Direito.

Coimbra foi sempre um alfobre de grandes poetas, onde a rapaziada, em permanente contacto, dá origem a uma selecção de camaradagem, estimulando os mais inteligentes, contribuindo para a formação de elites, que ao longo da vida, aqui e além, se vão notabilizando na sua profissão.

No seu In Memoriam, Alberto Pinheiro Torres, referindo-se à sua vida de estudante, faz esta referência:

«Aristocrata pela inteligência e pelo coração, reservava para muito poucos os tesouros da sua estima e do seu espírito».

Meu pai, que nasceu precisamente no mesmo ano que Afonso Lopes Vieira, era licenciado em Medicina e Filosofia pela Universidade de Coimbra, onde também frequentou a Faculdade de Matemática. Aluno laureado, teve como médico uma das maiores clínicas

de Lisboa. Natural de Lamego, por devoção de seus filhos, ali se fundou o «Prémio Dr. Cassiano Neves», para o aluno mais classificado do último ano do Liceu.

Meu avô, um dos fundadores do Liceu, razão do referido Prémio, era advogado, e no dizer de Aquilino Ribeiro, foi um «homem de coração de ouro, e a inteligência mais privilegiada que tivera Lamego...» (Arcas Encoiradas).

Também foi contemporâneo, entre outros, de Vicente Pinheiro de Melo, que por morte de seu irmão João, viria a ser o 3.º Conde de Arnoso.

Licenciado em Direito, e grande Poeta foi uma das figuras mais curiosas, que na sua época, passaram por Coimbra, celebrizando as tricanas em alguns dos seus livros. Para um deles «Coimbra, nobre cidade», foi Afonso Lopes Vieira o autor do prefácio. Augusto Gil, Fausto Guedes Teixeira, Alexandre Braga, e muitos outros, entre os quais o célebre «Pad Zé», faziam parte do grupo.

Vicente Arnoso, uma vez por semana, almoçava em nossa casa, onde era recebido como família. A sua ternura por minha irmã era tamanha que a obrigava a tratá-lo por Padrinho, se bem que fosse afilhada de Egas Moniz.

A carta que segue é testemunho da sua amizade de que meu Pai também tanto se orgulhava: «Meu Cassiano cheguei ha vinte e quatro horas e parto depois d'amanhã terça, no rapido da manhã, para Pindela.

Vim para provar uns fatos, e não me foi possivel abraçar-te ainda.

Quero vêr se ahi posso chegar amanhã, para te agradecer muito a tua carta que tanto me enterneceu.

A tua amizade é entre a de todos os meus amigos aquela, com que mais me orgulho.

• Obrigado meu Cassiano.

Peço-te os meus respeitosos cumprimentos a tua Ex.<sup>ma</sup> Esposa e recebe um forte e longo abraço de teu

Vicente

P S

O que ha do nosso Fausto?»

Domingo à noite

Meu Casiano

Cheguei às vinte e quatro  
horas e parto depois de amanhã  
terça, no sapato da manhã para  
Pindamon.

Vim para provar uns fatos,

e não me foi possível ir dizer  
-te ainda.

Quero vêr se ahí posso deixar  
ambónia para te agradecer  
muito a tua carta que tanto  
me enterneceu.

A tua amizade é entre  
a de todos os meus amigos,  
aquella, com que mais me  
orgulho.

Obrigado meu Casiano

Peço-te os meus mais respeitosos  
cumprimentos a tua mãe e  
recebe um forte e longo  
abraço do teu

PS  
Vinte e  
o que ha do nosso ponto.

Como poeta, Afonso Lopes Vieira admirava a natureza, e S. Pedro de Moel, onde passava uma parte do ano, era terra da sua predilecção.

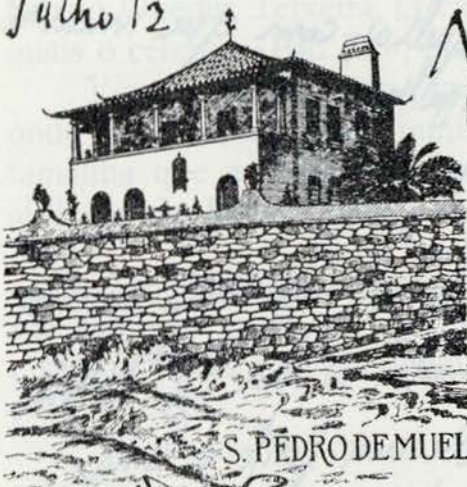
Vicente Arnoso ali foi de passeio, por uns dias, e os dois Poetas, conforme atestam as suas assinaturas, datadas de 12 de Julho de 1912, enviaram a meu Pai os seguintes versos:

Nós, d'aqui, ao pé do Oceano,  
por onde os olhos deitámos,  
o nosso saudar mandámos  
ao alto Doutor Cassiano

Que elle, com graça Divina  
e com pericia mui bôa,  
ordene, em toda a Lisboa,  
mézinhas de medicina.

Entanto nós, contemplando,  
o mar, o grande Doutor,  
vamos de cá recordando,  
dos Fisicos-Móres a flor!

Julho 12



Nós, d'aqui, ao pé do Oceano,  
por onde os olhos deitámos,  
o nosso saudar mandámos  
ao alto doutor Cassiano.

Que elle, com graça divina  
& com pericia mui bôa,  
ordene, em toda a Lisboa,  
mézinhas de medicina.

Entanto, nós, contemplando,  
o mar, o grande Doutor,  
vamos de cá recordando  
dos fisicos-móres a flor!

Mais tarde, em 1914, quando meu Pai foi pela primeira vez Governador Civil de Lisboa, Afonso Lopes Vieira manifestou-se com um amigo cartão, que transcrevo: «Meu caro Cassiano: não costumo felicitar os meus amigos quando elles ascendem aos cargos publicos. Mas com V. abro gostosamente uma excepção, sobretudo num tempo ã a ferocidade sectaria, quasi geral nos portuguesxes, aproveita cir-

cunstâncias destas para mostrar o mau sorriso. Desejo-lhe do coração a melhor felicidade como seu amigo sempre grato

a) Afonso Lopes Vieira

Fevereiro 14»

No espólio de meu Pai, encontrei outras cartas de Afonso Lopes Vieira, algumas enormes, a propósito de graves arrufos com Vicente Arnoso, que não vêm agora para o caso.

Falou-se em Fausto Guedes Teixeira, grande Poeta e grande Amigo, que recordo com saudade.

Inúmeras vezes almocei na sua linda casa de Lamego, que pertenceu ao Visconde de Valmor, seu Tio, de quem a herdou. Foi no tempo em que eu era aluno do colégio, o célebre colégio do Padre Alfredo Pinto Teixeira, grande educador, por todos estimado e respeitado.

Devo uma grande atenção a Fausto Guedes, de quem guardo uma preciosa carta, que trata do assunto. Tal como ele, que abandonou os estudos, partindo para o Brasil, como empregado bancário, de onde voltou, para recomeçar a sua vida académica, também eu, já com o enxoval pronto, por pouco não fui para Moçambique, como funcionário da Alfândega do Porto da Beira.

A sua carta, dando-me o seu exemplo e o seu falhanço, pedindo para retomar o curso de Medicina, teve em mim uma influência decisiva.

Fausto Guedes Teixeira era assinante do jornal «O Progresso», de Lamego, cuja assinatura não pagava, por dificuldades próprias da idade.

A propósito, transcrevo um admirável soneto, cheio de espírito e bom humor, dirigido a um redactor do referido Jornal:

Eu tenho recebido os seus postais  
E custa-me deveras não poder,  
Nas minhas circunstancias actuais,  
Responder... como qu'ria responder.

Mas eu não tenho cinco reis sequer!  
Você na mesma? Estamos pois eguais!  
Mas eu presumo que não venha a têr  
Massa, meu pobre Amigo, nunca mais.

Tudo corre de mal a pior, Amigo!  
Continue a escrever-me mas dinheiro  
Não o espere e creia o que lhe digo.

Porem, se vier massa, o que a Deus peço,  
Tem aqui um amigo verdadeiro:  
Pago-lhe a conta e compro-lhe «O Progresso»

a) Guedes Teixeira

Lisboa 2 Dezembro

Quanto recebi os seus postais  
E conta-me de veras não poder,  
Nas minhas circunstâncias actuaes,  
Responder... como qui'ria responder.

Mas eu não tenho cinco reis sequer!  
Você na mesma? Estamos pois iguaes?  
Mas eu prometto que não venha a ter  
Mansa, meus pobres amigos, nunca mais.

Tudo corre de mal a pior, Amigo!  
Continue a escrever-me mas dinheiro  
Não o espere e creia o que lhe digo.

Porem, se vier massa, o que a Deus peço,  
Tem aqui um amigo verdadeiro:  
Pago-lhe a conta e compro-lhe «O Progresso»

S.P.  
Lisboa,  
2 de dezembro  
Guedes Teixeira

Outras épocas e outras gentes!

## O PAÇO DA PRAÇA DO COMÉRCIO

pelo DR. FRANCISCO SANTANA

**S**ÃO de Agosto de 1780 diversos avisos em que se determina que, com urgência, a Junta do Comércio, o Conselho da Fazenda, o Senado da Câmara, abandonem as suas instalações para que nelas se estabeleça a família real.

Nasceu assim o paço da Praça do Comércio, que foi, entre 1780 e 1792, frequentemente habitado por D. Maria I. Ocupava o quarteirão delimitado pelas ruas Augusta, do Comércio e do Ouro e pela Praça do Comércio e, através de um passadiço ad hoc construído no extremo Sul da Rua do Ouro, prolongava-se pela face meridional do quarteirão que, nessa altura, seguia ininterrupto até ao Pelourinho.

Vamos debruçar-nos sobre a história do edifício da Praça do Comércio em que o paço veio instalar-se, os seus antecedentes, as suas utilizações ulteriores e as figuras e instituições que lhe estão ligadas.

### DA ÉPOCA MEDIEVAL AO TERRAMOTO

Menos de um século depois de efectuada a conquista de Lisboa, estava o vale cavado entre as alturas que descem até à Madalena e sobem para S. Francisco e para o Carmo coberto de uma população densa.

Para que gentes, casas e comércios não estivessem à mercê de eventuais salteadores vindos do mar, em tempo de D. Dinis é esta desprotegida zona da cidade defendida por muralha que, de Oriente a Ocidente, garantia contra intrusos o vale da nossa actual Baixa. Matos Sequeira, vivificando a informação erudita ao vazá-la numa forma ágil e conversada assim nos informa do facto: «O bom rei D. Dinis muito queria a Lisboa! O bem que êle lhe fez! Quando a pirataria inglesa e moirisca, antepassada do famoso João Bretão contra cujas proesas a Câmara de Lisboa teve de armar navios em tempo de D. João II, entrava o Tejo e assolava as margens, pilhando e queimando, a cidade era sempre a indefesa vítima, aberto como estava o arrabalde, sem muros nem torres de guarda. Era mister defendê-la e fortalezá-la, e a ideia de um muralhão da parte do rio, ao longo da Ribeira, foi logo posta a Conselho da Câmara e feita a meias por ela e pelo rei, depois de 1294, desde a torre da Escrivantina até às Tercenas, passando paralelamente à rua Nova, e ao sul dela, desde a Casa dos Pesos do Conselho à ponte da Galonha»<sup>(1)</sup>. Vizinha pelo Norte a essa muralha também sob D. Dinis se desenha a que será, até ao séc. XVIII, a mais importante artéria da cidade: a Rua Nova, também por Nova dos Ferros e Nova dos Mercadores designada.

Esta rua, cuja reputação ultrapassou as fronteiras,<sup>(2)</sup> coincidia, a Oriente, numa pequena parte do seu traçado, com a actual

---

(1) in *Tempo Passado*, Lisboa, 1924, pág. 175.

(2) Com a devida vénia, tomo de empréstimo uma citação de Tirso de Molina, feita pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Dr. Fernando Castelo-Branco (in *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, 1956, pág. 35):

«Tiene una calle que llaman  
Rua Nova, ò calle nueva  
Donde se cifra el Oriente  
En grandezas y riquezas  
Tanto, que el Rey me contò  
Que ay un mercader en ella  
Que por no poder contarlo  
Mide el dinero às fanegas»

João Baptista Lavanha, a pág. 35 da «Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III. N. S. al Reino de Portugal (...)», refere-se-lhe como «calle grande, í ancha, ocupada toda con tiendas de varias i ricas mercaderias». E o P.<sup>e</sup> Duarte de Sande, na *Descrição de Lisboa em 1584* (*Arquivo Pitoresco*, vol. VI, pág. 86), considera-a «a melhor de todas, por sua largura, comprimento, casas de muitos sobrados, e concurrencia de povo» e sublinha que «é incrível a riqueza das lojas desta rua».



Rua do Comércio; mas essa coincidência situa-se, sobretudo, na importância assumida por ambas essas artérias na economia e, por ela, na vida social da urbe <sup>(3)</sup>.

Largamente completando a velha cerca moura e a obra com que D. Dinis procurara obstar às invasões da pirataria, nova cerca surge, ao iniciar-se o último quartel do séc. XIV. Os estragos causados na já ampla zona desprotegida da cidade pela invasão castelhana moveram D. Fernando a cercá-la «de boa e defensável Cerca»; iniciado o empreendimento em 1 de Setembro de 1373, estava concluído em fins de 1375 <sup>(4)</sup>. Para ocidente da cerca velha a nova muralha descia até se abrir na porta de S. Vicente da Mouraria, alcandorava-se a Sant'Ana, ia a Santo Antão, subia ao nosso Largo Trindade Coelho e daí apontava à margem do rio por onde ia reencontrar a velha praça forte do Islão.

A esta zona da cidade sobre que incide a nossa atenção vêm as muralhas dionisina e fernandina imprimir duradouros traços de fisionomia, que se manterão mesmo quando os muros defensivos se sumam sob outras construções. Tornada também um dos polos da vida da urbe com o aparecimento da buliçosa Rua Nova dos Mercadores a sua importância vai ser decididamente reforçada com a construção do Paço da Ribeira e o consequente delineamento do Terreiro do Paço.

Os nossos monarcas medievais habitaram o paço da Alcáçova. Mas a Idade Média findara e nada marca mais decisivamente êsse findar que as grandes viagens dos Descobrimentos; e bem o simboliza essa descida das alturas fortificadas para a zona ribeirinha, êsse abandono do alcácer dos reis-guerreiros, trocado pelo palácio-feitoria dos reis-mercadores. O visconde de Castilho detém-se nos motivos que levaram D. Manuel a escolher nova residência e considera tudo o que sobre eles disse sintetizado na passagem seguinte de Gaspar Correia: «E porque o aposento de El-Rei era nos paços do castelo de Lisboa, e folgava de ser presente, e ia e vinha cada dia estar nas casas dos almazéns, intendeu em mandar fazer casas para

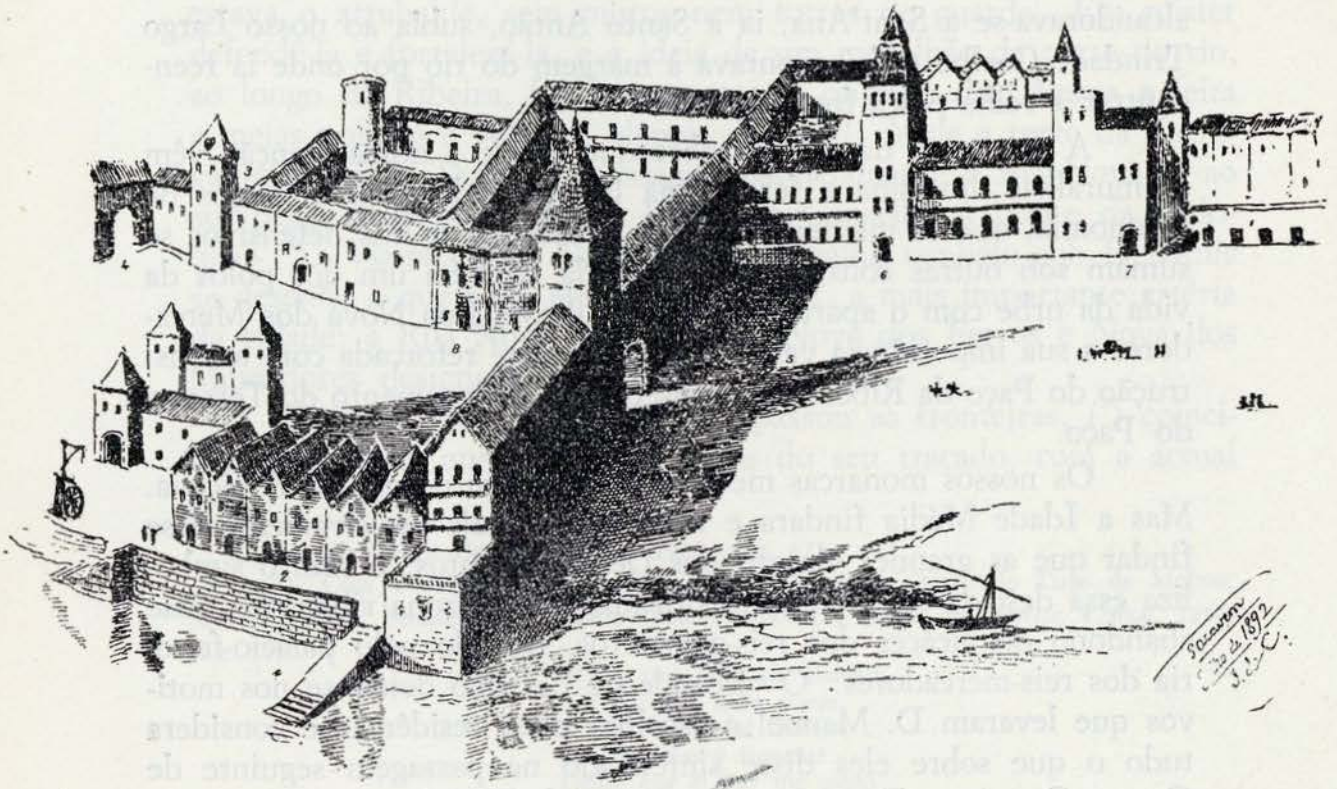
---

<sup>(3)</sup> Cfr. Mário Costa, *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*, Lisboa, 1953.

<sup>(4)</sup> Cfr. Norberto de Araújo, *Inventário de Lisboa* (fasc. 2), ed. da C. M. L., 1945, pág. 23.

seu aposento nos mesmos almazéns; em que se fizeram nobres paços, e debaixo deles grandes casas para recolhimento e feitoria das mercadorias da Índia e Mina; o que depois, pelo tempo, se fez em muita perfeição, como hoje em dia parece» <sup>(5)</sup>. Quanto à data em que essa nova residência surge, depois de ter tentado delimitá-la o mais cingidamente possível, conclui: «Pode colocar-se afoitamente entre 1500 e 1505 a edificação dos primitivos paços da Ribeira; e a sua inauguração pela Família Real, póde atribuir-se ao mês de Dezembro deste último ano» <sup>(6)</sup>.

Cresceu e transformou-se o paço um tanto à mercê das circunstâncias e necessidades que iam surgindo, sem obediência a planos



- 1 — Antiga Casa da Índia
- 2 — Casa nova da Índia
- 3 — Almasem das armas
- 4 — Porta chamada dos almasens

- 5 — Porta chamada Arco das Pazes
- 6 — Porta chamada Postigo da Moeda
- 7 — Porta chamada Arco dos Pregos
- 8 — Capela Real de S. Tomé

<sup>(5)</sup> *Lendas da Índia*, T. I., pág. 529, Cit. por Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, Vol. II, 3.<sup>a</sup> ed., pág. 125.

<sup>(6)</sup> *Ob. cit.*, pág. 130.

pré-concebidos. Do que ele seria em tempos de D. João III e D. Sebastião dá-nos ideia um desenho de Júlio de Castilho feito sobre a estampa Olissipo, de Jorge Bráunio <sup>(7)</sup>.

Por ele vemos que, para Oriente, o palácio se estendia, pelo menos, até ao local onde está indicado o Arco dos Pregos. Correspondência não muito exacta do local dessa porta é-nos dada por Fr. António do Sacramento que, descrevendo o paço, a certa altura nos diz: «Dando volta na praça do Terreiro do Passo, hoje Praça do Comercio, continuavaõ as galarias até o sitio em que hoje está o Arco das grandes colunas de pedra inteiriças que dá entrada para a Rua Augusta, e se chamava o Arco do Prégio» <sup>(8)</sup>.

Anote-se, aliás, não ser muito correcto dizer que, para Oriente, o palácio se estendia até ao arco referido. Na realidade, o núcleo primitivo da residência real situar-se-ia muito aproximadamente no chão histórico cujas sucessivas utilizações nos propomos acompanhar. Quem no-lo diz é o erudito amante das antiguidades lisbonenses que foi Inácio de Vilhena Barbosa: «Fundou el-rei D. Manuel os paços da Ribeira, que ocuparam primitivamente parte do lado do norte do Terreiro do Paço, no lugar em que ao presente estão a casa da câmara municipal e o palácio da secretaria da justiça, e que muito posteriormente se estendeu pelo lado de oeste da mesma praça, até se ir espelhar e banhar no Tejo» <sup>(9)</sup>.

Cotejemos agora o desenho de Castilho e a citação de Fr. António com a planta que se reproduz <sup>(10)</sup>. Nesta encontramos sobrepostas as plantas actual e anterior a 1755 da zona meridional da cidade baixa; de acordo com os trabalhos minuciosos e valiosíssimos de Mestre Vieira da Silva está assinalado o troço da muralha fernandina.

Que verificamos por esse cotejo? Que o local do actual quarteirão em que se acham instalados o Ministério da Justiça e o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa era atravessado pela cerca fernandina. Que a muralha fora sumida por edificações integradas no

---

(7) Cfr. Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. II, pág. 140 A.

(8) *Cf.* por Luís Pastor de Macedo na nota n.º 4 ao vol. III de *A Ribeira de Lisboa*.

(9) A pág. 111 do vol. VI do *Arquivo Pitoresco*, comentando a *Descrição de Lisboa em 1584*, do P.º Duarte de Sande.

(10) Cfr. Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. III, pág. 186 A.



conjunto da residência real. Que a parte dessas edificações correspondente ao corpo que estudamos se situava, aproximadamente entre as portas com os n.ºs 6 e 7 no desenho de Castilho <sup>(11)</sup>. Que o Arco dos Pregos (o da muralha fernandina, pois que a mesma denominação foi também dada ao que lhe correspondia na cerca dionisina) não coincidia com o arco actual da Rua Augusta mas se abria um pouco para Nordeste.

A esta parte mais oriental do Paço da Ribeira alguns nomes ou instituições estarão ligados?

A Casa de Ceuta, ou Casa do Desembargo da Cidade de Ceuta, encarregada de prover «a tudo o necessário à manutenção daquela praça africana» <sup>(22)</sup>, aí funcionou dentro de limites cronológicos difíceis de estabelecer. Vieira da Silva diz que «ficava por trás da muralha, com a frente ou uma das frentes sôbre o beco do Jardim (de 1755); mas que tinha pelo menos uma porta para o Terreiro do Paço», porta essa que distaria 26,4 m. do cunhal do muro da «fonte da frol»; e, mais adiante, refere que ficavam as Casas de Ceuta «do lado sul da rua, encostadas à muralha nova de D. Fernando» <sup>(13)</sup>.

Temos pois, em local em que viriam a erguer-se tantos serviços públicos e instituições de ampla projecção económica, perfeitamente assinalada a Casa de Ceuta. O Beco do Jardim <sup>(14)</sup> correspondia à extremidade ocidental da R. da Confeitaria, depois de cruzado o arruamento que do Terreiro do Paço e através dos dois arcos ditos dos Pregos levava à Rua Nova; correspondia, em grosseira aproximação, à metade oriental do troço da R. do Comércio situado entre as ruas Augusta e do Ouro. A «fonte da frol» situava-se um pouco para Norte do arco da Rua Augusta.

---

<sup>(11)</sup> De acordo com Bráunio indicados, respectivamente, como Postigo da Moeda e Arco dos Pregos. Pastor de Macedo aceita a probabilidade defendida por Vieira da Silva de que a abertura com o n.º 6 seja o Arco dos Passarinhos (cfr. nota n.º 9 ao vol. III de *A Ribeira de Lisboa*); o arruamento neste arco iniciado (reveja-se a planta reproduzida) corria sobre o leito da actual R. do Ouro, quase cingido às paredes ocidentais do actual quarteirão.

<sup>(12)</sup> Cfr. artigo de Francisco Mendes da Luz no *Dicionário de História de Portugal*, Iniciativas Editoriais, vol. I

<sup>(13)</sup> *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, pp. 49 e 123.

<sup>(14)</sup> Designação surgida no séc. XVII e mantida até 1755; cfr. Vieira da Silva, *ob. cit.*, pág. 122.

Quem sabe quantas vezes Duarte Pacheco Pereira, o do Esmeraldo, filho de Gonçalo Pacheco, tesoureiro que foi da Casa de Ceuta, nela não teria estado?

Junto ao Arco dos Pregos «e para o lado do Terreiro, ficava o paço da infanta D. Maria»<sup>(15)</sup>. Foi esta filha do Venturoso e sobrinha de Carlos V «discípula dilecta da erudita Luísa Sigea, que, ao referir-se à sua aluna, a classificava de «primaz em humanidades, erudição e virtudes». Princesa do Renascimento, manejava com facilidade a língua latina, o que lhe permitia responder de improviso a embaixadores e redigir cartas a soberanos estrangeiros. Graças à sua inteligência e cultura, tornou-se uma mulher excepcional, «distinta pelo engenho e força do espírito» — como a proclamava Jerónimo Osório —, e ocupou um lugar de destaque entre os eruditos do seu tempo. A partir dos 16 anos viveu em paço privado, rodeada do fausto inerente à sua condição e fortuna. Do seu paço fez a infanta um centro de cultura, apelidado pelos coevos de «Universidade feminina». De facto, aí se reuniam as mulheres mais cultas da época, como, entre outras, as irmãs Sigea, Públia Hortênsia de Castro, todas elas cultivando estudos humanísticos e o gosto pelas artes. Segundo alguns camonistas, Camões teria encontrado neste paço motivos de inspiração»<sup>(16)</sup>. E assim vemos entrelaçar-se à história que vamos tentando delinear o gentil e erudito alfobre da «Universidade feminina», a figura nobre da formosa e sábia infanta e o vulto maior de toda a História da Literatura Portuguesa.

Sobre o Arco dos Pregos ou muito acercado dele e, de qualquer modo, «com porta por dentro para o paço de seu Pai»<sup>(17)</sup>,

---

(15) Matos Sequeira, *ob. cit.*, pág. 187.

(16) V. artigo de Josette Silva no vol. II do *Dicionário de História de Portugal*. No n.º 1 (publicado em Outubro de 1835) do *Jornal Mensal de Educação* o seu fundador e director, João António de Oliveira Marreca, referia-se nos seguintes termos à infanta e à sua actividade: «(...) deu, ainda em muito verdes annos, provas de muita viveza do juizo, e prodigiosa facilidade de comprehensão, aprendendo velozmente os dialectos das línguas latina e grega, de que teve por mestra a insigne Luisa Sigea, e em que fez taes progressos que chegou a falla-las e escreve-las como a materna. De philosophia, mathematica, astronomia, escriptura sagrada, e poesia teve muita luz. Instituiu no seu palacio uma academia das senhoras mais sabias e instruidas, as quaes convocava em certos dias para discussões scientificas. Compoz varias obras latinas (...)».

(17) Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. III, pág. 186.

morava o infante D. João, filho de D. João III. Aí se desenrolou o tempo breve do seu casamento com a bela e altiva Joana de Áustria, filha de Carlos V, e aí morreu, em 2 de Janeiro de 1554, o enfermo e jovem príncipe. Antes, todavia, o último sobrevivente dos nove filhos do monarca Piedoso, deixara garantida a sucessão ao trono, sem perigo da independência nacional: a 20 nascia D. Sebastião.

Delimitando a Ocidente a área sobre que fazemos incidir o foco da nossa atenção vimos no desenho reproduzido de Júlio de Castilho, com o n.º 6, uma porta que Fr. Apolinário da Conceição localiza e descreve nos termos seguintes: «(...) vemos, no terreiro do Paço, por baixo do quarto do senhor Infante D. António, uma porta com distinto portal de pedra, pelo laço que forma na vêrga e galantes hobreiras» (18). E temos, pois, mais um habitante ou muito acercado vizinho deste chão histórico, o infante D. António, filho de D. Pedro II e da rainha D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo. Bibliófilo e arruaceiro, erudito e protector de delinquentes, ele foi bem característico da sociedade do seu tempo.

Da mesma irmandade tumultuosa, o privilegiado pela primogenitura, o magnânimo D. João V também vem passar cerca de nós. Pelo Arco dos Pregos «atravessava no tempo das suas cegueiras amatórias, de caminho para Odivelas ou para outra parte, o elegantíssimo senhor D. João V. Saía de casa muito embuçado, guardando uma espécie de respeito ao lar, e caminhava de cabeça derrubada, seguido de algum gentil homem; ao chegar ao arco dos Pregos descobria-se, entrava no coche, e era outro. E dizia o Conde de Coculim com a liberdade de criado íntimo: Sua Majestade ali perde a vergonha» (19).

Mas todo este teatro de dramas e farsas, este cenário que havia visto perpassar tantas grandes ou modestas figuras representando a

---

(18) *Demonstração histórica*, pág. 204; *cit.* por Júlio de Castilho, *ob. cit.* pág. 184. A porta, a que Fr. Apolinário e Júlio de Castilho chamam da Moeda (aceitando, aliás, a indicação constante da estampa de Bráunio) é a que, como vimos, Vieira da Silva defende seja o Arco dos Passarinhos.

Que o *quarto* do infante D. António coincide, em boa parte, com o *quarteirão* que estudamos, igualmente bem se verifica por uma das estampas (a III) que acompanham um artigo de Luis de Pina Manique publicado no vol. II de *Lisboa e seu termo* («Plantas Topográficas de Lisboa — A Colecção Levada para o Brasil durante as Invasões»).

(19) Júlio de Castilho, *ob. cit.*, pp. 186 e 187, citando as *Memórias inéditas* de Fr. João de S. José Queiroz bispo de Grão Pará.

rábula que a Vida lhes permitira ou impusera, ia transformar-se em informes montões de ruínas e, depois, em não mais que recordação. Do Palácio da Ribeira e das preciosidades que continha, do magnífico Teatro da Ópera, de recente inauguração, da opulenta Rua Nova dos Ferros, das lojas do Pátio da Capela, com suas garridices e tafularias, das zonas mais povoadas da cidade, nada mais ia restar que algumas paredes teimosamente erguidas e vigas carbonizadas apontando ao céu.

Vejamos como é possível, a partir das descrições de contemporâneos, resumir os dados objectivos da catástrofe, sem que a nossa imaginação consiga deixar de sobre eles ver avolumarem-se todos os horrores sofridos pela população: «A manhã do dia 1.º de Novembro anunciava-se calma e quente, na continuação dos belos dias de fins de Outubro: a temperatura era de 17,5 graus. O céu estava sem nuvens, brilhava o sol; um vento ligeiro soprava na direcção nordeste. Pelas 9 horas e 40 minutos, depois de um grande ruído subterrâneo que aterrorizou toda a gente, a terra teve um primeiro abalo, vertical, depressa seguido por outro, horizontal, no sentido norte-sul. Os dois abalos não duraram mais de minuto e meio, mas, depois de um minuto de intervalo, um novo abalo, mais violento, prolongou-se durante dois minutos e meio, e logo um terceiro durou mais três minutos. Entre o segundo e o terceiro abalo houve ainda um minuto de intervalo. Durante estes nove minutos o rumor subterrâneo foi ouvido sem interrupção. O céu ficou escurecido pelos gases sulfúricos exalados pela terra (notaram-se fendas compridas e estreitas nas ruas) e sobretudo pela poeira, que tornava a atmosfera irrespirável. Ao mesmo tempo, as águas retiraram, deixando ver o leito do rio — para se precipitarem em seguida, em enormes vagas que varreram o Terreiro do Paço e as ruas e os terrenos próximos das margens. O capitão de um barco inglês ancorado no meio do Tejo contou (...) como viu a água elevar-se e precipitar-se de 16 pés de altura, três vezes seguidas, em cinco minutos. Pelas 11 horas um novo tremor de terra fez ainda cair alguns edifícios.

Em seguida, houve um incêndio que durou cinco a seis dias, e que completou a obra do terramoto. Foi o fogo, de resto, o causador da maior parte dos prejuízos: «se a cidade o não tivesse so-



frido, a sua ruína teria sido rapidamente reparada», escreve uma testemunha da catástrofe». <sup>(20)</sup>

Recorrendo de novo a José-Augusto França, podemos avaliar da intensidade do sismo e localizar uma das zonas onde ele mais violentamente se fez sentir: «Toda a parte baixa do centro da cidade (entre o Terreiro do Paço, ao sul, e o Rossio, ao norte, entre o sopé do declive do monte coroado pelo Castelo de S. Jorge, a leste, e uma linha que sobe perpendicularmente ao Tejo, até às alturas de S. Roque, na orla do Bairro Alto, a oeste), formando um rectângulo quase regular de 1200 metros por 600 metros, sofreu os abalos mais fortes, marcados pelo grau X (sobre XII) da escala de intensidade de Mercalli, e pouco mais ou menos pelo grau 9, o mais elevado, da escala da «magnitude» estabelecida por Gutenberg e Richter. Os mesmos abalos revolucionaram toda a costa, num arco de 2500 metros, tendo a meio o Terreiro do Paço.» <sup>(21)</sup>

#### DE 1755 A 1769

À gravidade da catástrofe ripostam os governantes de modo tão eficiente quanto as circunstâncias permitem. A vontade férrea do ministro vai efectivar-se através duma equipa de devotados e competentes técnicos, sendo Manuel da Maia o da primeira hora e de mais decisiva influência.

Das soluções que propõe, e iam da menos ambiciosa de pura e simples reconstrução da cidade à mais ousada de, em Belém, fazer erguer cidade inteiramente nova, será escolhida uma via média mas que, ainda assim, iria corajosamente alterar toda a fisionomia da cidade baixa. Porque, optando-se pela reconstrução desta zona, particularmente afectada pelo sismo, de acordo com um novo plano, esse plano entendia-o o architecto do modo mais radical: «entre os três modos de renovação da cidade baixa, o primeiro arrasando-a toda e renovando-a toda, tenho por superior e melhor (...)» <sup>(22)</sup>.

Tendo-se optado por essa solução e depois de discutidos os modos de a realizar, os planos definitivos da Baixa foram em 12 de

---

<sup>(20)</sup> José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, pág. 47.

<sup>(21)</sup> *ob. cit.* pág. 48.

<sup>(22)</sup> *cit.* por José-Augusto França, *ob. cit.*, pág. 65.

Junho de 1758 enviados por Carvalho e Melo ao duque regedor das justiças, encarregado de os mandar executar.

«A Rua Nova d'El-Rei, que adoptava, corrigindo-a, a direcção da antiga Rua Nova dos Ferros, que corria por detrás do lado norte do Terreiro do Paço, no sentido este-oeste, foi a primeira a receber as atenções do legislador: ela devia ser sempre uma das «ruas principais» do novo bairro». <sup>(23)</sup>

Vencendo entraves e carências a obra da reconstrução foi-se processando. Em 26 de Junho de 1759, «na Caza da Junta do Commercio», foi lavrada pelo tabelião António da Silva Freire a «Escriptura de obrigação da manufactura da Obra da Praça do Commercio». <sup>(24)</sup> Estavam presentes o provedor, secretário e deputados da Junta, três testemunhas, «Manoel Francisco de Souza, Mestre de Obras do Officio de Pedreiro, morador junto à Portaria do Salvador, e Caetano Jeronymo, Mestre de Obras do Officio de Carpinteiro, morador no lugar de Alcantara, extra muros desta Cidade.»

«Obra da Praça do Comércio» parece ser expressão de sentido um tanto amplo mas designa na realidade a obra de construção do corpo hoje ocupado pelo Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e pelo Ministério da Justiça. O corpo compreendido entre a Rua Augusta e a Rua da Prata é de construção mais tardia, a face oriental está compreendida na «obra da Alfândega» e a ocidental na «obra do Arsenal».

É possível coligir alguns elementos que nos permitam como que assistir ao crescimento da obra.

Assim, de uma preciosa «Conta de despesa da obra do Terreiro do Paço e Arsenal» <sup>(25)</sup> consta uma certidão de 22 de Agosto de 1764 cujo parágrafo 4.º, respeitante à «Obra de Pedreiro pertenc.ª á Praça do Comercio», refere «os alicerces que se achão feitos no prolongo do Norte da mesma Praça, na porção da obra que

---

<sup>(23)</sup> *ob. cit.*, pág. 76. Rua Nova de El-Rei era designação oficial, a que se sobrepunha o chamadouro mais vulgar de Rua dos Capelistas, e que está hoje substituída pela de Rua do Comércio.

<sup>(24)</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório da Junta do Comércio, L. 106, F. 123 a 124 V.

<sup>(25)</sup> Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa.

fica entre a embocadura, ou entrada da rua Aurea, e a da rua Augusta». <sup>(26)</sup>

Não se julgue, porém, que em Agosto de 1764 só os alicerces estavam feitos. Uma certidão de balanço, no mesmo documento registada e passada no dia 30 do mês referido, mostra-nos já o edifício a erguer-se: «E pelo que pertence ao balanço da obra q os mesmos Mestres tem feito em a Praça do Commercio, que he por hora sómente de Pedr.<sup>o</sup> (excluzos os alicerces, assim desta como da do Arcenal, qur q vaõ em a 3.<sup>a</sup> certidaõ das sobre d.<sup>as</sup> de obra finda) e comprehende o corpo que se acha principiado no prolongo ao Lado do Norte da mesma Praça, entre a embocadura, ou entrada da rua Aurea, e a da rua Augusta; cujas paredes, reguladas humas com outras, se achão na altura de dez té doze palmos, com as suas pedrarias que lhe pertencem, e lagedos em que estas sentaõ: a que feita a conta na dita fórma importa o trabalho que aos Mestres pertence da d.<sup>a</sup> obra = hum conto, settecentos e vinte e quatro mil, trezentos outenta e seis rz».

Progrediu a construção de modo a já no segundo semestre de 1767 ser possível arrendar, do lado da Rua Nova de El-Rei, seis lojas e quatro quartos. <sup>(27)</sup>

Eis como o novo e majestoso edifício nos aparece referenciado nos livros de registo de cobrança do imposto da décima: «Rua Nova de El Rey pello lado esquerdo n.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup>

Propried.<sup>e</sup> de Sua Mag.<sup>e</sup> que se anda edificando cujo rendimento pertence ao Senado da Camera.

No segundo Semestre arendaraose seis loges e parte do Prim.<sup>o</sup> andar». <sup>(28)</sup>

Em virtude de terem já falecido ambos os empreiteiros é passada uma quarta e última certidão «de medição da obra dos Off.<sup>os</sup> de Pedreiro, e Carpintr.<sup>o</sup> pertencente ao novo Arcenal, Praça do Commercio e Alfandega»; datada de 5 de Junho de 1769, está dividida em duas partes, a segunda das quais inclui o «que pertence a Praça

---

<sup>(26)</sup> O trabalho dos empreiteiros importou em 15 460\$585 e a dificuldade de abrir alicerces em terreno alagadiço transparece nalgumas discriminações desse parágrafo.

<sup>(27)</sup> A designação de *quartos* estava longe, como se sabe, de corresponder à exiguidade e modéstia do sentido que actualmente tem.

<sup>(28)</sup> Arquivo do Tribunal de Contas, Décima da Cidade, Freguesia de S. Julião, Livro de Arruamentos de 1767.

e Alfandegas», e abrange «tudo desde a 3.<sup>a</sup> certidão (...) té o tempo em q̃ por falecimento dos d.<sup>os</sup> dous Mestres sessou o seu contrato, e se ficáraõ continuando de jornal por conta da adm.<sup>cam</sup> da mesma Junta».

Não é possível destrinçar nesta certidão, cujas adições perfazem 65 951\$260, o que pertence ao edifício construído na face Norte da Praça do Comércio e o que respeita à Alfândega. Mas pode considerar-se tudo o que nela se descreve ou enumera do edifício como construído até Março de 1768. De facto, num livro diário das obras da Praça do Comércio <sup>(29)</sup> está efectuado o lançamento da importância de 65 597\$680, respeitante ao trabalho dos empreiteiros de Agosto de 1764 a Março de 1768. A pequena diferença entre as duas verbas e a referência expressa no lançamento à segunda parte da 4.<sup>a</sup> certidão que vamos analisando, permite-nos aceitar o limite cronológico indicado.

A análise da certidão de Junho de 1769 dá-nos a conhecer diversos serviços já nessa data instalados e, de modo mais ou menos vago, a sua localização.

A F. 4 V e 5 refere-se que «A obra, tambem do Officio de Pedreiro e Carpinteiro, contheuda na segunda parte desta ultima certidão he a que pertence a Praça do Commercio e Alfandegas (...) e comprehende o que della fizeraõ, pelo que pertence á Praça, todo o corpo entalado entre a rua Augusta, e a rua Aurea, fazendo a sua arcada, ou frente principal, huma parte do Lado, ou prolongo da mesma Praça, q̃ olha ao Sul, em que está o Tribunal do Conselho da Fazenda, e Junta do Commercio sobred.<sup>a</sup>, com a Aula do mesmo Commercio, cuja fica á parte do Norte do mesmo Corpo, com face para a rua nova d'El Rey, e no pavimento debaixo della as cazas e loges de aluguer, inteiram.<sup>o</sup> acabadas pelos d.<sup>os</sup> mestres, as quaes loges e cazas por determinação Real pertencem hoje ao Supremo Senado da Camara; e por sima da mesma Aula e cazas por detraz della na mesma frente do Norte, os seus mezaninos e agoas furtadas, também completas: os da parte do Sul que se achaõ em tosco, com o resto da obra do mesmo Corpo, se lhes medio tambem, tudo na

---

(29) ATC, Erário Régio, maço 820, n.º 1 (Diário A das Obras da Praça do Comércio).

forma que se achou por acabar, mas todo já coberto de madeiramentos e telhados posto que com algumas porçoens delle ainda de valadio; as que da sua simalha real de pedraria estavaõ sentadas em seus lugares, e as pedrarias, e degrãos das escadas que servem os d.<sup>os</sup> Tribunaes, ás quaes falta ainda hum Lanço superior, e fexaremse os vãos das mesmas escadas com a obra que nelles houverem de levar. Neste d.<sup>o</sup> Corpo de obra se medio tambem no seu extremo da parte do Nascente e Sul a pedraria das pilastras, socolos, e bazes para as tres colunas do pegaõ do lado do Poente do arco Triumphal determinado entre o mesmo corpo, e o que na mesma frente se lhe hade seguir p.<sup>a</sup> a parte do mesmo Nascente, do qual se medio tambem o principio do outro pégão opposto ao d.<sup>o</sup> na altura do socolo em que hão-de assentar as bazes das suas colunas correspondentes as d.<sup>as</sup> que he sómente o que delle se achou feito do ellegimento p.<sup>a</sup> sima; mas com o alicerce do áro em roda deste segundo corpo já cheyo, parte do qual, com os alicerces do d.<sup>o</sup> primeiro Corpo entalado entre a rua Augusta e a rua Aurea (...)».

Ao longo do texto transcrito vemos delinear-se o outro corpo da face Norte da Praça do Comércio, compreendido entre a Rua Augusta e a da Prata e surgirem as bases do arco triunfal que só mais de um século decorrido será completado.

Tomamos também conhecimento da instalação de serviços e instituições prestigiosos, na continuidade de pujante tradição até aos nossos dias ininterrupta.

Era um deles, como vimos, o Conselho da Fazenda, organismo a que competia o exercício da jurisdição relativa à arrecadação das rendas dos direitos e bens da Coroa. A adição 129.<sup>a</sup> da certidão que analisamos refere-se a uma janela que «fica na frontaria que olha ao Poente em a sala de espera do Cons.<sup>o</sup> da Fazenda», no plano nobre. Temos, portanto, como certo que as instalações do Conselho da Fazenda, ou, ao menos, parte delas eram no plano nobre (isto é, no 2.<sup>o</sup> andar do edifício), na face virada à Rua do Ouro; e que, pelo menos, em Junho de 1769 já nelas se encontrava.

Instalada também no edifício e superintendendo na sua construção, encontramos a Junta do Comércio. Criada em 1755 e continuadora de outros organismos de denominação idêntica ou aproximada vindos do séc.XVII, ela veio a ser instrumento efficacíssimo na política pombalina de fomento económico

A latitude das suas atribuições, talvez um tanto heterogéneas, vem a traduzir-se de modo impressivo na denominação que lhe foi dada em 1788: Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

Da competência da Junta era também o que se consignava no número XVI dos seus estatutos, datados de 12 de Dezembro de 1756: «Porque a falta de arrecadação, redução de dinheiros, de medidas e de pezos, intelligencia de cambios e das mais partes, que constituem um perfeito Negoceante, tem sido de grande prejuizo ao commercio destes Reynos, se deve estabelecer por esta Junta, uma Aula (...)»

E essa Aula, a Aula do Comércio, foi estabelecida. Apareceram os seus estatutos em 19 de Abril de 1759 e foram aprovados por alvará de 19 do mês seguinte. E a nova escola, peça essencial na renovação que se pretendia, fornecedora dos indispensáveis quadros tecnicamente habilitados que exigiam as actividades económicas em expansão e o sector administrativo que urgia reorganizar, iniciou a sua actividade em 1 de Setembro de 1759. Essa escola pioneira, antecessora de todo o nosso actual ensino de Comércio ou matérias afins e, de modo mais directo, pelas finalidades e por continuidade, do actual Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, esteve também instalada no edifício a cuja génese temos vindo a assistir. Onde, já o sabemos. No trecho atrás transcrito da 4.<sup>a</sup> certidão da obra da Praça do Comércio, lê-se que a Aula tinha frente para a Rua Nova de El-Rei; e, dado que era no pavimento superior àquele em que estavam os «quartos» alugados (primeiro andar), <sup>(30)</sup> verificamos que estava instalada no plano nobre, no segundo andar.

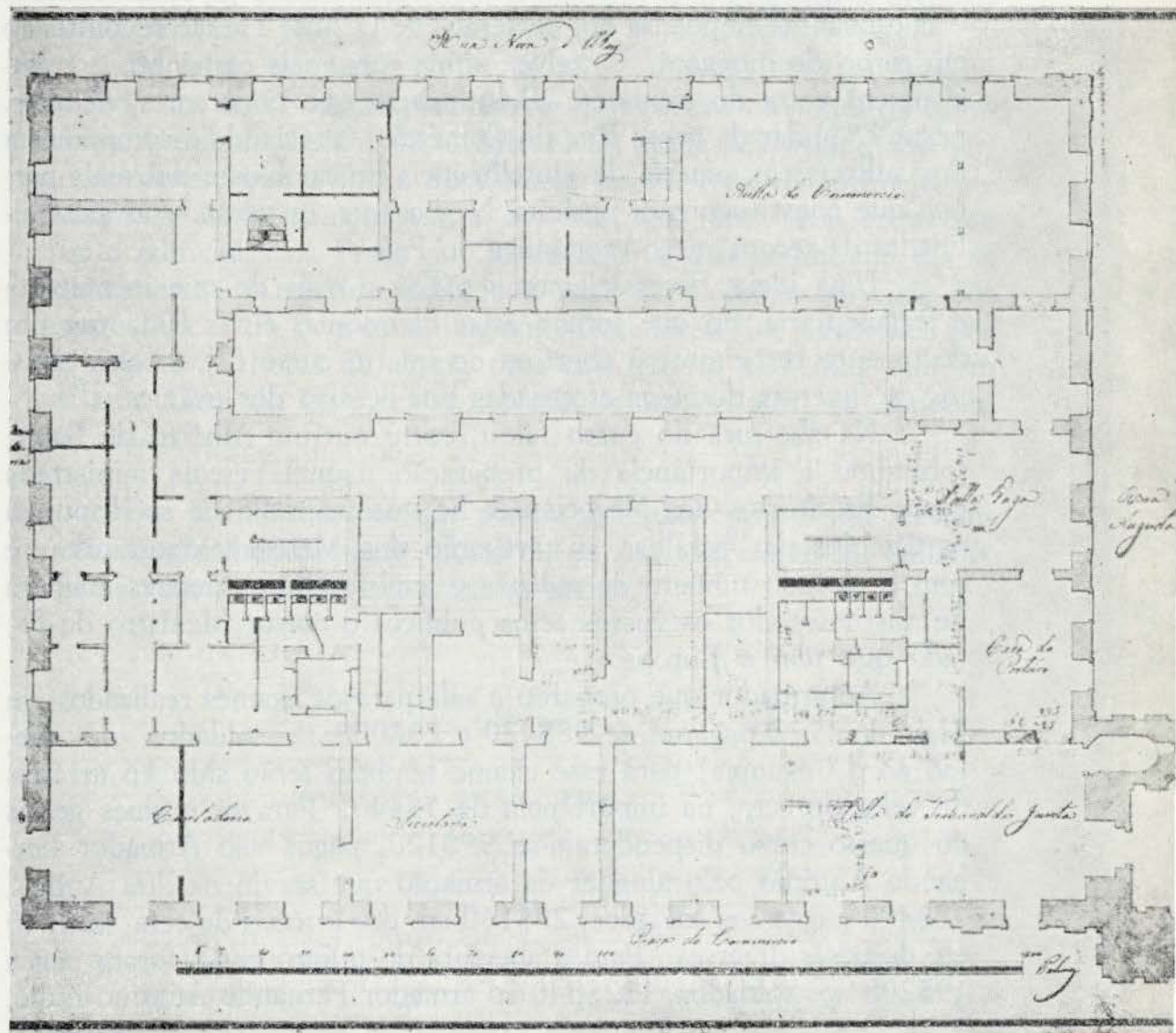
Localização mais exacta é-nos dada pela planta do piso nobre do edifício, que se reproduz. Por ela verificamos que a Aula ocupava a zona que faz esquina para a Rua Augusta, com duas janelas para esta e cinco para a Rua Nova de El-Rei. <sup>(31)</sup>

---

<sup>(30)</sup> O que consta do documento referenciado na n.º 35 e da adição 119.<sup>a</sup> da 4.<sup>a</sup> certidão.

<sup>(31)</sup> Planta reproduzida por Francisco Santana em *Locais de Funcionamento da Aula de Comércio*, pág. 10.

Todos os estudiosos da Aula do Comércio, estribados nas «Recordações (...)» de Jácome Ratton, referem que aos exames comparecia frequentemente o rei e, com maior frequência, o todo poderoso ministro; referem também que, para essas visitas, existia na Aula uma tribuna.



Olhemos para a planta referida e façamo-lo tendo presente a referência feita, na já mais de uma vez citada 4.<sup>a</sup> certidão da obra da Praça do Comércio, à despesa com os «quatro pedestaes de madeira debaixo dos pilares de viga que sustentão a tribuna da Aula do Commercio; dous delles livres, e os outros de encosto». <sup>(32)</sup> Temos localizada, sem qualquer hesitação, a tribuna onde as sedas vistosas e as cabeleiras empoadas dos cortesãos de D. José I terão revolutedado em torno do monarca. E, talvez ainda com mais empenho, gravitariam em volta do ministro. Do ministro que poderemos visionar, neste 2.<sup>o</sup> andar da nossa Rua do Comércio, apreciando a competência dos aulistas em matéria de «intelligencia de cambios e das mais partes, que constituem um perfeito Negoceante» e pesando as possibilidades da reconstrução económica do País.

Uma ideia, necessariamente pálida e mais do que incompleta e fragmentária, do que seriam estas cerimónias é-nos dada por um documento respeitante à abertura do quarto curso <sup>(33)</sup> e pelos registos de diversas despesas efectuadas por ocasião dos exames. <sup>(34)</sup>

Na abertura do curso falou, entre outros, Alberto de Sales; sublinhou a importância da preparação naquela escola ministrada («nos Escritorios dos Negociantes he que na rialidade se disputam os cambios das batalhas, e navegação dos Mares»), congratulou-se com o elevado número de aulistas e lembrou-lhes: «tendes a honra de assistir a todos os vossos actos publicos o mayor Menistro de Estado que tem a Europa.»

Ao armador que preparou a sala para os exames realizados em Maio de 1772 pagaram-se 98\$420 e 20\$000 aos soldados «que vierão ao d.<sup>o</sup> exame»; para esse exame também terão sido 16 arráteis de velas de cera, na importância de 5\$440. Para os exames gerais do quarto curso dispenderam-se 99\$120, pagos «ao Armador Fernando António pelo aluguer da armação que servio na dita Aulla», 38\$400 pagos aos soldados, 28\$160 em dez arrobas de cera, 42\$740 em despesas diversas. Para a abertura do quinto curso foram pagos 19\$200 aos soldados, 112\$840 ao armador Fernando António Fidié,

---

<sup>(32)</sup> F. 52 V.

<sup>(33)</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, Fundo Geral, n.º 6936 ou n.º 1934.

<sup>(34)</sup> ATC, Erário Régio, maço 714, Diário Quarto Letra D do Donativo dos 4%, pp. 9, 70, 99, 174, 186, 199, 307, 310, 330, 373.



8\$030 de 18 arráteis e 4 onças de cera, 9\$600 «Pela importancia de hum Rol de Antonio Rodrigues Galhardo, procedido das oraçoens que se imprimirão, e suas enquadernaçoens, que servirão para a Abertura do 5.º curso da Aula do Commercio (...)».

Sabemos onde funcionou a Aula. Vejamos desde quando. Podemos sabê-lo, e com exactidão, e também com respeito a diversos outros Serviços.

De facto, por aviso de 21 de Novembro de 1768, a Secretaria da Junta do Comércio participava ao provedor da Junta da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: «Sua Magestade foy servido ordenar, que a Junta do Commercio (...) no dia primeiro de Janeiro de 1769 principiasse a sua habitação nas Cazas para esse effeito edificadas na Praça do Commercio; e que no mesmo dia se estabelecesse no referido Edifício a Aula do Commercio, Caza dos Seguros, Meza do Bem-commum dos Mercadores, e a Assembleia dos Negociantes, a horas de Praça; para cujo effeito se manda tambem passar a Caza do Café, existente athe agora no sitio da Esperança (...)». <sup>(35)</sup>

Das vicissitudes por que passou a permanência destes serviços e, tão cingidamente quanto possível, da sua localização no edificio, alguma coisa veremos em próximo artigo.

---

<sup>(35)</sup> ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 112, F. 31 V. Confirmação de que, de facto, pelo menos a Junta foi para essas suas instalações na data indicada ou noutra muito próxima é-nos dada por uma passagem de uma consulta de 8-8-1780, registada a F. 7 V do L.º 120 do Cartório da Junta do Comércio: «(...) mudando-se a Junta em Janeiro de 1769 para o Edificio em que rezide (...)».

## ALFAMA

# A CASA DA MENINA ROSA

pelo ARQ. VELOSO REIS CAMELO

Eu não sei que tem Alfama  
Pra que dela me prendesse  
Não na sente quem na infama  
Com famas que não merece.

Nos seus becos e vielas  
Onde o sol põe tanta graça  
Há flores e há donzelas  
Não há apenas desgraça.

Tanto as casas se entrelaçam  
Pra caberem dentro dela  
Que os namorados se abraçam  
De janela pra janela.

Quando acessas permanecem  
E já tudo adormeceu  
Há janelas que parecem  
Dependuradas do céu.

Existe ainda em Alfama  
Uma casa pequenina  
Onde habitava uma dama  
Que tratavam de menina.

Nesse tempo tal casinha  
Era toda cor-de-rosa  
E a condizer a velhinha  
De sua graça era Rosa.

Hoje a casa é amarela  
Como tantas em Alfama  
Outra dama vive nela  
Mas não sei como se chama.

Para mim seja quem for  
Essa casa tão airosa  
Mesmo mudada de cor  
É a da menina Rosa.

## MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

(Visão Eterna)

por ALÍPIO FURTADO

A mão de Deus surgiu em dada hora,  
E, na mão dum escultor, Ele agarrou  
E, por assim dizer, à luz da aurora,  
A tua linda obra idealizou!

Depois pelo tempo fora consagrou  
Os nomes de homens ilustres e agora  
Repousam no teu seio e elevou  
Ao céu da alta memória — estrada em fora!

Vasco da Gama entre eles ilumina  
Com a sua fama eterna, assaz divina,  
Bem como de Camões — o sol da rima,

As tuas belas, fúlgidas janelas  
Donde parece ver-se as caravelas  
Que subiam, outrora, o Tejo acima!

# Vistas desconhecidas de Portugal num Museu Polaco

pelo DR. ADÃO C. ZIELINSKI

O Museu Nacional de Cracóvia — um dos mais ricos e antigos da Polónia — recebeu em 1886 um valiosíssimo donativo composto por 977 desenhos, coloridos a aguarela, todos no formato uniforme de aproximadamente 15 por 22 cm, oferecidos por familiares do autor, o pintor Napoleão Orda.

Orda nasceu em 1807, numa família de lavradores fidalgos. Em 1831 — quando rebentou a insurreição dos Polacos contra a Rússia, que ocupava a maior parte da Polónia, partilhada desde 1795 pelas três potências vizinhas — alistou-se no 4.º regimento de infantaria polaca, em cujas fileiras combateu até o fim da insurreição, em 1832. Pouco tempo depois, seguindo o exemplo de milhares dos seus compatriotas, movidos pelo desejo de evitar a perseguição pelos Russos, Orda abandonou o seu país e, atravessando a Áustria, a Suíça e a Itália, chegou em 1833 a Paris, onde fixou residência.

Dotado de indiscutíveis talentos artísticos, Orda dedicou-se em França ao estudo da música — um dos seus professores era Frederico Chopin, também polaco exilado em Paris — mas brevemente percebeu que a sua verdadeira vocação era a pintura, que estudou com Pierre Girard. De Paris fez Orda várias viagens, visitando a Espanha, Portugal, a Argélia, a Alemanha, a Holanda e a Inglaterra.

Dessas viagens trouxe numerosos desenhos, e o Museu Nacional de Cracóvia possui duas pastas de desenhos, intituladas «Viagem pela França e Margens do Reno» e «Viagem pelos Pirinéus, Barèges, Bagnères, Espanha e Portugal», que contêm um total de 82 desenhos — entre eles sete provenientes de Portugal.

Em 1856 — quando a Rússia decretou uma amnistia aos antigos insurgentes polacos — Napoleão Orda regressou à sua terra natal, iniciando pouco depois, em 1860, a grande obra da sua vida: uma colecção de desenhos de monumentos architectónicos de todo o território histórico da Polónia. O Museu Nacional de Cracóvia possui 895 desenhos dessa categoria, mas numerosas obras estão dispersas em outros museus ou colecções particulares. Em 1873, Orda começou a edição dos seus desenhos em albuns de litografias, mas publicou apenas 260 vistas de castelos, palácios, solares e igrejas, espalhados principalmente nas províncias orientais da antiga Polónia.

Morreu em Varsóvia em 1883, sem ter terminado o que considerava a tarefa principal da sua vida.



Os desenhos existentes no Museu Nacional de Cracóvia continuam na sua maior parte desconhecidos do grande público, e só em 1975 foi publicado um catálogo enumerando todas as obras, mas reproduzindo só 192 dos desenhos catalogados — nenhum referente ao estrangeiro. Todavia, graças à amabilidade da Direcção do referido Museu, consegui reunir as fotografias e que são os seguintes:

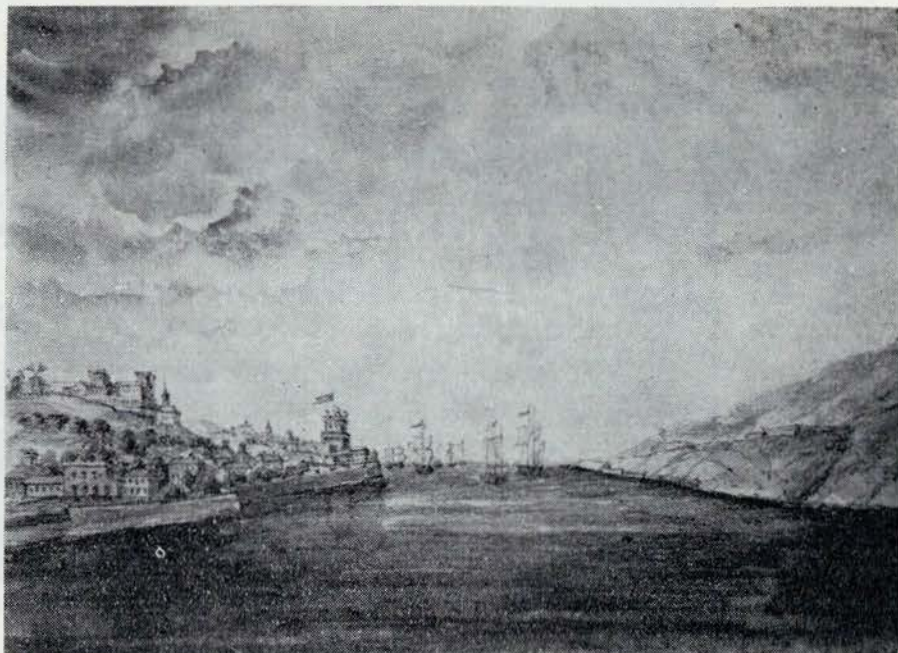
*Almada* — Vista geral do lado do Rio Tejo; N.º do catálogo: Anexo 2; N.º do Inventário: III-r.a. 4963. Assinatura do autor: Almada.



*Lisboa* — Praça do Comércio, vista do Rio Tejo; N.º do cat.: An. 39; N.º do Invent.: III-r.a. 4973. Assinatura do autor: Tejo. Lisboa; ruínas do terramoto.



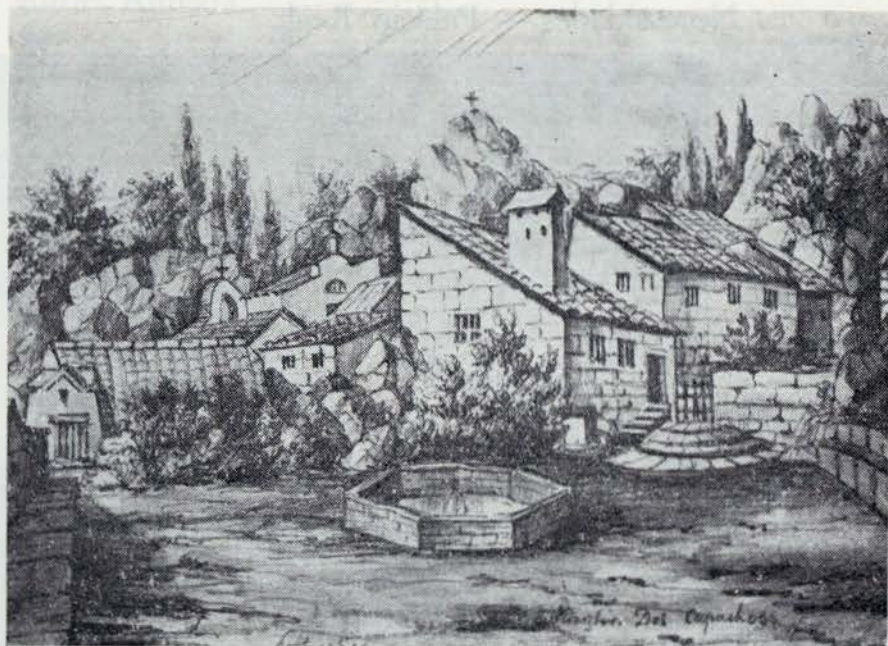
— Barra do Tejo com a Torre de Belém e o Palácio da Ajuda;  
N.º do cat.: An. 40; N.º do Invent.: III-r.a. 4967. Assina-  
tura do autor: Belém, torre; Entrada de Lisboa; Portugal;  
Necessidades — Palácio Real.



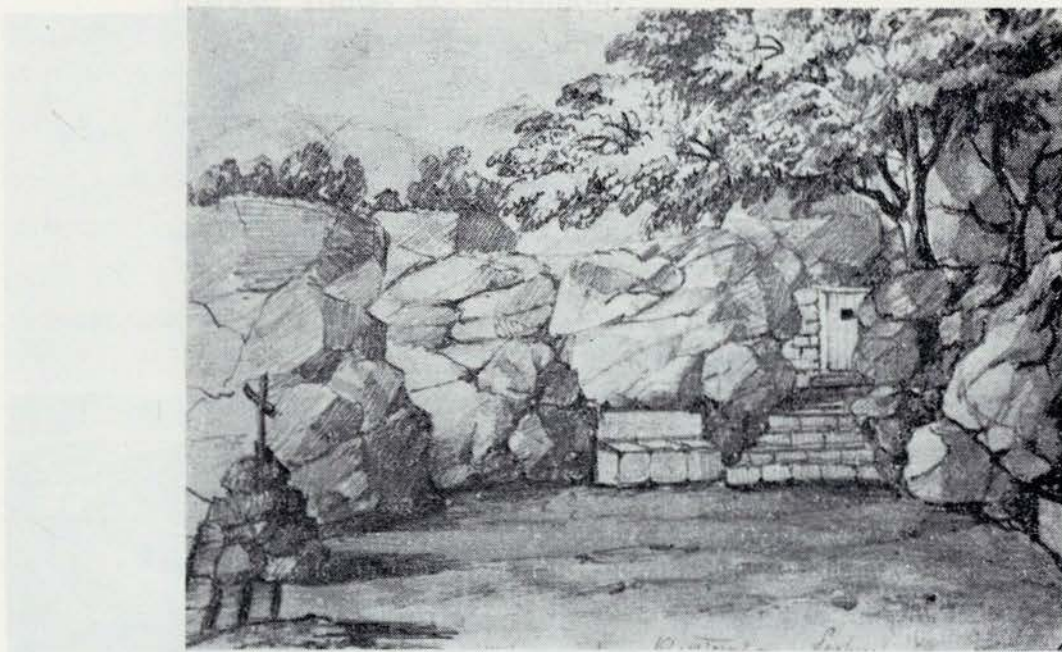
*Sintra* — Vista geral; N.º do cat. An.: 69; N.º do Invent.: III-r.a.  
4964. Assinatura do autor: Portugal-Sintra-Palácio Real.



— Convento dos Capuchos — Entrada; N.º do cat.: An. 19;  
N.º do Invent.: III-r.a. 4971. Assinatura do autor: En-  
trada do convento — Portugal.



— Convento dos Capuchos — vista do lado do pátio; N.º do  
cat.: 20; N.º do Invent.: III-r.a. 4972. Assinatura do  
autor: Portugal; Convento dos Capuchos.





— Convento dos Capuchos — vista parcial do refeitório ao ar livre; N.º do cat.: 21; N.º do Invent.: III-r.a. 4970. Assinatura do autor: Refeitório, Convento nos arredores de Lisboa, esculpido na rocha. Dos Capuchos — Portugal.



Todos estes desenhos têm — como temos dito — o formato aprox. de 15 por 22 cm e estão coloridos a aguarela. Todos foram feitos em 1842.

É de notar que as legendas feitas pelo autor são, por vezes, erradas e que a designação «Dos Capuchos» é tratada como nome de localidade, sem referência a Sintra. É, também, de estranhar que, tendo feito uma viagem tão longa, Orda fez — aparentemente — só poucos e pouco significativos desenhos. Não seria ousado supor, que outras vistas de Portugal — se sobreviveram às vicissitudes dos tempos — estão ainda escondidas em outras colecções para, se Deus o quiser, reaparecerem um dia. É possível também que desenhos de Orda desta série existam em Portugal sem estarem identificados.

## LUÍS CHAVES

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

QUANDO comecei a entender-me, comecei naturalmente a entender os outros, reconhecendo que, embora todos fossem «inferiores» aos meus Pais, os outros eram dissemelhantes entre si. Por palavras próprias: uns valiam mais, uns valiam menos, uns não valeriam nada. Os meus tios e os meus professores eram importantes; dos colegas alguns tinham muito de superior a mim, alguns eram-me inferiores. E conforme crescia em altura e peso, estabelecia a hierarquia social, intelectual e sentimental daqueles que conhecia: desportistas em voga, artistas teatrais, escritores e a gente da «minha roda». Ainda com a memória fresca, colecionava a recordação e as recordações de cada um, dentro daquilo que alguém me disse, um dia, existir na nossa memória: um «contador» parecido com os móveis antigos, do mesmo nome, cheios de gavetinhas para arrumar moedas ou jóias, fantasias e imitações. Passado meio século, conservo cá dentro o tal «contador»: pena é que a pena não me dê para ordenar capazmente e com interesse o muito que nele se encontra, e poder escrever sobre tanta gente, que topei na minha caminhada, gente em parte importante, em parte «não importante» — esta, porém, por ter *que se lhe diga* ou por ser *de quem se diga*. Contudo, insisto, a pena não dá para tanto, e as memórias serão esquecidas, por não poder ser de outro modo.

Claro que tem havido e talvez venha a haver oportunidade de excepção. E aproveito uma, a de agora, para com pena, embora

enferrujada, lembrar um homem ilustre. Conviria melhor veículo de comunicação. Ele que me perdoe, e o mesmo espero de quem me leia. Escreverei de Luís Chaves.

Do Grupo dos Amigos de Lisboa ninguém há que desconheça este nome: em grande número de instituições culturais e de publicações periódicas o seu nome permanece vivo, trazido por citações das suas obras e referências aos seus ensinamentos; de quanto deixou escrito — tirante artigos de ocasião, de faceta política — tudo é praticamente válido, considerando (isto é dito sem desprimor) que, por vezes, lhe acontecia, como a todos os seus pares, *a pena escrever enquanto ele dormitava...*

Um dia, pedi-lhe uma nota dos seus trabalhos impressos: com à-vontade e inteira confiança emprestou-me o imenso ficheiro, que na altura representava as indicações bibliográficas das suas tarefas de talvez cinco décadas (o caso teria sido por 1960). Em casa, regalei-me a copiar ficha por ficha, com o gosto de reconhecer que o essencial já era da minha leitura, especialmente o que ali se alistava de carácter etnográfico.

Chamava-se Luís Rufino Chaves Lopes, mas ninguém saberia quem fosse pessoa com tal nome: a redução a *Luís Chaves*, essa sim, correspondia a alguém de valor na mentalidade portuguesa — publicista e professor, dando aos leitores em geral e aos estudantes em particular lições ricas de História, de Arqueologia e de Etnologia, onde se nos depara um extremo e estreme amor a Portugal (desde as feições mais simples, como os ex-votos e os registos de santos, às mais complexas, como o monumental repositório da etnografia lisbonense, que parece exaustivo; desde os contos de mouras encantadas ao estudo da organização dos trabalhadores portugueses através da História). Pessoalmente, encontrei-o pela primeira vez no Outono de 1937, como colegas no ensino, rondava ele 48 anos, andava eu por metade, já ele era figura marcante na intelectualidade portuguesa, já era eu seu admirador. Homem de pequena estatura — pouco iria além do metro e sessenta —, de aparência franzina: sempre o vi magro até ao seu desaparecimento, quando octogenário. Essa condição permitia-lhe que se movimentasse bem, com certo nervosismo, que se lhe notava na rapidez oral: pronunciava com clareza, mas exprimia-se velozmente, quer em conversa amena quer em exposição

culta. Tal característica mostra-se na própria linguagem escrita, pois possuía uma feição, que podemos designar por «agilidade estilística» e consistia em exprimir ideias e proporcionar informações em frases e períodos curtos. Transmitia também um tom pitoresco que vinha a ter correspondência, quando falava, num sorriso quase permanente. O olhar era vivíssimo, o que, com quanto fica dito, lhe ocasionava um jogo fisionómico de aliciação. Quem o ouvia prendia-se, fossem adultos ou gente miúda. Qualidades necessárias e fundamentais para o professor e para o etnógrafo, tornaram-no um excelente mestre e um excepcional investigador.

Todavia o que mais poderá impressionar na sua biografia é a vastidão de quanto escreveu, se pensarmos que *também* era professor *que dava aulas* (nunca faltava), conservador do Museu de Belém, arqueólogo e etnógrafo no campo e de gabinete. Publicou mais de oitenta livros e folhetos, além de muitas mais centenas de trabalhos, que ficaram pelas principais revistas portuguesas e algumas estrangeiras e inúmeros jornais (pois pertencia àquele grupo de estudiosos que não desdenhavam colaborar na imprensa provinciana — circunstância relevante, se atendermos a que os estudiosos das gerações seguintes condicionavam e condicionam a publicação dos seus trabalhos à importância dos títulos dos periódicos: ele procedia como Leite de Vasconcelos, de quem foi discípulo considerado, e Teófilo Braga).

Ilustrou-se igualmente como conferencista, palestrante, participante em congressos, crítico de estudos de Antropologia Cultural, membro de sociedades científicas e literárias.

Nestes apontamentos apenas faço um retrato esboçado: decerto que a personalidade de Luís Chaves merece muito mais, pelo que exige melhor pena e pensamento mais bem apetrechado.

## RECORDAÇÕES DE LISBOA ROMANA E DE LISBOA OITOCENTISTA

por LEITE BASTOS

**E**SCRITOR de «terceiro» plano na história geral da nossa literatura, Francisco Leite Bastos nasceu e faleceu em Lisboa (17-IX-1841 e 5-XII-1886), tendo ganho celebridade não só pelo seu talento — dramaturgo, romancista e jornalista — mas também pelas suas excentricidades. De «terceiro» plano, dissemos, pois o seu nome não entrou nem deverá entrar nos manuais escolares; pode, contudo, ainda hoje ser lido por motivos da sua exaltada imaginação e estilo sugestivo, embora imperfeito.

Eis as razões por que incluindo aqui alguns trechos das suas *Tragédias de Lisboa* (Horas Românticas. Bibliotheca Selecta Illustrada. Lisboa, 1878-1879), se conservaram a ortografia e a pontuação originais. A par da fantasia, por vezes estonteante, possuía preocupações realistas (conforme a escola dominante no tempo) e certo interesse pelos acontecimentos históricos e pela crónica cidadina.

Cremos que a reprodução de algumas páginas de Leite Bastos constitui, para além do interesse proporcionado aos Leitores, uma homenagem a um lisboeta que muito amou a Cidade e provou esse amor dentro das suas possibilidades.

Das memórias olisiponenses do escritor algo ganhou a etnografia, também.

P. C. S.

## CAPÍTULO V

### *Debaixo da terra*

Chegados que foram a certo ponto, fizeram novamente alto. Era extraordinario tudo aquilo.

Arthur olhava aquellas enormes paredes, fabricadas de uma excellente argamassa, que resiste aos seculos sem perder nada da sua primitiva valentia, e alongava a vista pela vastidão das immensas abobadas, que em diversos sentidos se prolongavam na extensão de mais de trinta metros, em parte subterradas, n'outras completamente a descoberto.

N'alguns pontos as paredes eram cobertas de tijolos de cores variadas, e muitas vezes de grandeza disforme, predominando o vermelho, o preto e o branco.

Para elle, se era uma verdadeira maravilha a existência de fabrica tão grandiosa, nos seios da terra, talvez a uma profundidade de trinta metros abaixo do solo, não menos o intrigava saber porque artes se introduzira ali o *Pinga azeite*.

A sua admiração foi tal, que n'aquelle momento esqueceu todos os pensamentos ambiciosos, que em geral não o abandonavam nunca, para concentrar todas as faculdades no estranho quadro que se estava desenrolando aos seus olhos.

*Pinga azeite* agitava triumphante o seu archote em todas as direcções, como querendo que ao seu amigo não ficasse duvida alguma da realidade de tudo que estava presenceando.

— Nós contemplamos debaixo d'estas abobadas, dizia elle, milhares de gerações. Aqui foram as *thermas* dos Cassios, rapazes finos e asseitados, para os quaes o Tejo não era bastante á limpeza das suas nedias carnes.

Estava de uma jovialidade adoravel.

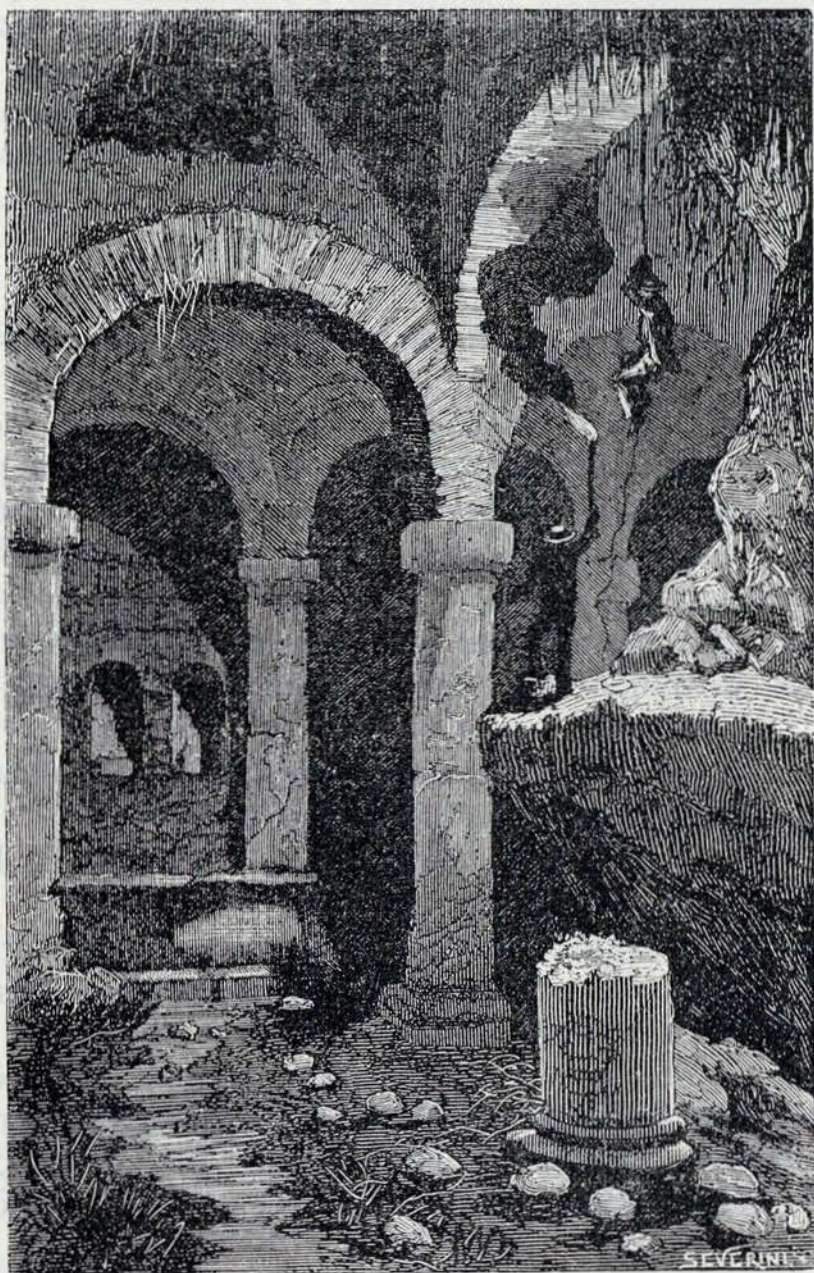
— Sabe, meu amigo, continuou elle, quem eram estes Cassios? Fui procural-os á historia, porque eu não queria dar a ninguem conta do meu achado. Li muito, mas vim a saber a final o que desejava.

E explicou-se n'estes termos:

— Eram os Cassios tres irmãos que viveram pelos annos de setecentos e tantos, da fundação de Roma, e uns cincoenta antes de

Christo. Note-se, porém, que já antes dos tres manos, existiam ther-  
mas n'este mesmo lugar.

— Com effeito, como foi você desencantar isso?!



— É facto averiguado. Estas thermas foram apenas reedificadas  
por ordem de Numério Albano, pae da patria d'aquelles tempos,  
pelos modos muito celebrado. Comprehendem um espaço de cento

e cincoenta metros, de sorte que se estendem até para lá da rua da Prata. Elles que gostavam tanto da agua, é que por certo não eram amigos do vinho.

Arthur podia consolal-o sobre este ponto, nomeando alguns consules e patricios do grande imperio, que sacrificaram a Bacco, mas todo o seu empenho agora consistia unicamente em saber como o *Pinga azeite* fôra descobrir aquella preciosidade archeologica, que os seculos conservavam subterrada sob os alicerces das edificações da nova cidade. [III vol., pp. 340-341].



Procurou nas algibeiras, e achou o que desejava — uma porção de fosphoros.

Ha, porém, na vida situações, em que o impossivel não existe. Elle achava-se n'uma d'essas situações, em que cada qual, por mais poltrão que seja, tira das fraquezas forças, e guiado pelo instincto da vida, tenta todas as difficuldades, e na maioria dos casos, vence-as pela perseverança.

Assim, conseguiu accender uma pequena fogueira, ao clarão da qual lhe foi permitido fazer uma ligeira idéa da situação em que estava.

Encheu-se de animo, e avançou com rapidez por uma especie de corredor lodoso, cuja extensão parecia não ter fim.

Mal havia, porém, dado uns duzentos passos, quando lhe pareceu ouvir um ruído singular.

Applicou o ouvido, e reconheceu que a bulha provinha de alguma grande quéda de agua, por certo das nascentes do Castello, de que ouvira fallar ás vezes de um modo vago e mysterioso.

Deitou a correr por ali fóra, tomando todas as precauções, para que a luz não se apagasse com as correntes do ar, que penetravam agudas e humidas através aquella passagem occulta, que ostentava toda a sombria magestade das construcções grandiosas dos dominadores do mundo.

De repente parou.

O sussuro das aguas era cada vez maior.

Chegara ao termo da galeria subterranea, e tinha na sua frente duas passagens praticadas na parede, para as quaes se podia subir



por escadas magnificas de marmore de Italia, cada uma com cinco degraus espaçosos.

Tomou pela direita.

O deslumbramento e a curiosidade apoderaram-se então do seu espirito.

Cuidou-se transportado a um mundo novo.

Era magnifico o espectaculo que se apresentava aos seus olhos.

Estava n'uma vasta galeria sustentada por columnas colossaes, tendo ao centro um grande tanque, em fórma de meia laranja, servindo-lhe de cupula e remate o seguimento de um elypse ou espheroide.

A sua altura não devia ser inferior a dez metros, e a largura cinco.

Mas aquella preciosa fabrica havia sido já explorada por mais alguém.

As inscrições dos fundadores deviam de ter sido arrancadas recentemente. Conhecia-se o logar d'ellas, e o reboco da parede muito diverso da argamassa primitiva da edificação.

Havia uma especie de nichos, onde tambem deviam ter existido estatuas magnificas, porque ainda n'um d'elles se encontrava o resto de um braço de optima esculptura.

Tudo isto queria dizer, que já haviam sido explorados aquelles subterraneos, e que a final, elle encontrando-os, nem teria as alviças, nem ganharia para o formidavel trambulhão que apanhara!

## CAPÍTULO VI

### *Antiguidades romanas*

De facto, em 1871, quando se lançaram os alicerces do palacio que o correio-mór mandou levantar das ruinas do memoravel terremoto de 1755, os pedreiros descobriram a oeste das obras umas thermas, cuja construção era evidentemente romana, achando então um manancial precioso de agua mineral.

A inscrição a que o *Pinga azeite* se referia, foi effectivamente arrancada, e crêmos dever existir agora no museu da associação dos architectos civis e archeologos portuguezes, estabelecido n'uma das capellas do convento do Carmo.

Dizia assim:

«Thermas dos Cassios, reedificadas desde os fundamentos, segundo a ordem de Numério Albano, varão consular, illustre pae da patria; sendo inspector da obra Aurelio Firmo, e consules, Nepociano e Facundo.»

Tambem dentro de um d'esses nichos, foi encontrada a estatua de um guerreiro romano, em marmore, mas bastante damnificada no rosto.

No peito tinha a figura do sol, e sobre o ventre duas esphinges ou serpentes aladas, com rosto de mulher.

Os braços estavam nús dos cotovellos para diante, e as pernas dos joelhos para baixo.

O corpo vestia uma armadura de ferro, perfeitamente cinzellada. Na mão esquerda segurava um escudo, tendo por armas esculpida a figura de um lobo dando de mamar a dois meninos.

Para oeste, a distancia de dez metros, acharam n'aquelle tempo, segundo está escripto, um grande reservatório de agua, de que se fez uma especie de cisterna, que ainda hoje existe, debaixo de uma escada interior do palacio dos srs. marquezes de Penafiel.

Estava cheio quando foi encontrado, mandou-se esgotar e limpar, e descendo ao fundo descobriram um aqueducto que corria para os tanques.

Achou-se mais ainda um outro aqueducto do lado do norte, parecendo vir das bandas do Castello de S. Jorge. A agua que elle trazia era tepida, e nem se deram ao incommodo de a analysar.

Mas o aqueducto para o despejo d'essas aguas não foi descoberto, e naturalmente foi por esse lado que o singular acaso conduziu ás thermas o *Pinga azeite*.

Tudo isto era realmente interessante, e surprehendia de uma maneira agradavel os sentidos, exaltando a imaginação de qualquer investigador que ali houvesse penetrado n'outras condições. *Pinga azeite*, porém, passados que foram os primeiros momentos de espanto pela admiravel fabrica que achara occulta nas entranhas da terra, começou a lembrar-se um pouco de si, da situação em que estava, pois continuava não só ignorando como entrara para ali, mas, o que era peor, sem saber por onde deveria sair.

Foi avançando ao acaso pela direita, tendo muitas vezes de caminhar de rastos para passar de uns nichos para os outros, e assim

successivamente, até que n'um d'elles achou uma especie de corredor semelhante áquele por onde penetrou nas themas.

Passou logo a examinal-o.

Aquella passagem devia ter sido aterrada em tempo, e mais recentemente começada a desaterrar em algumas partes.

Havia uns degraus muito ingrimes, praticados na terra, que se desfaziam ás vezes debaixo dos seus pés, mas elle achou que tudo quanto fosse subir era aproximar-se mais do ponto de partida, e portanto encheu-se de coragem, e foi trepando por ahi acima com a agiidade de um marinheiro.

A meio caminho da perigosa ascenção, nova contrariedade veio assaltal-o.

A luz apagou-se-lhe, sepultando-o de novo nas trevas, e agora n'uma posição terrivel, porque um pé mal posto, bastaria para o precipitar da altura enorme em que já se encontrava.

Que fazer n'este caso?

Revestiu-se de uma grande coragem, de que nem elle proprio, em caso algum se julgaria capaz.

Já se havia rasgado todo n'aquella ascenção perigosissima e quasi desesperada. Gotejava sangue de mais de uma arranhadura profunda que fizera nas carnes, mas agarrava-se ainda cada vez com maior ancia, e agora sobretudo, mais animado, porque divisara por cima da sua cabeça uma claridade fraquissima, destacando-se como uma estrella n'aquelle fundo negro, onde a vista se perdia, procurando em vão em que fixar-se. [III vol., pp. 344-348]

## CAPÍTULO XXII

### *O guarda-costas*

A tarde ia descaindo.

No arvoredo que rodeia o Rocio chilreavam os volateis, n'um côro desesperado e impaciente, de uma maneira estranha, sem aquella suave poesia dos campos, aquella doce melancolia do adormecer do sol, sobre o vermelho do occaso, por detrás das collinas perfumadas e sadias.

A prosa de Lisboa esparguiçava-se indolentemente pela extensão do recinto da praça, empedrado n'uns zigue-zagues phantasiosos em que os ultimos grillhetas nos quizeram deixar o especimen mais completo dos seus trabalhos de calcetaria.

Dissemos que ha no Rocio logar para todos.

É verdade.

Áquella hora, por exemplo, a vida ahi é mais palpitante ainda que durante o dia.

Assim como ha lojas em que se reúnem os militares, a chapelaria Bello, lojas onde vão os actores, a chapelaria Roxo dirigida por Peixoto, lojas onde se refugia a velha guarda das associações, a luvaria Gonsalves, onde conversam capitalistas industriaes e proprietarios, a tabacaria Neves, etc. etc., ha tambem em plena praça, ao ar livre, locaes proprios, como que reservados ás diversas classes.

Em frente da calçada do Duque ninguem se atreve a estacionar, que não toque pelo menos rebeca.

Aquelle ponto é destinado aos musicos.

Fervilham ali como bandos de pardaes e estão como em sua casa, com a maior franqueza. Ali se zangam e reconciliam, combinam festividades, mudanças de serviço nos theatros, e não é raro ouvir algum desafinar com o collega que não entra a tempo, e voltar-lhe as costas mandando-o tocar sanfona, instrumento reles que está um pouco acima do berimbau, e de igual para igual com a gaita de folles.

Do lado opposto gesticulam em fraternal convivio officiaes de diversas especies e idades: reformados, addidos, graduados, em commissão, na disponibilidade, mas todos accordes no assumpto invariavel da palestra diaria: antiguidades, preterições, reformas e annos de serviço, sem a qualificação d'estes, por modestia e para guardar certos melindres entre camaradas...

É muito bonito.

Seguem-se aos militares os padres.

Os da provincia andam por ali como Pilatos no Credo a pensar n'alguma *cunha forte* que resolva certa pendencia que trazem na camara ecclesiastica.

Passeiam para o lado do Arco Bandeira.

É natural que lhes repugne a idéa de verem transformada a casa de Deus, a santa inquisição, em casa do diabo, o theatro publico!

Ahi reúnem exclusivamente actores.

Padres não se aproximam sequer do Conde d'Almada. De que lhes servem as recordações de um passado que já não volta? A casa de S. Domingos, o Hospital de todos os santos, a tradição, o poderio clerical! Acaso hão de ir elles mergulhar a sua vista no triste espectáculo de uns armazens obscuros e immundos, expostos ali á miseria dos viciosos? Valeu bem fechar conventos para abrir tabernas.

Ao centro e com muito desafogo, fallando alto e de palito ao canto da boca, passeia livremente grande numero de sujeitos que apparecem em toda a parte, que pertencem a todas as classes e nenhuma os deseja reconhecer, os quaes sujeitos ninguem já se cansa em perguntar de que vivem.

Entre esses ha dois grupos distinctos, o procurador-agente e o valentão que anda de dia a metter medo á gente e vae á noite para a batota onde é empregado ha muitos annos.

De todos os lados se cruzam e se encontram credulos, pacatos, laboriosos, a par do vadio, do encostador e do gatuno; os namorados, os que vão ali para vêr passar as damas que saem do Passeio, os que esperam a lorette nocturna, enfim, toda esta multidão enorme que se vasa n'uma grande cidade e alastra em todas as direcções, levando a vida e o movimento ás suas principaes arterias. [I vol., pp. 137-139].

### CAPÍTULO XIII

#### *A Mouraria*

A Mouraria é das principaes arterias da velha cidade.

Centro extraordinario de uma colonia operaria, é ahi que vae convergir toda essa rede emmaranhada de travessas estreitas e tortuosas, e de beccos immundos e sem saída, que comunicam com o centro de Alfama, e são como que uma soccursal das suas miserias.

Não cessa na Mouraria o movimento a toda a hora, desde manhã até á noite, tornando-se n'algumas occasiões difficil a passagem, principalmente ás horas de largar o trabalho, ao pôr do sol, e ainda até ás duas da noite.

Todavia esse grande movimento, que em poucas mais ruas da cidade poderá observar-se, não consegue tornar aquelle sitio da Mouraria, menos sombrio do que realmente é.

Embora a camara com os seus editaes intime os proprietarios a renovar as frontarias dos predios, um ou outro procure modificarem mesmo o estylo da construcção, lá ficam as demais a protestar em nome do passado, com o seu frontão esguio e bicudo, as suas janellas irregulares, as suas rotulas verdes, e frestas de todos os tamanhos!

São na maioria anteriores ao terramoto essas edificações, de sorte que por mais alterações por que passem, não ha tirar-lhes esse cunho primitivo que, por assim dizer, representa o estylo de uma época.

As lojas são na maioria espeluncas, onde a população operaria se entrega aos prazeres da culinaria, desde a bella e odorifera isca, á pescadinha de rabo na bôca, pretesto innocente para libações bachicas dos productos vinhateiros das formosas regiões de Torres e Cartacho.

Depois das tabernas, as casas de jogo. Havi-as então logo á entrada da rua Suja, um becco incomprehensivel, que mais parecia um cano immenso, e que actualmente se acha transitavel, isto é, esgotado, porque para caminho de gente, ainda falta á rua alludida, as condições indispensaveis de espaço, de luz, e de ar.

Os que tomassem para a esquerda, podiam ir ás da Carreirinha do Socorro. Quem seguisse para os lados da Guia e Arco do Marquez de Alegrete, não precisava de oculos para encontral-as por todos os cantos.

Não havia então ainda a casa de emprestimos sobre penhores.

O tendeiro a occultas, e por caridade muitas vezes, é quem emprestava em casos graves de doença, ou falta de trabalho, a alguns que ainda se envergonhavam da sua miseria. Já não ha d'isso hoje.

Motuarios e motuantes fallavam ainda n'esse tempo nos juro da lei, mas em verdade nem por isso se ajustavam melhor, porque o misero que lhes levava a camisa, já ficava satisfeito quando o deixavam sair com a pelle e o osso.

A agiotagem foi sempre a mesma. Quer ella tenha taboleta, e seja tolerada, quer se pratique clandestinamente, e seja feita com a mascara hypocrita de um favor. É um mal grandissimo, um symptoma terrivel de miseria, o attestado tremendo de um deficit perigoso.

Ora a tudo isto juntem-se os descantes obscenos, a algazarra inferne de bandos de homens e mulheres embriagados que encha-

meiam nas tabernas na mais descomposta camaradagem, e dezenas de cães vadios, leprosos uns, derreados outros, na maioria famintos, escanzellados, uivando, ladrando sem cessar, e ter-se-ha finalmente reconstruido uma parte, das mais caracteristicas, d'esse bairro.

A Mouraria era como que o grande desaguadouro, o esgoto de todas as miserias de uma velha cidade.

O bello prolongamento da rua Nova da Palma, que se estende agora até ao largo do Intendente, veiu depois tirar-lhe grande parte da sua primitiva importancia.

O povo hoje é quem sustenta as tradições, mas porque extraordinarias transformações a Mouraria tem passado!

Raro se ouvem já os pregões caracteristicos que soltava ali o aguadeiro da bica, e a vendedeira de peixe.

Lojas de bebidas com os seus balcões envernizados, espelhos, mesas de pau fingindo pedra, bancos de palhinha, e bom modo nos caixeiros, e sobretudo, e a cima de todas as considerações, camisa lavada, cousa que então só apparecia pelo Corpo de Deus ou Endoenças.

Algumas d'essas lojas já têm piano, e um artista contractado ás noites para vibrar os sons d'esse instrumento garrido, que desterrou da sala a guitarra, e veiu agora fraternisar com ella na taberna entre a prosa de dois decilitros e a poesia da Marselheza!

Mas voltando, sem saudades, a esses tempos; que todavia não vão muito longe. Entre as pucilgas que mais se distinguiam n'aquella pequena Cité da Mouraria, a mais vasta e a não menos repugnante, era a do João do Grão.

Constava ella de loja e andar nobre, nobilissimo pela antiguidade austera e repellente pela suja apparencia.

Os restos da construcção fidalga e grandiosa do edificio, contrastavam tristemente com a miseravel applicação a que havia sido destinada.

Sobre os portaes notavam-se ainda vestigios de umas armas, que representavam o brasão do proprietario, representante de linhagem fidalguissima, morgado que arrastara na decadencia os seus a um estado não menos digno de lastima, do que aquellas reliquias de um passado de abastança e de mundanas considerações.

Mesmo de dia, as officinas interiores da espelunca, eram illuminadas pela frouxa e quase amortecida luz de uma negra candeia, luz

impossível e irrisoria que espalhava uns raios vermelhos e enfumados, projectando nas paredes em pardo, uns reflexos sinistros e tristes.

De noite, todas aquellas mesas se enchiam de freguezes.

O estabelecimento tinha uma especialidade muito popular, porém muito flatulenta.

Era o grão temperado no prato, com um azeite que se apegava ao céu da bôca, e um vinagre que, por mais baptismos que levasse, não chegava nunca a cristão novo.

Á noite, havia o savel frito, as canôas, outra especialidade da casa não menos afamada.

Ia a gente da baixa proval-as sem nojo, uns por desfastio de mau gosto, e outros por economia, porque, com o pretexto das canôas, saiam de lá fartos, ebrios, à custa, muitas vezes, dos amigos. [IV vol., pp. 63-66].



## Apontamentos de algumas visitas realizadas pelo Grupo, em 1977

Compilação de P. C. S.

### 1. *Quinta dos Azulejos, ao Paço do Lumiar*

Quando os Amigos de Lisboa visitaram em 21 de Maio a Quinta dos Azulejos e o Palacete, a Direcção do Colégio de Manuel Bernardes mandou, amavelmente, distribuir a seguinte Memória Descritiva, que supomos baseada em José Queirós:

«Existe na Quinta dos Azulejos do Paço do Lumiar, em Lisboa, o mais extraordinário conjunto de arte decorativa, na faiança esmaltada das suas colunas, arcos e quadros de muros. Este conjunto de azulejos é português, da antiga Fábrica do Rato de Lisboa. São do reinado de D. José I. Foi o Marquês de Pombal quem fez reviver a cerâmica em Portugal no Século XVIII.

A Quinta dos Azulejos foi fundada na primeira metade do Século XVIII por António Colaço Torres, que mais tarde, em 1753, foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

O nome de Quinta dos Azulejos foi-lhe dado por causa dos lindíssimos e deslumbrantes azulejos portugueses, outros de pincel estrangeiros, mas todos de primeira ordem. Desde esta época a quinta tem sido muito falada e apreciada. Muita gente a vinha visitar, inclusivamente as pessoas reais. Em 3 de Novembro de 1753 foi visitada pelo próprio Rei D. José e pela Rainha D. Maria Ana, conforme se lê num padrão de azulejos.

Entrando no jardim, encontra-se para a direita e para a esquerda uma galeria de mais trinta metros, ladeada por colunas, pilastras,

bancos e alegretes e rematada nos topos por cascatas com pequenos tanques de pedra, altos e amisulados, anichados em arcos de volta redonda, cujo perfil de faiança se liga a decoração azulejada até ao ponto mais elevado, terminando por clássicos vasos também de faiança Tudo da mesma época.

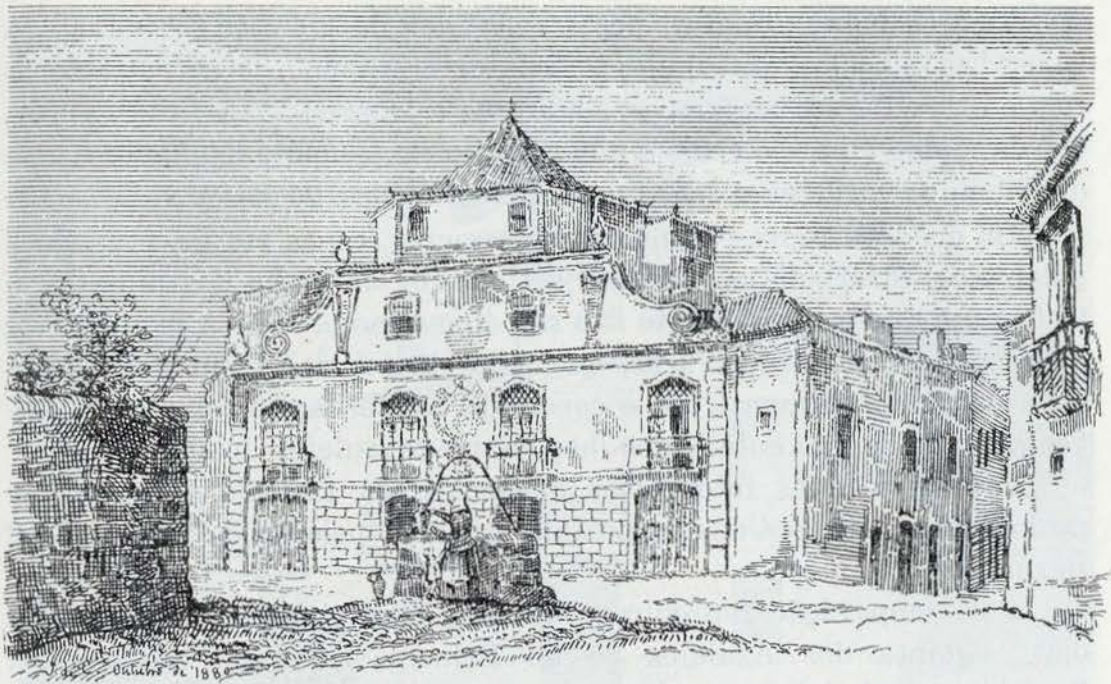
Exceptuando as estatuetas a branco e as composições de figuras, molduras marmoreadas e alegorias nas paredes, bancos e canteiros a tinta azul ou rosa, avinhada — os azulejos são aqui, do mesmo modo que nas demais ruas, policromos.

A parte do jardim onde existem azulejos é um rectângulo com cerca de 1400 m<sup>2</sup>, contando uns 40.000 (quarenta mil) azulejos. Na parede da mencionada galeria, há quadros. Composições sacras alternam com igual número de quadros profanos. Nos extremos da galeria existem pórticos que dão passagem a duas ruas, que fazem ângulo recto com a anterior. Estes pórticos sólidos e elegantes têm sobre os arcos vasos de faiança em gomos.

As colunas de fustes octogonais alargam no terço inferior, conservando a mesma forma e são encimados com capitéis com folhagem pintada e ábacos de ordem coríntia, sobre os quais pousam vasos com plantas. Nos intervalos existem bancos de assentos e espaldares em semicírculo, flanqueados por plintos redondos, encimados também por vasos.

A galeria do nascente é ladeada pelos mesmos motivos. No meio desta galeria abre uma clareira arredondada, que tem do lado direito um grande pórtico de pilastras e molduras ressaltadas, com cerca de 7 metros de altura, que envolve uma cascata pedregosa e florida com o seu tanque bojudo. O fecho do arco tem uma carranca em relevo. Mais acima lê-se a palavra «Europa», dentro de espaço fechado por moldura de forma oval com alegoria figurada; tem como remate na parte cimeira de todo o entablamento um busto de tamanho natural, banhado com esmalte lácteo.

Defronta-se com este belo motivo outro mais belo ainda, que reentra em semicírculo na parte ajardinada e cujo singular entablamento dá ideia de uma sanefa, com oito regulares bolsas pendentes da cimalha contínua, que o termina. A base, um corrido banco, sustenta a colunata, cujos sete vãos são preenchidos, até meia altura dos fustes, pelos espaldares dos bancos que têm no centro, como emble-



Fachada em 1862

mas, um dragão ou um grupo: a maça de Hércules e a pele do leão, sua vítima.

Entre o hemicíclo e o grande pórtico, sobre o solo, há um lago para peixes com repuxo, constituindo tudo um aprazível lugar.

Na rua oposta e paralela a ornamentação é só dum lado sobre o muro, mas oferece muito interesse pelo que representam os azulejos e pela forma singular dos bancos e dos canteiros e pilastras, sobre que poisam estatuetas com esmalte lácteo.

Os azulejos, além da figura humana, dos ornatos e das flores, exibem uma variada colecção zoológica, de animais admiravelmente pintados a tinta azulada, dentro de molduras policromas. Entre a profusa bicharia notam-se: leões, águias, avestruzes, búfalos, veados, corças, cabras monteses, grandes e pequenos macacos, pegas, pavões, patos, etc.

Estas duas ruas são rematadas por pórticos semelhantes aos já mencionados. Passado o pórtico do lado poente, continuam ainda azulejos revestindo a parede por mais sete metros. Há ainda noutros pontos azulejos, onde se vêem pintadas figuras orientais, que a Fábrica do Rato tanto usou nas suas decorações.

Tudo é bom: azulejos, peças relevadas de aplicação e soltas. A conservação é em geral muito satisfatória; desenho largo, característico e correcto; tintas frescas, vigorosas e transparentes; azul, verde, cor de vinho, amarelo claro e amarelo quente, esmalte brilhante e bem distribuído: carácter e factura da Real Fábrica do Rato.

Os quadros representam assuntos sacros, cenas rurais, marinhas, galanteios, diferindo os pintados a tinta cor de vinho dos pintados a tinta azul, que evidentemente não são do mesmo pincel. A maior parte deles são cópias de gravuras, que pelos trajos das figuras e alguns acessórios reproduzem tipos e coisas do Norte da Europa, razão talvez por que os não entendidos lhes chamam azulejos holandeses.»

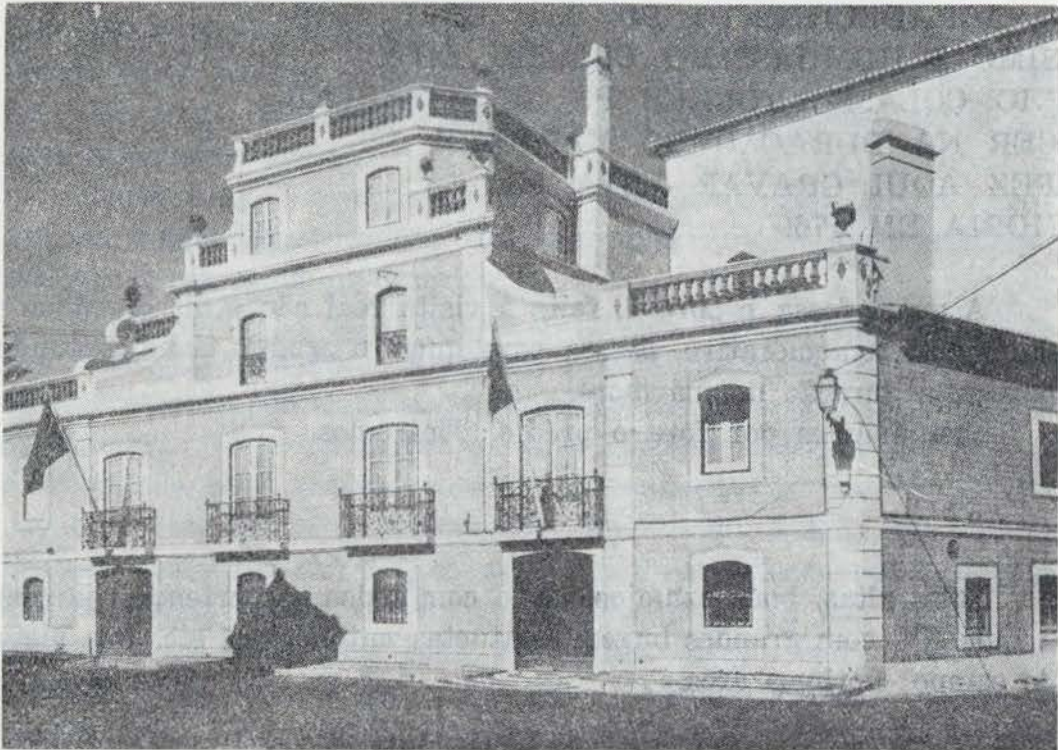
Juntam-se duas fotografias modernas (da fachada e de um aspecto particular), obtidas de postais, editados pelo Colégio de Manuel Bernardes.

Por comparação reproduz-se também uma gravura, cuja legenda diz: «Quinta dos Azulejos ou do Príncipe no Paço do Lumiar. Reprodução photolithographica de um desenho á penna por Julio Castilho, copia de uma aguarella pelo mesmo pintado em novembro de 1862.» Vem nas *Memórias de Castilho*, tomo I, Lisboa, Janeiro de 1881, entre as pp. 34-35, pelo ilustre e inigualável cronista da Cidade. A Quinta dos Azulejos está ligada — e esta história não foi dita quando a visitámos — ao grande Poeta cego, como vamos ler, com prosa do Pai e do Filho (António e Júlio):

«A casa, onde o amor precoce brotou cheio de inocências indizíveis no coração das duas crianças, é hoje por isso memorável nestes anais de família. Para o meu leitor a ficar conhecendo, aqui lha descrevo.



Cai sobre o largo do poço, no lugarejo do Paço do Lumiar, a frontaria principal do palacete, obra sem dúvida do século XVIII. No primeiro andar quatro sacadas, de volta levemente curva; no segundo andar, retraído dos lados, duas janelas de peito; e sobre este ainda outro andar, quase mirante, com outras duas janelas. Os telhados, que se avistam a grande distância por aqueles contornos, são agudos, oitavados, com uma certa feição distinta. Os dois portões da entrada e as duas janelas gradeadas da loja são tamoém



Fachada actual

no citado largo, para onde dá mais uma espécie de fresta, desgarrada do desenho geral da frontaria num amuo architectónico difícil de justificar.

A fachada enfeita-se com alguns modestos primores, como cornijas historiadas, colunelos de argamassa, à maneira de pedestais dos hermes, e ornatos arrebicados, que bem denotam a moda reinante no tempo de edificação. O maior adorno, porém, é um grande azulejo entre as duas janelas centrais do andar nobre; no meio de uma moldura de folhagens e palmas lê-se o trecho que transcrevo fielmente:

S. MAG. <sup>DES</sup> FIDELISSIMAS  
FELIZMENTE REINANTES  
O S. D. IOZE 1.º E A R.ª N. S.  
FIZERÃO A ESTA CASA A SUBLIME M.<sup>CE</sup> DE  
SE SERVIREM D'ELLA EM 3 DE NOVEMBRO  
DE 1753 E LHE REPETIRÃO A MESMA  
HONRA COM TODA A FAMILIA REAL  
V. R. T.

O AGRADECIMENTO DO SEU OBRIGADIS-  
SIMO E HUMILISSIMO CREADO ANTO-  
NIO COLASSO TORRES P.<sup>A</sup> SE ESTABELE-  
CER NA DURAÇÃO DO MARMORE  
FEZ AQUI GRAVAR ESTA ME-  
MORIA EM 1760

A quem fosse, e porquê, feita a visita real não o diz o redactor do padrão comemorativo, pessoa para quem o azulejo tinha, segundo parece, a duração do mármore.

Examinámos por fora o prédio. Entremos.



Salas altas, bons azulejos, pátio com todos os pertences, jardim à Luís XV, com grandes buxos, estatuetas mitológicas, etc. Boa vista de campo; óptimos ares.



Traseiras e trecho do jardim

Desta *villeggiatura* infantil conservou a alma afectuosa de Castilho as mais vivas lembranças toda a vida. De uma carta a um íntimo transcreverei palavras, com que, cinquenta e tantos anos depois, ele ainda recordava a quinta e o pátio, que fora o teatro dos seus brinquedos pueris.

‘Estou vendo — diz ele — no aristocrático pátio, a um lado o grande tanque esverdeado e doirado, onde Amália e eu trazíamos uma frota carregada de bonecos.

Estou vendo as duas escadas de pedra, subindo uma para a capela, outra para as salas. Ao fundo o portão de ferro do jardim; nele os alegretes de porcelana e mármore, os vasos da China, os azulejos historiados. Na primeira rua as duas cascatas, correspondendo-se de extremidade para extremidade; a da esquerda com o seu Baco a cavalo numa pipa, a da direita com uma sereia; outras duas de um brutesco magnífico aos dois topos da rua de arcaria chamada do príncipe D. José, que ali costumava espairecer-se. Na meia-laranja da direita, entre estas duas ruas, a opulenta cascata com o colosso do Tejo reclinado com a sua urna sobre penedias bravas, e sobre um florido pórtico de conchas; aos lados dois cisnes; as águas repuxam de todas as partes. Defronte um tanque redondo repuxa também uma arcaria líquida e prismática até à abóbada de verdura, que alastra sombras movediças, e em cujo vértice pompeia, de trombeta em punho, uma estátua da Fama.

Quase ao fundo do jardim uma sala vegetal, com assentos e mesa de mármore, guarda tantas sombras e frescura, contém tanto silêncio e mistério no meio de tão profusos ruídos de águas e folhagem, que um poeta ali se fartaria de inspiração, e dois noivos de ventura. Eu e as outras crianças só espreitávamos tudo aquilo de longe, porque uma criada velha (que não podia mentir) nos tinha dito que morava lá uma princesa moira.

Lembra-me o carrinho azul de quatro rodas, que enfeitávamos de girassóis, e em que celebrávamos os nossos triunfos puxados por um carneiro.

Ao sair do jardim a horta, o pomar com a sua nora, as searas com a sua eira. Estou vendo as medas, os nossos mergulhos pela palha, os gafanhotos, os pirilampos!...

Uma tarde... foram todos os de casa ao convento de Odivelas; fiquei eu só com a criada velha. Estamos à janela da casa de jantar;

avistamos, lá por um oiteiro, o nosso rancho em burrinhos de albardas verdes e encarnadas; um sol magnífico envolve tudo aquilo; que invejas para mim! Num recanto da casa arrulham as rolas num viveiro de arame, alto como uma torre; eu choro!...

Se te disser — conclui o ingénuo narrador ao seu correspondente — que não há uma florinha daquele tempo, nascida entre duas pedras cu baloiçando-se do alto de um muro velho, cujo espectro me não venha muitas vezes inspirar, não te minto. Toda aquela minha idade de oiro me negaceia na alma, como por entre uma poeira luminosa!...»

2. *Como justo agradecimento à amável hospitalidade do nosso Con-sócio Dr. Ferreira Marques, o Senhor Inocêncio Castelhana dedi-cou-lhe os seguintes graciosos versos:*

#### EM TERRAS DO LUMIAR

Em 21 de Maio de 1977

Ser médico ou engenheiro,  
é vulgar acontecer,  
mas também ser jardineiro  
não é fácil de prever.

Iria parar à estufa  
do Doutor Ferreira Marques,  
onde não havia adufa,  
mas azeitonas e parques.

É um caso que ressoa,  
que aqui vou salientar,  
dum jardim que, em Lisboa,  
por sorte, fui visitar.

Foi um encanto para todos  
os «AMIGOS DE LISBOA»,  
ver flores, plantas a rodos,  
e ter merenda tão boa.

Estava longe de prever,  
sem aviso e sem alardes,  
que depois de estar a ver  
o Colégio de «Bernardes»,

Parabéns, Snr. Doutor!  
Aqui deixo um grande abraço,  
perfumado como a flor  
que encontrei no seu regaço.



3. Em 18 de Junho de 1977, a nossa Consócia Senhora D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita dirigiu à Junta Directiva a seguinte carta:

«Prolongando com algumas informações para o vosso Arquivo, a visita feita pelo nosso Grupo à sede de União das Associações de Comerciantes, aqui ficam umas pequenas notas.

A União das Associações de Comerciantes engloba 14 Associações:

Artigos Funerários e Religiosos do Distrito de Lisboa; Aprestos Marítimos, Cordoaria e Sacaria; Armeiros, Bicycletas, Artigos de Desporto, Drogarias, Perfumaria, Papelaria, Artigos de Escritório, Quinquilharias, Brinquedos, Artesanato e Tabacaria; Equipamento Científico; Vestuário, Calçado, Artigos de Pele; Ferro, Ferragens e Metais; Adornos e Utilidades; Materiais de Construção; Produtos Hortícolas, Frutas, Flores, Sementes, Plantas, Peixe e Criação; Revendedores de Lotaria; Ourivesaria e Relojoaria; Combustível Doméstico; Mercados; Máquinas e Acessórios.

É este conjunto que dá o nome à União das Associações.

O edifício custou 11.500.000\$00. Está dividido em parte pertencente ao funcionamento da União, dois andares alugados à Embaixada da Dinamarca e quatro andares à Administração do Açúcar e do Alcool.

Quem teve a ideia da criação deste Organismo foi o Sr. Virgílio Fonseca, dono da Casa Fonseca, no Rossio, e Vereador da Câmara Municipal.

O edifício actual nasceu da transformação de uma pequena moradia existente no local e que foi comprada pelo Sr. Virgílio Fonseca para aí funcionarem os serviços da União de Grémios dos Lojistas de Lisboa. Essa moradia custou 3.200.000\$00.

Os serviços foram aumentando devido ao número de agremiados, que ia crescendo, sendo premente a necessidade de um edifício maior.

Reunidos, empregados e dirigentes, foram unânimes em dar a sua ajuda para a construção de um edifício maior, do que resultou a construção do agora visitado.

A União dos Grémios, depois do 25 de Abril de 74, sofreu a transformação para Associação, funcionando com os seus Corpos Sociais. Aqui se resolvem os destinos dos Comerciantes.

Foram, portanto, seus impulsionadores: Virgílio Fonseca e, por sua morte, Aníbal David; e depois do 25 de Abril, Pedro Feist, actual presidente de Direcção, e primeiramente presidente de uma Comissão Administrativa.»

#### 4. *Carta enviada pela Junta Directiva ao Director do Panteão Nacional:*

«A visita que o Grupo dos Amigos de Lisboa realizou, no passado dia 25 de Junho de 1977, ao Panteão Nacional de Santa Engrácia, constituiu uma emotiva evocação para todos os presentes de algumas das mais ilustres figuras do Passado português, e cuja acção não só dignificou a Pátria mas igualmente o Mundo.

Encontram-se ali as memórias de Santos e Heróis, Políticos e Poetas, recordados em estátuas e cenotáfios ou com os seus corpos depositados em túmulos, num conjunto de dezoito individualidades, que mereceram a gratidão dos Portugueses. E é de louvar ainda a prudência, razoável e inteligente, manifesta na escolha das personagens homenageadas no Panteão.

Já passaram, porém, não só aqueles que na altura tiveram a seu cargo tão delicada tarefa — nomeadamente o grande e inesquecível Prof. Dr. Damião Peres — mas também as próprias circunstâncias suas condicionantes.

Será agora a melhor oportunidade de se concretizar a proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Director, de outros portugueses notáveis a honrar neste local. Eis por que os Amigos de Lisboa vêm, depois de ponderados todos os problemas que envolvem realmente a proposta — e não esquecendo nomes como o do Fundador da Nacionalidade, do Papa João XXI ou o do Prémio Nobel Egas Moniz ou ainda os Presidentes da República — apresentar aqueles em quem pensaram. Na sala dos Presidentes e na dos Poetas encontram-se dois túmulos vazios, um em cada.

Considerando, também, as condições materiais, a que temos infelizmente de obedecer, parece — assim julga a Junta Directiva — que, nesta altura dois Portugueses poderiam dar entrada no Templo de Santa Engrácia: o Presidente Dr. Manuel de Arriaga, primeiro Chefe do Estado na República, de elevada dignidade em todos os actos da

sua vida, e que nos momentos difíceis do seu mandato mereceu sempre o respeito dos Portugueses; e o Poeta Fernando Pessoa, cuja obra recebe mais admiração e adquire maior significado conforme o tempo decorre.

Esperamos que V. Ex.<sup>a</sup> aceite, por correspondência ao seu próprio pensamento, a nossa opinião e que queira ainda apresentá-la superiormente, para realização tão breve quanto possível.»

### Apelo aos Sócios

Na altura em que temos a satisfação de levar aos nosso Consócios este número de OLISIPO, apesar do seu atraso na entrega, preocupa-nos uma dificuldade: o seu pagamento, pois que não recebemos qualquer subsídio para tanto. Decerto, teremos um desequilíbrio nas nossas contas, que nos faz, com forte razão, hesitar em enviar para a tipografia o original do número referente a 1978.

A Junta Directiva atreveu-se a fazer um apelo aos Sócios: Que todos auxiliem, conforme a sua vontade individual, o nosso Grupo, «pagando» o seu exemplar de OLISIPO (Recorde-se que o número avulso é vendido ao preço de 60\$00) ou enviando qualquer quantia — que tudo será por bem e bem recebido.



1. Sobre o costume das mudanças de residência, em Lisboa (já tratado neste Boletim, em Julho de 1967, pp. 137-138, e Julho-Dezembro de 1968, pp. 241-242), leia-se o trecho seguinte de Eduardo de Noronha, *Memórias de um galego*, Porto, 1912, pp. 151-152:

« — É a época dos galegos, esta. Dia memorável em que impõem a sua vontade com feroz despotismo; com assentimento dos edis, com indiferença da polícia, quase sem protesto dos tiranizados! Pobres burgueses submissos! Ao alvorecer de São Silvestre uma carroça ou padiola e quatro moços são tão necessários, tão imprescindíveis como no dia imediato os doces e o peru.

— É um dia sinistro para quem se muda — confirmei eu. — Os móveis são quase atirados pela escada, partem-se as louças, as cordas mordem os polimentos, a mudança faz-se como se arremessam os salvados num incêndio, e isto com maus modos, ameaças, grosserias, com exigências sempre crescentes dos mario-las que, se não são satisfeitos cabalmente, determinam a intervenção do fleumático guarda, que procede sempre, sem nenhum outro critério, a favor do primeiro que se queixa.»

2. Na secção «Há quarenta anos», do jornal lisboeta *Diário de Notícias*, de 25

de Março de 1915, apareceu a seguinte nota: trata-se de uma curiosidade da vida de Lisboa de há um século, recordação quase perdida:

**HA QUARENTA ANOS**  
(Do DIARIO DE NOTICIAS de quinta  
feira, 25 de março de 1875)

As amendoas — N'este anno, como é uso por ocasião das solemnidades das En-doenças e Paschoa, as confeitarias e es-tabelecimentos que vendem amendoas ca-pricham em qual ha de apresentar os seus variados sortimentos, por modo que mais attraia a attenção e disperte o ape-tite dos consumidores. Teem a primazia nesse empenho, entre muitos que esca-param á nossa revista annual, as seguin-tes: — A Nacional, na rua da Betesga; Ultramarina, na rua da Prata, e as n.ºs 131 e 147; a Castellar, na rua do Ouro, e a de Moreira & Irmão; a do Araujo, na travessa de S. Nicolau; a Lealdade, na rua dos Retrozeiros; no largo de S. Domingos, a da Viuva Costa & Filhos, e a do Cardoso; a da rua do Amparo, n.º 110; do Rocio, a Bonança e a dos n.ºs 37 e 38; rua de Santo Antão, n.ºs 99 e 101; rua Nova da Palma, a Industrial, e a mercearia de Lage & Irmão; de Pe-dro Estves; na rua da Mouraria, 66 e 68, que além de variado sortimento de amendoas apresenta um aspecto brilhante; na rua dos Cavalleiros, n.ºs 1 e 2;

no largo das Olarias, n.ºs 36 e 37; rua do Bemformoso, a mercearia n.º 32; rua de S. Lazaro, n.ºs 124 a 125; a loja de chá na rua de S. José; a União, na rua das Pretas; praça de Alegria, a n.ºs 44 e 45; a Portugueza, na rua da Escola Polytecnica; a confeitaria Castro, na praça das Flores; a mercearia da rua da Piedade, n.ºs 21 e 23; rua de S. Bento, Conservaria Occidental; a Confeitaria Occidental, e a mercearia Economica Social; largo de S. Paulo, a confeitaria n.ºs 17 e 18; rua do Corpo Santo, a Maritima; rua dos Capelistas, as conservarias do Suisso e de Pucci; a italiana na rua Nova do Almada; e a Baltresqui no Chiado, e a confeitaria Gratidão, rua largo de S. Roque, a Lisbonense, a Alliança e a Progresso, e a pastellaria allemã e suissa; Paulistas, a confeitaria n.ºs 109 e 111, a mercearia n.ºs 24 e 26; Calhariz, confeitaria n.º 11 e a n.º 3; a do sr. Oliveira na rua da Cruz dos Poyaes, esquina de Jesus; a antiquissima conservaria francesa, na rua do Poço dos Negros; as mercearias do sr. Philippe, na rua da Rosa, n.ºs 219 e 221, e a da esquina da travessa dos Inglezinhos; a mercearia do sr. Camara, na rua de S. João da Praça, n.ºs 73 e 75, etc., etc.

### 3. De Sem Papas na Língua, de Beatriz Costa:

«É melhor atravessar para a direita, assim não terei de enfrentar esse largo horroroso com barracas de calçado e carecos de matéria plástica [Martim Moniz].

Onde estavam e que faziam os «Amigos de Lisboa»? Já sei, não puderam fazer nada, porque apenas tinham cultura... e os outros, os «donos» tinham dinheiro! Só uma coisa me diverte: até hoje não conseguiram matar as ratazanas do Teatro Apolo.

Aquelas que vinham comer à mão!»

4. O Comandante José Moreira Campos publicou, em 1957, Lisboa, *O Infante D. Henrique e os Descobrimentos dos Portugueses*. Nele fez um apelo ao nosso grupo, nos termos, que seguem. Igual proposta foi feita por um conferencista, anos depois. No primeiro caso, a Junta Directiva discordou; no segundo caso os assistentes discordaram.

Aqui fica arquivado, por curiosidade (pp. 122-124):

«Devemos referir-nos aqui em especial ao relato de Edrisi acerca da viagem dos Aventureiros (Magrurins) de Lisboa, pouco tempo antes de 1147, data da tomada definitiva da capital portuguesa pelos cristãos, porque esta é a mais antiga viagem conhecida, desde o advento do Islão, empreendida pelo oceano Occidental para saber o que existia nele e quais eram os seus limites. Conta-nos Edrisi que os Aventureiros eram em número de oito, todos parentes. Construíram um navio, meteram água e provisões a bordo, para muitos meses, e partiram com o primeiro vento leste. Após onze dias, chegaram a um mar, cujas águas espessas exalavam um cheiro fétido, cobriam numerosos recifes e eram escassamente iluminadas. Temendo pelas vidas, mudaram de rumo, navegaram em direcção ao Sul durante doze dias, e assim chegaram a uma ilha, possivelmente a Madeira — a que chamaram El Ganam por causa dos carneiros que lá encontraram, sem qualquer pastor a guardá-los. Ao desembarcarem, encontraram uma nascente de água corrente e figos bravos. Mataram alguns carneiros, mas a carne era tão amarga que não a puderam comer, levando, por isso, unicamente as peles. Navegando para o Sul mais doze dias, encontraram uma ilha com casas e campos cultivados, mas, quando se aproximaram dela, foram cercados, presos e transportados nos seus

próprios barcos a uma cidade à beira-mar, a uma casa onde havia homens de grande estatura e mulheres de grande beleza. Estiveram ali três dias, e ao quarto apareceu um intérprete do Rei, que falava árabe, e lhes perguntou quem eram e o que queriam. Eles responderam que andavam à busca das maravilhas do oceano e dos seus limites. Ao ouvir isto, o Rei riu-se muito e disse ao intérprete: — Diz-lhes que meu pai, um dia, mandou alguns escravos que fossem para o mar e, depois de terem navegado através da sua extensão durante um mês, encontraram-se privados da luz do Sol e voltaram sem nada terem sabido. Então os Aventureiros foram mandados para a sua prisão até surgir o vento oeste, ocasião em que lhes vendaram os olhos e os meteram a bordo e ao fim de três dias chegaram à terra firme da África. Ali foram postos em terra, com as mãos amarradas e deixados assim, sendo libertados pelos Berberes. Voltando à Espanha, concluía Edrisi, uma rua junto dos banhos quentes de Lisboa recebeu o nome de Rua dos Aventureiros.»

«Pena foi que a Edilidade, no seu gosto de reformar, mandasse substituir o nome das ruas e não nos conservasse, tal qual como quando D. Afonso Henriques

entrou, escrito nos cunhais de mármore: — Rua dos Aventureiros. Podia ter ficado mesmo em língua árabe, como ficou Alfama, que nós sabemos muito bem pronunciar.»

5. De Luís Bivar Guerra, *A Casa da Graciosa*, Braga, 1965, pp. 448-449:

«A Rua de Artilharia Um ainda lá está até um dia, mas o Pátio do Giraldes e o selvático e descampado Parque Eduardo VII desapareceram sob essa mole imensa de prédios de aluguer que os afogaram.

Seja neste trabalho que eu lance pela primeira vez a ideia a propor um dia ao benemérito Grupo Amigos de Lisboa para que a edilidade dê à pequena travessa, que liga a Rua de Artilharia Um com a de Rodrigo da Fonseca, o nome de Travessa dos Giraldes. Assim se perpetuará para os vindouros alfacinhas o nome dos dois desembargadores Giraldes, no ponto da cidade onde precisamente se ergueu o seu palácio, o pátio de entrada, e aquelas duas tão saudosas chaminés.»

O trecho é acompanhado de uma fotografia do palácio, já demolido há anos. [Compilação de P. C. S.]

---

## MUSEU DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES

Este Museu de muito interesse, instalado na Rua Barata Salgueiro, n.º 29-2.º, em Lisboa (Telef. 4 10 80) encontra-se patente ao público dentro do horário seguinte: todos os dias, excepto domingos e sábados de tarde, das 9 às 12 h. e das 14 às 18 h. É seu conservador o Sr Victor Manuel Nogueira Brito.

# RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

relativo ao ano de 1976

Ex.<sup>mos</sup> Consócios:

Nos termos do artigo n.º 33.º dos nossos Estatutos, apresentamos a V. Ex.<sup>as</sup> o Relatório do ano que findou.

Durante 1976 houve o seguinte movimento de sócios:

Existiam em 1-1-1976	Efectivos ... ..	518	
Honorários ... ..		2	520
		10	
Faleceram ... ..		99	109
Foram demitidos ... ..		411	
Foram admitidos ... ..		19	
Foram readmitidos ... ..		3	
Honorário ... ..		1	23
		434	

É tradição do Grupo, no seu Relatório anual, lembrar saudosamente os sócios falecidos e que foram:

- 251 — Dr. José Paiva Boléo
- 759 — Júlio Caetano Bruno dos Santos
- 1423 — António Rodrigo da Rocha Barbosa
- 1453 — Dr. José Amaro d'Almeida

- 2101 — Fernando Dias Pereira  
2689 — Dr. José Luís da Câmara Saldanha  
2773 — Raul de Sousa  
2819 — Dr. Nuno Simões  
3192 — Dr. Francisco Felix Machado  
3360 — Júlio Nunes

Todos nos merecem sentimentos de saudade, mas destacamos os senhores Dr. José Paiva Boléo, Dr. José Amaro d'Almeida, Dr. Francisco Felix Machado e Fernando Dias Pereira, que prestaram muitas vezes colaboração de muito valor ao nosso Grupo e especialmente o senhor Fernando Dias Pereira, que durante vários anos pertenceu à Junta Directiva em cargos que foi forçado a abandonar por motivo de doença: vogal e secretário geral adjunto.

A actividade cultural — objectivo primeiro da existência do nosso Grupo — não decorreu, na quantidade, como nós desejaríamos e os nossos Consócios queriam. Deve, porém, recordar-se que qualquer manifestação, por simples, exige, para além da boa vontade da Junta Directiva e da aplicação das senhoras funcionárias da Secretaria, cuidados com gastos, nem sempre de acordo com as possibilidades financeiras. Conforme se pode verificar e as informações do nosso prezado e incansável Tesoureiro documentam, a situação do Grupo permanece perante um horizonte limitado e pouco brilhante.

Todavia quanto se fez na acção em favor da Cultura Portuguesa, pois os temas lisboetas nela se inscrevem sempre com elevado nível, é qualitativamente digno de mencionar.

Graças à benemerente colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian, foi possível publicar, distribuído em Maio, o número duplo do nosso Boletim OLISIPO (137/138), correspondente ao biénio 1974-1975 (Anos 37.º e 38.º): apenas 126 páginas, contendo, porém, dezoito títulos, além de quatro relatórios, relacionados com a História e a vida de Lisboa, assuntos inesgotáveis e permanentemente atraentes. O opúsculo apresenta o costumado aspecto gráfico, onde se exemplifica o bom gosto de Ramos, Afonso & Moita, Lda., nunca desmentido; gravuras seleccionadas e elucidativas, e a valiosa intervenção artística do Sr. Dr. José Videira, que há longos anos no-la oferece. De igual modo, a Junta Directiva agradece a todos os Autores, que deram a OLISIPO o melhor do seu saber e da sua competência. As despesas com a publicação somaram 32.303\$00, para o que a Funda-



ção Gulbenkian, atentamente interessada na nossa actividade, contribuiu com 30.000\$00. Bem haja! Da mesma generosa fonte se aguarda o auxílio para o número de 1976.

A Junta Directiva agradece, desde já, aos prezados Consócios, que se disponham a colaborar no nosso Boletim.

O Ministério da Comunicação Social — Direcção-Geral da Acção Cultural de igual modo nos brindou com um subsídio de 60.000\$00 destinado à biblioteca social, que aplicaremos na quase totalidade na compra de estantes. Deve-se recordar que a deslocação da nossa sede no Largo Trindade Coelho para o antigo Museu da Cidade não permitiu que se mantivesse a arrumação dos livros e folhetos em iguais condições; desse modo a consulta tornou-se actualmente muito difícil, e só o carinho e o zelo das funcionárias Senhoras D. Maria Raquel de Sousa Bella Ferreira e D. Sidónia Maria B. Dionísio têm permitido o fornecimento de obras e a dádiva de informações a muitos interessados, dos quais se distinguem pelo número estudantes universitários.

Eis uma circunstância nova na História do nosso Grupo: sempre houve quem nos batesse à porta à procura de esclarecimentos e documentação sobre olisipografia; contudo a quantidade agora não só aumentou mas entusiasma-nos pela juventude e nível cultural da maioria dos consulentes. Queira Deus que tais prenúncios venham a representar uma nova fase nos estudos olisiponenses! A esta circunstância, outra se acrescenta, também de acentuar: em 1976, houve um considerável aumento de vendas de obras referentes a Lisboa, que manifesta um lucro de Esc. 20.839.

As visitas de estudo constituem outra feição animadora da vida do nosso Grupo. Só de lamentar que nem todas as instituições a que nos dirigimos se nos abram com a justa hospitalidade. Os nossos esforços esbarram, por vezes, com muros intransponíveis: «de falta de oportunidade», «falta de calendário», «má condição de instalações», «dificuldade de se encontrar quem competentemente dirija as visitas», «interdição por obras», «impossibilidade temporária para nova arrumação», e sabe Deus que mais!

Em 23 de Outubro, fez-se com grande concorrência de sócios e de muitas outras pessoas interessadas (que também poderiam ser sócios... mas não são) a visita ao Gabinete da Área de Sines, acompanhada por técnicos responsáveis das Direcções dos Serviços de Acti-

vidade Industrial e Centro Urbano — que, amável e competentemente, esclareceram os visitantes. Presentes a esta visita encontravam-se os membros da Junta Directiva Dr. José Cassiano Neves, Senhor Inocência Castelhana, Dr. Leonel Ribeiro e Dr. Francisco G. do Couto Santos.

Em 7 de Novembro, a visita foi realizada, do mesmo modo com grande número de acompanhantes, à igreja de São Vicente de Fora — dirigida pelo ilustre publicista Architecto Jorge Segurado — seguindo-se a visita, orientada pelo distinto Artista José Benard Guedes, aos Serviços do Inventário Artístico das Igrejas da Comissão de Arte Sacra. O grupo agradece a cordial hospitalidade do Senhor Prior Dr. José Correia da Cunha, e as preciosas indicações dos Senhores Architecto Segurado e José Benard Guedes. Estiveram presentes o Vice-Presidente da Junta Directiva, Dr. Paulo Caratão Soromenho, o Secretário Geral, Dr. José Cassiano Neves e o Presidente da Comissão de Contas Dr. Francisco G. do Couto Santos.

Em 20 de Novembro, foram visitados o Museu do Trajo e Parque do Monteiro-Mor. Estiveram muitas dezenas de visitantes, como nas anteriores, que foram recebidos e orientados pela Ex.<sup>ma</sup> Conservadora Senhora Dr.<sup>a</sup> D. Natália Correia Guedes, a quem se deve, em grande parte, a notável instalação do Museu, e cujos esclarecimentos causaram a melhor impressão. A Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Maria Madalena Raposo Brás Teixeira deliciou os presentes com música romântica, superiormente executada ao piano. Da Junta Directiva do Grupo encontravam-se presentes os Senhores Dr. Paulo Caratão Soromenho, Dr. José Cassiano Neves, Senhor Inocência Castelhana, Padre Francisco Santos Costa e Dr. Francisco G. do Couto Santos.

Em 27 de Novembro, o Prof. Francisco d'Assis Oliveira Martins dirigiu a visita ao edifício da Antiga Faculdade de Medicina, ao Campo de Santana, numa notável evocação histórica, cujo brilho foi aumentado com a sua invulgar comunicabilidade. O nosso Boletim imprimirá este trabalho do ilustre professor. Acompanhou amavelmente os visitantes e interveio com valiosas explicações o Professor Doutor Manuel Júdice Halpern. Compareceram os membros da Junta Directiva Prof. Doutor João Cândido d'Oliveira, Senhor Inocência Castelhana, Padre Santos Costa e Dr. Leonel Ribeiro.

Em 7 de Dezembro, a visita, também muito concorrida, ao Museu Militar foi orientada pelo Adjunto Técnico do Museu, Ex.<sup>mo</sup>

Senhor João de Loureiro de Figueiredo e pelo Senhor Professor Francisco d'Assis Oliveira Martins. Além deste senhor, da Junta Directiva do Grupo estavam presentes os Senhores Dr. Paulo Caratão Soromenho e Inocêncio Castelhana.

É alarmante o número de sócios com que iniciamos a gerência de 1977 — apenas 434!, número insuficiente para garantir a nossa sobrevivência, pelo que se impõe a criação dum movimento a favor do seu rápido aumento, desiderato que só poderá ter êxito se todos quiserem contribuir com a sua boa vontade e influência, pelo que apelamos para V. Ex.<sup>as</sup> no sentido de nos darem úteis sugestões, como igualmente proporem novos sócios.

As receitas previstas para 1977 não devem exceder a modestíssima quantia de 140 mil escudos, insuficiente para fazer face aos encargos que se prevêem da ordem dos 210 mil escudos, dos quais 188 mil escudos se destinam ao pagamento de ordenados, Caixa de Previdência e encargos complementares, sendo os restantes 22 mil escudos para despesas diversas, tais como expediente, portes de correio, transportes, limpezas, etc., verbas que podem ser insuficientes, quando se vive em permanente estado inflacionista, como agora acontece.

Sabemos quanto actualmente pesa nos orçamentos domésticos mesmo qualquer pequena despesa que surja, todavia não nos dispensamos, e a isso nos obriga a nossa delicada e difícil situação financeira, de sugerir a V. Ex.<sup>as</sup> uma modalidade que de certo modo nos possa aliviar das carências que nos assoberbam, deixando ao vosso critério a forma de cada um prestar deliberadamente um auxílio voluntário ou um aumento facultativo da sua cota.

Anexo transcrevemos o Balancete de 1976.

Aos dirigentes das nossas visitas de estudo, e aos que têm contribuído com trabalhos para o Boletim OLISIPO, muito reconhecidos agradecemos.

E em conclusão deste Relatório temos a honra de propor os seguintes votos:

a) — um voto de sentimento pelos sócios falecidos;

b) — um voto de agradecimento à Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa pela valiosa protecção e colaboração que nos tem dispensado;

## BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	PASSIVO
Subsídios .. .. .		60.000\$00
Fundo Variável .. .. .	6.207/40	
Emblemas .. .. .	112\$00	
Biblioteca .. .. .	14.729\$22	
Edições .. .. .	3.170\$45	
Móveis e Utensílios .. .. .	2.749\$20	
Devedores e Credores c/ Consignação .. .. .	38.248\$40	118.222\$38
Devedores e Credores .. .. .	101.095\$70	61.237\$64
Consignações de c/ Alheia .. .. .	114.512\$20	
Valores à Cobrança .. .. .	9.305\$20	
Caixa .. .. .	13.286\$60	
Consignações de c/ Própria .. .. .		38.267\$00
Olisipo .. .. .	13.130\$00	
Resultado do Exercício .. .. .		38.819\$35
	316.546\$37	316.546\$37

### *Conta dos resultados do exercício de 1976*

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Receitas Diversas .. .. .		1.459\$45
Emblemas .. .. .		4\$00
Jóias .. .. .		830\$00
Cartões de Identidade .. .. .		10\$00
Realizações Culturais .. .. .	530\$00	
Consignações de c/ Alheia .. .. .		20.839\$00
Gastos Gerais .. .. .	129.903\$50	
Olisipo .. .. .	8.269/60	
Cotas .. .. .		154.380\$00
Resultado do Exercício .. .. .	38.819/35	
	177.522\$45	177.522\$45

PARECER  
D A  
COMISSÃO DE CONTAS

referente ao exercício de 1976

Ex.<sup>mos</sup> Consócios:

Tendo apreciado o relatório e contas da Junta Directiva, a Comissão de Contas vê, como já disse nos pareceres referentes aos anos anteriores, com grande apreensão, a situação financeira do Grupo.

O número de sócios continua a diminuir consideravelmente, como se diz no relatório da Junta Directiva.

Ousa o Grupo esperar que não desistam mais sócios, antes, pelo contrário, que sejam admitidos muitos, lembrando-se dos serviços que tem prestado à cidade.

Há que assinalar o importante donativo de 100.000\$00, com que a Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa se dignou contribuir para a manutenção do Grupo, assim como os donativos de 30.000\$00 da Fundação Calouste Gulbenkian e de 60.000\$00 do Ministério da Comunicação Social.

Nestes termos, tendo verificado a exactidão das Contas temos a honra de propor que aproveis o seguinte:

- a) — Relatório e contas do exercício, incluindo os votos consignados no mesmo;
- b) — Um voto de louvor à Junta Directiva, pelo zelo com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 2 de Janeiro de 1977

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

*Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos*

O SECRETÁRIO

*Eng.º Júlio Eduardo dos Santos*

O RELATOR

*Dr. Vasco da Penha Coutinho*

- c) — um voto de agradecimento à Fundação Calouste Gulbenkian;
- d) — um voto de agradecimento ao Ministério da Comunicação Social — Direcção-Geral da Acção Cultural;
- e) — um voto de agradecimento ao Presidente da Comissão de Contas pelo interesse com que seguiu os trabalhos da Junta Directiva;
- f) — um voto de louvor às funcionárias da Secretaria.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1976

## A JUNTA DIRECTIVA

### O PRESIDENTE

*Prof. Doutor João Cândido d'Oliveira*

### O VICE-PRESIDENTE

*Dr. Paulo Caratão Soromenho*

### O SECRETÁRIO GERAL

*Dr. José Cassiano Neves*

### O TESOUREIRO

*Inocência Castelhana*

### O SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

*Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho*

### OS VOGAIS

*Dr.<sup>a</sup> D. Anna-Maria Pereira da Gama*

*P.<sup>o</sup> Francisco Santos Costa*

*Prof. Francisco d'Assis Oliveira Martins*

*Dr. Leonel Ribeiro*

# CORPOS DIRECTIVOS DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

(Triénio de 1976-1978)

Eleitos em 19 de Fevereiro de 1976

## ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente* — Prof. Doutor D. Fernando d'Almeida  
*Vice-Presidente* — Dr. Álvaro do Amaral Barata  
*1.º Secretário* — Joaquim Pascoal Rodrigues  
*2.º Secretário* — José de Campos e Sousa

## JUNTA DIRECTIVA

### EFFECTIVOS

- Presidente* — Prof. Doutor João Cândido de Oliveira  
*Vice-Presidente* — Dr. Paulo Caratão Soromenho  
*Secretário-Geral* — Dr. José Cassiano Neves  
*Secr.-Geral Adjunto* — Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho  
*Tesoureiro* — Inocêncio Castelhana  
*Vogais* — Dr.<sup>a</sup> D. Anna-Maria Pereira da Gama  
Padre Francisco dos Santos Costa  
Prof. Francisco d'Assis Oliveira Martins  
Dr. Leonel Ribeiro

### SUBSTITUTOS

- Presidente* — Conde de Oeiras  
*Vice-Presidente* — Prof. Doutor Cândido Nunes da Silva  
*Secretário-Geral* — José Pires Cardoso de Oliveira  
*Secr.-Geral Adjunto* — Arq.º António Maria Veloso Reis Camelo  
*Tesoureiro* — Dr. Artur Gouveia de Carvalho  
*Vogais* — Eng.º José Teixeira Ferreira da Costa  
Eng.º José de Araújo Correia  
Dr. José Garrido Mendes da Cruz  
José Manuel Capello de Morais

## COMISSÃO DE CONTAS

### EFFECTIVOS

*Presidente* — Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

*Secretário* — Eng.º Júlio Eduardo dos Santos

*Relator* — Dr. Vasco Tomás do Rio Penha Coutinho

### SUBSTITUTOS

*Presidente* — Luciano Mendes Moreira

*Secretário* — Eng.º Diogo Sobral

*Relator* — Eng.º D. Fernando de Sousa Coutinho  
(Conde do Funchal)

### SECÇÃO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E DEFESA DO PATRIMÓNIO OLISIPONENSE

*Dr.ª D. Anna-Maria Pereira da Gama*

*Dr. José Cassiano Neves*

*Dr. Durval Pires de Lima*

*Eng.º José Manuel Maia Ataíde*

*Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho*

*Dr. Leonel Ribeiro*

### SECÇÃO DE ESTUDOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

*Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos*

*Eng.º Agostinho Ferreira Gambetta*

*Eng.º José de Araújo Correia*

*Prof. Doutor José Pires Cardoso*

*Dr. José Henrique de Azeredo Perdigão*

*Carlos Augusto Marques*



SECÇÃO DE ESTUDOS DE ESTÉTICA E URBANIZAÇÃO

*Dr. Paulo Caratão Soromenho*  
*Dr.ª D. Irisalva de Nóbrega Nunes Moita*  
*Eng.º Diogo Sobral*  
*Eng.º Júlio Eduardo dos Santos*  
*Arq.º Jorge Segurado*  
*Arq.º António Maria Veloso Reis Camelo*

SECÇÃO DE MOVIMENTO CULTURAL E PROPAGANDA

*Fernando Dias Pereira*  
*Dr. José Pedro Machado*  
*Arq.º Luís Benavente*  
*José de Campos e Sousa*  
*Carlos Pereira Calixto*  
*Francisco Godinho Pinto Fernandes*

**PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS**

em 28 de Fevereiro de 1977

ASSEMBLEIA GERAL — *2.º Secretário da Assembleia Geral*  
Luís Leite Faria

JUNTA DIRECTIVA — *Vogal Substituto*  
Dr.ª D. Irisalva Moita

COMISSÃO DE CONTAS — *Relator Substituto*  
Dr. Miguel António Horta e Costa

SECÇÃO DE MOVIMENTO CULTURAL E PROPAGANDA  
Dr.ª D. Estela Miranda Basso  
Dr. José Fernandes Mascarenhas

# RELATÓRIO

## D A

# JUNTA DIRECTIVA

relativo ao ano de 1977

Ex.<sup>mos</sup> Consócios:

Nos termos do artigo n.º 33.º dos nossos Estatutos, apresentamos a V. Ex.<sup>as</sup> o Relatório do ano que findou.

O movimento de sócios durante 1977 foi o seguinte:

Existentes em 1-1-1977 Efectivos ... ..	432	
Honorários ... ..	2	434
	—	
Faleceram ... ..	9	
Foram demitidos ... ..	48	52
	—	382
Foram admitidos .. ..	36	
Foram readmitidos ... ..	8	44
	—	426
Existentes em 31-11-1977 ... ..		426

Recordamos saudosamente os nossos Consócios falecidos:

- 296 — Raul Pena e Silva
- 403 — Eng.º C. Azevedo Nazareth
- 526 — Dr. Jaime Lopes Dias
- 1298 — Júlio Martins

- 1392 — Álvaro António da Silva  
1437 — João Tadeu  
2789 — Dr. Olímpio Justino da Costa  
3344 — D. Fernanda Ferreira Ribeiro  
3644 — D. Julieta Silva

Seja-nos permitido distinguir o nome ilustre do escritor Dr. Jaime Lopes Dias, notável etnógrafo, que nos deu, dentro da sua actividade profissional, o melhor apoio — e não deve esquecer-se a sua decisiva intervenção na homenagem que as Casas Regionais prestaram ao nosso Grupo. Constituiu um momento alto na existência da Colectividade, pelo reconhecimento dos serviços prestados pelos Amigos de Lisboa não só à Cidade como ao País. O Dr. Jaime Lopes Dias teve particular interesse pela olisipografia.

Em 14 de Fevereiro, realizou-se a Assembleia Geral — como de costume com limitado número de presenças (circunstância hoje em dia, infelizmente, muito corrente no meio associativo) — a qual, além da discussão do Relatório da Junta Directiva e do Parecer da Comissão de Contas, teve a particularidade do provimento de cargos vagos: Assembleia Geral — 2.º Secretário Senhor Luís Leite Faria; Junta Directiva — Vogal Substituto Dr.ª D. Irisalva Moita; Comissão de Contas — Relator Substituto Dr. Miguel António Horta e Costa; e Secção de Movimento Cultural e Propaganda — Dr.ª D. Estela Miranda Basso e Dr. José Fernandes Mascarenhas.

Seguem-se algumas rápidas considerações sobre a situação financeira do Grupo que, conforme se reconhece pela observação dos mapas, continua inquietante — e que uma cuidada e prudente economia dificilmente enfrenta. O auxílio único, que tivemos no decorrer do ano, foi o da Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa; contudo, um dos principais objectivos da nossa acção não foi alcançado: a publicação do Boletim — que está praticamente organizado, com colaboração assegurada e graciosa, devendo acrescentar-se que três dos colaboradores pagam a composição, a impressão e as gravuras das páginas correspondentes aos seus trabalhos. São necessárias ainda algumas dezenas de contos para este número, que corresponderá ao biénio 1976-1977.

À Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal temos também de agradecer a instalação da nossa Sede no Palácio da Mitra; e o depósito de livros, que constitui uma compensadora circunstância, pois que a carga do Grupo tem aumentado substancialmente de ano para ano. O facto é-nos

igualmente grato, pois comprova o aumento de interesse pela olisipografia; especialmente entre os estudantes universitários o tema «Lisboa» tem obtido um constante entusiasmo. Estudantes, professores, jornalistas, escritores, pessoas ligadas ao turismo procuram a nossa Sede para se informarem. As senhoras Funcionárias — D. Maria Raquel de Sousa Bela Ferreira e D. Sidónia de Brito Dionísio — esclarecem e indicam bibliografia ou põem os interessados em contacto com especialistas, escolhidos normalmente dentre os membros dos Corpos Gerentes. Eis uma actividade do nosso Grupo, que não chega geralmente ao conhecimento dos Consócios e que é das mais valiosas. Claro que estas informações são para quantos as pedem e a biblioteca está aberta a todos. De igual modo, nas visitas de estudo, não se verifica se os presentes são ou não associados — pois que a cultura no Grupo Amigos de Lisboa não se vende nem se condiciona ou limita. Pensamos que os nossos Consócios aceitem de boa mente esta política, a qual coloca o Grupo acima de preocupações interesseiras.

A Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa convidou-nos, como é já tradicional, para as cerimónias mais significativas do ano, nomeadamente, a homenagem a Camões, no dia 10 de Junho, a recepção na Sede do Município à Delegação do Soviete Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (2 de Junho) e a comemoração do centenário de Herculano, com o descerramento da lápide na casa onde viveu, na Ajuda (25 de Outubro): representaram-nos os senhores Dr. Couto dos Santos, professor Oliveira Martins, Inocêncio Castelhana e Dr. Paulo Caratão Soromenho.

O Ex.<sup>mo</sup> Senhor Dr. Luís Nandim de Carvalho, ilustre Vereador e Deputado, Presidente da Comissão Municipal de Turismo de Lisboa, convocou o Grupo para uma reunião de trabalho da mesma Comissão, em 8 de Setembro (onde estiveram os nossos Consócios Francisco de Assis Oliveira Martins e Paulo Caratão Soromenho), e com a presença de representantes de outros organismos e entidades, a fim de se estudar «a ocupação e dinamização de utilização de tempos livres dos Lisboetas, designadamente pelo melhor aproveitamento dos equipamentos da cidade, e dos municípios limítrofes». A Junta Directiva deu a sua concordância ao projecto e prometeu todas as suas possibilidades de apoio — informação, bibliografia, planos e já escreveu aos vinte sócios mais jovens esclarecendo-os sobre as intenções da Comissão e probalidades de concretização. A propósito, e por curiosidade,

lembramos que desta lista de vinte Amigos de Lisboa, o mais jovem tem 21 anos e o menos jovem 42 — pelo que os restantes 406 vão de 43 a 88: motivo para meditação e nova proposta de novas propostas...

O Ex.<sup>mo</sup> Senhor Dr. Luís Nandim de Carvalho assistiu a uma das reuniões da nossa Junta Directiva, em que nos esclareceu sobre os projectos de dinamização do Turismo e do progresso da vida cultural e material da Cidade — o que novamente muito agradecemos.

O Senhor Eng.<sup>o</sup> Júlio Eduardo dos Santos, que sempre tem sido, na vida do Grupo, um dos elementos mais valiosos pela sua cultura e erudição, pela sua capacidade de cooperação e de trabalho, organizou em 1962, na Sede do Largo de Trindade Coelho uma exposição bibliográfica de Afonso Lopes Vieira, e que constituiu um dos momentos mais elevados da existência do Grupo e teve êxito assinalado no meio cultural de Lisboa. Agora, que vai celebrar-se o centenário do nascimento do Poeta (1878-1978), volta o Senhor Engenheiro a ocupar-se da obra de Afonso Lopes Vieira, correspondendo deste modo o Grupo à solicitação da Comissão Executiva, nomeada pela Câmara Municipal de Leiria: um opúsculo, contendo a biobibliografia e um estudo de «Afonso Lopes Vieira e Lisboa». Desde já, agradecemos ao ilustre Consócio.

Outra feição importante da acção dos Amigos de Lisboa é constituída pela organização de visitas de estudo. Em 1977, realizaram-se as seguintes:

*Março* — Dia 5: Academia Militar — Paço da Bemposta, orientada pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Coronel Garcia Pereira, com a presença dos dirigentes Dr. Leonel Ribeiro, Inocêncio Castelhana e Prof. Oliveira Martins. Dia 12: Museu João de Deus, orientada pela sua Directora Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho, com a presença dos dirigentes Senhor Inocêncio Castelhana, Prof. Oliveira Martins e Dr. Penha Coutinho.

*Maio* — Dia 14: Teatro Nacional D. Maria II, orientada pelo Director Ex.<sup>mo</sup> Senhor José Matos Sequeira, com a presença dos dirigentes Doutor João Cândido de Oliveira, Dr. Paulo Caratão Soro-menho, Dr. José Cassiano Neves, Senhor Inocêncio Castelhana, Dr. Francisco Couto Santos, Dr. Vasco Penha Coutinho, Prof. Oliveira Martins, Dr. José Garrido da Cruz e Senhor Luciano Moreira. Dia 21: Colégio Manuel Bernardes, acompanhada pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Manuel R. dos Santos Barreto; na mesma ocasião foram visitadas a Capela de São Sebastião e a Igreja de Santa Brígida. Estiveram presentes os senhores: Dr. João Cândido de Oliveira, Dr. Paulo Caratão Soromenho, Inocêncio Castelhana, Dr. Francisco do Couto Santos, Dr. Garrido da Cruz, Luciano Moreira, Dr.<sup>a</sup> D. Estela Miranda Basso e Eng.<sup>o</sup> Agostinho Ferreira Gambetta.

*Junho* — Dia 18: União das Associações dos Comerciantes de Lisboa, que foi orientada pelos seus Directores. Estiveram presentes os dirigentes Dr. Paulo Caratão Soromenho, Senhor Inocêncio Castelhana, Prof. Oliveira Martins, Dr. Couto Santos e Dr. Garrido da Cruz. Dia 25: Panteão de Santa Engrácia, orientada pelo Director, Ex.<sup>mo</sup> Senhor Dr. Nuno Silva Fernandes. Na mesma ocasião foi visitada a Capela da Messe dos Officiaes de Santa Clara. Estavam presentes os dirigentes Dr. Paulo Caratão Soromenho, Senhor Inocêncio Castelhana, Prof. Oliveira Martins, Dr. F. Couto Santos e Dr. Garrido da Cruz.

*Julho* — Dia 2: Palácio Nacional da Ajuda, dirigida pelo 1.<sup>o</sup> Conservador, Senhor Pinto Ayres de Carvalho, com a presença dos dirigentes Dr. Paulo Caratão Soromenho, Senhor Inocêncio Castelhana, Prof. Oliveira Martins e Drs. Couto Santos e Penha Coutinho. Dia 16: Museu da Cidade, em organização, no Palácio Pimenta, orientada pela Conservadora Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> D. Irisalva Moita e com a presença dos dirigentes Doutor Cândido de Oliveira, Dr. José Cassiano Neves, Senhor Inocêncio Castelhana, Prof. Oliveira Martins e Doutor Garrido da Cruz.

*Novembro* — Dia 29: Estufa Fria, orientada pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Eng.<sup>o</sup> Ag.<sup>o</sup> Gaspar Rocha e com a presença dos dirigentes Senhores Inocêncio Castelhana e Dr. Penha Coutinho.

*Dezembro* — Dia 6: Museu do Batalhão de Sapadores Bombeiros, orientada por elementos do Batalhão. Presentes os dirigentes Prof. Oliveira Martins e Dr. Vasco Penha Coutinho. Dia 16: Universidade Católica dirigida pela Adjunta da Reitoria, Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Isabel Castro. Presentes os Senhores Inocêncio Castelhana, Dr. F. Couto Santos e Dr. Leonel Ribeiro.

Algumas destas realizações despertaram particular curiosidade e interesse, como por exemplo ao Teatro Nacional D. Maria II, ao Palácio Nacional da Ajuda, ao Panteão de Santa Engrácia e ao Mu-

seu da Cidade (Palácio Pimenta), cada uma com número de visitantes superior a cem.

A Junta Directiva agradece, em seu nome e no de todos os Consócios, aos Senhores Orientadores das visitas e às Entidades responsáveis pelos monumentos e locais visitados a sua obsequiosa colaboração. Na visita ao Lumiar (Colégio Manuel Bernardes e Capela de São Sebastião e Igreja de Santa Brígida), os visitantes tiveram a agradável surpresa do convite feito pelo Senhor Doutor António Mariano Ferreira Marques que, após ter fornecido eruditas informações sobre a Igreja de Santa Brígida, recebeu os presentes com requintada hospitalidade no seu formoso jardim. O Tesoureiro Senhor Inocêncio Castelhana compôs um poema de quadras, de agradecimento ao Dr. Ferreira Marques, e que será publicado no nosso boletim.

De igual modo agradecemos à Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita a sua amável intervenção na visita à sede da União das Associações dos Comerciantes de Lisboa.

Na visita ao Panteão Nacional, o senhor Director Dr. Nuno Silva Fernandes propôs aos presentes, como Amigos de Lisboa, que indicassem personalidades ilustres para serem homenageadas naquele local. A Junta Directiva, mais tarde, ouvidas opiniões, lembrou o primeiro Presidente da República Dr. Manuel de Arriaga e o Poeta Fernando Pessoa, aproveitando-se a circunstância de haver dois túmulos vazios, exactamente na sala dos Presidentes e na dos Poetas.

Para ocupar o cargo de Secretário Geral Adjunto da Junta Directiva, vago por motivo de doença do Senhor Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho, a Junta Directiva chamou o Senhor Architecto António Veloso Reis Camelo, que tinha o mesmo cargo como substituto; e para o cargo de Secretário Geral Adjunto Substituto indicou-se o sócio Senhor Vilians Leal.

Anexo transcrevemos o Balancete para 1977.

E em conclusão deste Relatório temos a honra de propor os seguintes votos:

a) — um voto de sentimento pelos sócios falecidos.

b) — um voto de agradecimento à Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa pela valiosa protecção e colaboração que nos tem dispensado;

c) — voto de agradecimento ao Presidente da Comissão de Contas pelo interesse com que seguiu os trabalhos da Junta Directiva;

d) — um voto de louvor às Funcionárias da Secretaria.

e) — um voto de louvor a *Jornal de Lisboa e Ecos de Belém*.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1977

## A JUNTA DIRECTIVA

### O PRESIDENTE

*Prof. Doutor João Cândido d'Oliveira*

### O VICE-PRIDENTE

*Dr. Paulo Caratão Soromenho*

### O SECRETÁRIO GERAL

*Dr. José Cassiano Neves*

### O TESOUREIRO

*Inocência Castelhana*

### O SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

*Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho*

### OS VOGAIS

*Dr.<sup>a</sup> D. Anna-Maria Pereira da Gama*

*P.<sup>o</sup> Francisco Santos Costa*

*Prof. Francisco d'Assis Oliveira Martins*

*Dr. Leonel Ribeiro*



## BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	PASSIVO
Subsídios .. .. .		60.000\$00
Fundo Variável .. .. .		32.611\$95
Emblemas .. .. .	72\$00	
Biblioteca .. .. .	14.729\$22	
Edições .. .. .	2.755\$45	
Móveis e Utensílios .. .. .	2.749\$20	
Consignações de c/ Própria .. .. .		23.625\$00
Olisipo .. .. .	13.018\$00	
Devedores e Credores .. .. .	171.386\$80	125.854\$09
Devedores e Credores c/ Consignação .. .. .	23.911\$40	119.425\$18
Valores à Cobrança .. .. .	8.488\$10	
Consignações de c/ Alheia .. .. .	120.155\$40	
Caixa .. .. .	8.732\$40	
Resultado do Exercício .. .. .		4.441\$75
	365.957\$97	365.957\$97

### *Conta dos resultados do exercício de 1977*

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Receitas Diversas .. .. .		3 683\$50
Emblemas .. .. .		50\$00
Jóias .. .. .		1.170\$00
Cartões de Identidade .. .. .		100\$00
Realizações Culturais .. .. .	1.585\$00	
Olisipo .. .. .		1.129\$00
Cotas .. .. .		146.430\$00
Consignações de c/ Alheia .. .. .		42.249\$20
Gastos Gerais .. .. .	188.784\$95	
Resultado do Exercício .. .. .	4.441\$75	
	194.811\$70	194.811\$70

PARECER  
DA  
COMISSÃO DE CONTAS

referente ao exercício de 1977

Ex.<sup>mos</sup> Consócios:

Tendo apreciado o relatório e contas da Junta Directiva, a Comissão de Contas constata que a situação financeira do Grupo, não sendo brilhante, se manteve equilibrada, mesmo com um pequeno saldo positivo.

Quanto ao número de sócios, houve um pequeno decréscimo de 8 sócios, que não chega a ser alarmante, atendendo a que faleceram 9.

Há que assinalar o importante donativo de 100.000\$00, com que a Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa se dignou contribuir para a manutenção do Grupo. É pena, que a Fundação Gulbenkian e a Secretaria de Estado da Comunicação Social tenham suspenso os seus donativos.

Nestes termos, tendo verificado a exactidão das contas, temos a honra de propor que aproveis o seguinte:

a) — Relatório e contas do exercício, incluindo os votos consignados no mesmo;

b) — Um voto de louvor à Junta Directiva, pelo zelo com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 2 de Janeiro de 1978

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

*Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos*

O SECRETÁRIO

*Eng.º Júlio Eduardo dos Santos*

O RELATOR

*Dr. Vasco da Penha Coutinho*

## CONVITE DIRIGIDO AOS SÓCIOS MAIS JOVENS

Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Prezado Consócio

*V. Ex.<sup>a</sup> faz parte do grupo de vinte sócios mais jovens que, além do amor à nossa querida Cidade, possuem cultura e curiosidade geral. Estas características, somadas a outras que elas fazem prever, levaram a Junta Directiva a apelar para o seu espírito de compreensão e boa vontade.*

*A Comissão Municipal de Turismo pretende conhecer nomes de personalidades interessadas em acompanhar turistas, não só estrangeiros mas do resto do País, que queiram conhecer Lisboa sob feições especiais ou aqui encontrar o convívio de quem possua preparação intelectual e nível social idênticos. Não se trata, pois, de turistas vulgares. Deseja a Comissão poder indicar a esses turistas nomes de pessoas capazes de lhes proporcionar algumas horas ou uns dias agradáveis, plenos de simpatia e entendimento.*

*Venho, pois, em nome da Junta Directiva pedir ao Prezado Consócio a sua hospitalidade a esta sugestão e, no caso de ser bem sucedido, agradeço que me informe — para a direcção do nosso Grupo ou pelo telefone 38 57 11 — das suas preferências, (Letras, Artes, Ciências, Política, Religião, Vida Social, etc.), da sua preparação sobre temas lisiponenses (Arqueologia, História, curiosidades e di-*

vertimentos lisboetas, Vida Intelectual), conhecimento de aspectos particulares da Cidade (Azulejaria, Arte Popular, recordações ligadas a vultos literários — por exemplo, casas onde viveram, nasceram ou morreram, ruas e locais citados em romances, — jardins públicos, edifícios barrocos ou medievais, etc.); línguas que domina; e ainda as horas ou dias em que possa prestar essa amável colaboração, ou se se dispõe a recebê-los na sua própria casa... e tudo quanto as circunstâncias pessoais permitam.

Na certeza de que, aceitando este convite, V. Ex.<sup>a</sup> contribuirá para a boa fama da nossa querida Cidade, aguardo com o maior interesse a sua resposta, que desejo tão breve quanto possível.

Queira aceitar, Prezado Consócio, os melhores cumprimentos de

PELA JUNTA DIRECTIVA

O DIRECTOR SECRETÁRIO GERAL

*Dr. José Cassiano Neves*

NOTA — No final do ano de 1977, foi distribuída esta circular, a que se faz referência no Relatório da Junta Directiva. Apenas houve seis respostas.

---

#### INFORMAÇÃO

A Junta Directiva aprovou por unanimidade a proposta, apresentada pelo Senhor Dr. Leonel Ribeiro, de se conceder aos estudantes — de todos os graus e ramos de ensino — *isenção de quota durante o primeiro ano*, a contar do dia da admissão.



